PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

KENIA MAGALHÃES GONÇALVES

O MÉTODO PREVENTIVO NA AÇÃO DE DOM BOSCO EM COMPARAÇÃO COM AS PROTEÇÕES SOCIAIS DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS

Goiânia
2025

KENIA MAGALHÃES GONÇALVES

O MÉTODO PREVENTIVO NA AÇÃO DE DOM BOSCO EM COMPARAÇÃO COM AS PROTEÇÕES SOCIAIS DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Valmor da Silva

Goiânia
2025

Catalogação na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

G635m Gonçalves, Kenia Magalhães.
O método preventivo na ação de Dom Bosco em comparação com as proteções sociais da lei orgânica da assistência social - LOAS / Kenia Magalhães Gonçalves. -- 2025.
114 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Orientador: Prof. Dr. Valmor da Silva.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2025.
Inclui referências: f. 110-113.

1. Bosco, João - Santo, 1815-1888. 2. Brasil - Lei orgânica da assistência social (1993). 3. Assistência social. I. Silva, Valmor da - 1951-. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - 12/02/2025. III. Título.

CDU: 27-789.64(043)

Bibliotecária Márcia [illegible] - CRB [illegible]

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pontifical Catholic University of Goias
Av. Universitária, 1069, Setor Universitário
Caixa Postal 86 - CEP 74.605-010
Goiânia - Goiás - Brasil

ATA Nº 337/2025
SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

No dia **12 de fevereiro de 2025**, às **14h** , foi realizada via webconferência , a sessão pública de Defesa de Dissertação de **KENIA MAGALHÃES GONÇALVES** , discente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em **Ciências da Religião** da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, com trabalho intitulado "**O MÉTODO PREVENTIVO NA AÇÃO DE DOM BOSCO EM COMPARAÇÃO COM AS PROTEÇÕES SOCIAIS DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS**". A Banca Examinadora foi composta por: Prof. Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás (Presidente); Prof. Dr. Mariosan de Sousa Marques / PUC Goiás; Profa. Dra. Gláucia Lelis Alves / UFRJ; Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás (Suplente); Prof. Dr. João Luiz Correia Júnior / UNICAP (Suplente) . O trabalho da Banca Examinadora foi conduzido pelo(a) Presidente da Banca que, inicialmente após apresentar os docentes integrantes da Banca Examinadora, concedeu 30 minutos ao(a) discente para que este(a) expusesse seu trabalho. Após a exposição o(a) Presidente da Banca concedeu a palavra a cada membro para que estes arguissem o(a) discente. A banca examinadora deliberou pela manutenção do título original do trabalho apresentado, . Durante a arguição os membros da banca apresentaram suas contribuições ao trabalho, com sugestões para conclusão do estudo e apresentação dos resultados da pesquisa. Após o encerramento das arguições a banca examinadora, reunida isoladamente, avaliou o trabalho desenvolvido e o desempenho do(a) discente, considerando sua trajetória no curso e o trabalho produzido. Como resultado a Banca Examinadora deliberou pela **APROVAÇÃO da Dissertação** . Proclamado o resultado pelo(a) Presidente da Banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos membros da banca e pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

Goiânia, GO, 12 de fevereiro de 2025

Assinam esta Ata,
Banca Examinadora
Prof. Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás (Presidente); Prof. Dr. Mariosan de Sousa Marques / PUC Goiás e Profa. Dra. Gláucia Lelis Alves / UFRJ;.

Prof. Dr. Clóvis Ecco - Coordendor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

+55 (62) 3946-1000 mestrado@pucgoias.edu.br www.pucgoias.edu.br

O MÉTODO PREVENTIVO NA AÇÃO DE DOM BOSCO EM COMPARAÇÃO COM AS PROTEÇÕES SOCIAIS DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 12 de fevereiro de 2025.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS-Trabalho – Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho
AEPETI – Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
BEs – Benefícios Eventuais
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADÚnico – Cadastro Único do Governo Federal
CF – Constituição Federal
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS POP – Centro de Referência Especializado para a População de Rua
DF – Distrito Federal
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
IA - Inteligência Artificial
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI - Instituição de Longa Permanência para Idosos
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LA – Liberdade Assistida
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MSE – Medidas Socioeducativas
NOB – Norma Operacional Básica
OMS - Organização Mundial de Saúde
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PSB – Proteção Social Básica
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PSE – Proteção Social Especial
PUC Goiás - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

SDB - Salesianos de Dom Bosco

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SOTER - Sociedade de Teologia e Ciências da Religião

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento presente em todo o processo de elaboração desta dissertação. Sem a contribuição e a generosidade de muitas pessoas e instituições nada seria possível. Por isso, agradeço:

À minha família, que com amor e paciência compreenderam os motivos de ausência nos momentos de lazer e de confraternização. De modo muito especial, a duas mulheres, minha filha Maria Eduarda e minha mãe Luzia.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Valmor da Silva, que me conduziu com mãos delicadas de educador nato, para a reflexão e o resultado do meu trabalho.

À secretaria, coordenação e aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás 2023/1-2025/1. Em especial aos professores: Clóvis, Mariosan, Eduardo, Alberto, José Reinaldo e às professoras, Ivoni, Rosemary e Carolina.

Aos colegas de curso, pela oportunidade em partilhar a convivência e dividir momentos tão preciosos das nossas vidas.

À professora Dra. Maísa Miralva, e ao professor Dr. Mariosan, que com tanta presteza se disponibilizaram a participar da Banca de Qualificação e contribuir com o desenvolvimento da minha dissertação.

Aos professores (as): Dra. Gláucia e Dr. João Luiz, que com tanta presteza se disponibilizaram a participar da Banca de Defesa e me auxiliar nesse momento tão importante da minha vida acadêmica.

Aos Salesianos, Paróquias São João Bosco e Sagrado Coração de Jesus em Goiânia, em especial aos padres, Wagner do Amaral Gama e Gregório Batista.

Ao Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa – CSDP, na cidade de Barbacena, Minas Gerais - MG, ao padre Ilário Zandonade.

Aos colegas de trabalho, aos meus chefes diretores que contribuíram diretamente nas minhas justificadas faltas e a todos os que indiretamente contribuíram comigo.

À colega de profissão, Karine e ao Carlos da Psicopias2, PUC Goiás, área VI.

Além dessas pessoas, agradeço ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por meio da bolsa taxa de pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para que essa pesquisa se concretizasse. Gratidão a todos vocês.

RESUMO

GONÇALVES, Kenia Magalhães. *O método preventivo na ação de Dom Bosco em comparação com as proteções sociais da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas*. 2025. 114 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2025.

A presente pesquisa propõe-se a refletir e aprofundar o estudo sobre a vida e obra de Dom Bosco, explorando sua atuação com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade por meio de seu método preventivo, e comparando-o com as proteções sociais previstas pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. O objetivo é analisar como os princípios de prevenção e formação moral presentes na metodologia de Dom Bosco se alinham com os objetivos da assistência social moderna, abordando questões de risco social e (re)incidência de vulnerabilidades. A hipótese é a de que a superação das situações de risco e vulnerabilidade social dos jovens no método preventivo de Dom Bosco está relacionada com as proteções sociais da LOAS. A metodologia adotada compreende uma análise bibliográfica e documental, estruturada em três capítulos: os fundamentos do método preventivo de Dom Bosco; os objetivos e as proteções sociais da LOAS; e, por fim, a relação entre a atuação de Dom Bosco e as proteções sociais oferecidas pela LOAS, investigando seus êxitos, limites e contribuições para a proteção e inclusão social, bem como sua capacidade de promover uma transformação social mais ampla e equitativa.

Palavras-chave: Dom Bosco, Assistência Social, Vulnerabilidade Social, Método Preventivo e LOAS

ABSTRACT

GONÇALVES, Kenia Magalhães. *The preventive method in Don Bosco's action in comparison with the social protections of the Organic Law of Social Assistance – Loas*. 2025. 114 f. Dissertation (master's degree) – Pontifical Catholic University of Goiás, School of Teacher Training and Humanities, Goiânia, 2025.

The present research aims to reflect on and deepen the study of the life and work of Don Bosco, exploring his efforts with children, adolescents, and young people in situations of vulnerability through his preventive method and comparing it with the social protections established by the Organic Law of Social Assistance (LOAS). The objective is to analyze how the principles of prevention and moral formation present in Don Bosco's methodology align with the goals of modern social assistance, addressing issues of social risk and the (re)occurrence of vulnerabilities. The hypothesis is that overcoming situations of risk and social vulnerability among young people in Don Bosco's preventive method is related to the social protections provided by LOAS. The adopted methodology includes a bibliographic and documentary analysis, structured into three chapters: the foundations of Don Bosco's preventive method; the objectives and social protections of LOAS; and, finally, the relationship between Don Bosco’s work and the social protections offered by LOAS, investigating its successes, limitations, and contributions to social protection and inclusion, as well as its capacity to promote broader and more equitable social transformation.

Keywords: Don Bosco, Social Assistance, Social Vulnerability, Preventive Method and LOAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1. FUNDAMENTOS DO MÉTODO PREVENTIVO DE DOM BOSCO.....16
1.1 VIDA E OBRA DE DOM BOSCO.....16
1.1.1 INFÂNCIA.....18
1.1.2 AOS NOVE ANOS DE IDADE: UM SONHO PROFÉTICO.....18
1.1.3 O MENINO ARTISTA E O PADROEIRO DOS ILUSIONISTAS.....19
1.1.4 A ORDENAÇÃO DE DOM BOSCO.....22
1.1.5 O ORATÓRIO E AS MEMÓRIAS DO ORATÓRIO.....24
1.2 MÉTODO PREVENTIVO DE DOM BOSCO.....29
1.2.1 FUNDAMENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO MÉTODO PREVENTIVO.....29
1.2.2 PILAR DO MÉTODO: RAZÃO.....32
1.2.3 PILAR DO MÉTODO: RELIGIÃO.....33
1.2.4 PILAR DO MÉTODO: *AMOREVOLEZZA*.....36
1.2.5 COLABORADORES(AS): OS LEIGOS E AS LEIGAS.....38

2. A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS, SEUS OBJETIVOS E AS PROTEÇÕES SOCIAIS: BÁSICA E ESPECIAL.....43
2.1 MARCOS LEGAIS E NORMATIVAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.....43
2.1.1 OS OBJETIVOS DA LOAS.....47
2.1.2 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....48
2.1.2.1 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.....49
2.1.2.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.....49
2.1.3 REDE SOCIOASSISTENCIAL.....50
2.2 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS TIPIFICADOS.....51
2.2.1 SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....51
2.2.1.1 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF....51
2.2.1.2 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO – SCFV.....52
2.2.1.3 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS.....53
2.2.2 SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.....53

2.2.2.1 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS – PAEFI.....54
2.2.2.2 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL – SEAS.....54
2.2.2.3 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE (LA) E (PSC).....55
2.2.2.4 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS.....56
2.2.2.5 SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....57
2.2.3 SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO.....57
2.2.3.1 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....58
2.2.3.1.1 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL.....58
2.2.3.1.1.1 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....59
2.2.3.1.1.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM ABRIGO PARA IDOSOS.....59
2.2.3.1.1.3 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM ABRIGO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS.....60
2.2.3.1.1.4 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....60
2.2.3.1.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CASA-LAR.....61
2.2.3.1.3 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CASA DE PASSAGEM...62
2.2.3.1.4 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA. 62
2.2.3.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM REPÚBLICA.....63
2.2.3.3 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM FAMÍLIA ACOLHEDORA.....64
2.2.3.4 SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS.....65

3. COMPARAÇÃO ENTRE O MÉTODO PREVENTIVO DE DOM BOSCO E AS PROTEÇÕES SOCIAIS DA LOAS.....67
3.1 DA COMPARAÇÃO HISTÓRICA: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO.....67
3.1.1 O CAPITALISMO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX DE DOM BOSCO.....67

3.1.2 O CAPITALISMO FINANCEIRO DO SÉCULO XXI DA LOAS.....73
3.2 DA QUESTÃO SOCIAL: CONSEQUÊNCIAS SOBRE A JUVENTUDE.....77
3.2.1 JUVENTUDE ABANDONADA NA ÉPOCA DE DOM BOSCO.....77
3.2.2 VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS NA ATUALIDADE DA LOAS.....79
3.3 DA METODOLOGIA DA PROTEÇÃO.....83
3.3.1 NA AÇÃO PREVENTIVA DE DOM BOSCO.....83
3.3.2 NA AÇÃO PREVENTIVA E PROTETIVA DA LOAS.....87
3.4 DA COMPARAÇÃO PRÁTICA NO CAPITALISMO.....93
3.4.1 DOM BOSCO E O JOVEM POBRE: ÊXITOS E LIMITES DE UMA MISSÃO TRANSFORMADORA.....93
3.4.2 A LOAS E O CAPITALISMO: ÊXITOS E LIMITES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.....99

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....106

REFERÊNCIAS.....108

ANEXOS.....112

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é “o método preventivo na ação de Dom Bosco em comparação com as proteções sociais da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS”. Tem como objeto analisar a contribuição de Dom Bosco, por meio de sua trajetória e seus ensinamentos, através do método preventivo, em comparação com a proteção social realizada na vida das crianças, adolescentes e jovens, relacionada à prevenção e (re)incidência de situação de risco social. A dissertação pretende identificar êxitos, limites, convergências, divergências e possíveis complementaridades entre as duas abordagens na superação das vulnerabilidades sociais que afetam esses grupos.

A partir do objeto de estudo, a trajetória de Dom Bosco e de seus ensinamentos, busca-se investigar como suas práticas educativas e assistenciais dialogam com a política de proteção social contemporânea voltada para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social entre crianças, adolescentes e jovens. Articula os princípios do método preventivo – Razão, Religião e *Amorevolezza* (amor educativo) – com os objetivos e as proteções sociais da LOAS.

O problema está fundamentado em como o método preventivo na ação de Dom Bosco e os objetivos da LOAS e seus tipos de proteções sociais se imbricam na problemática e nas superações das situações de risco e de vulnerabilidade social vivenciadas pelas crianças, adolescentes e jovens?

A motivação que justifica a escolha do tema está enraizada na experiência profissional da autora como assistente social, em que atua diretamente em serviços socioassistenciais oferecidos em instituições como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS. Além disso, a pesquisa é enriquecida pela vivência pessoal e familiar da autora com a obra salesiana, tendo mantido contato direto com o método preventivo tanto no âmbito familiar, através do Colégio Salesiano de Goiânia, quanto acadêmico, através do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.

Por outro lado, a pesquisa surge como uma proposta inédita na articulação entre o método preventivo de Dom Bosco e a política de assistência social estabelecida pela LOAS. Haja vista que, a Educação é tradicionalmente associada ao legado salesiano. Entretanto, procura-se um novo reconhecimento das suas práticas, através da transversalidade com a Política Pública da Assistência Social, no que diz respeito ao

atendimento às crianças, adolescentes e jovens abandonadas e, em situação de vulnerabilidade social.

Esse trabalho tem por objetivo geral relacionar a trajetória de Dom Bosco e sua atuação com as crianças, os adolescentes e os jovens, por meio do método preventivo, às proteções sociais da LOAS. Como objetivos específicos, busca-se: apresentar os fundamentos do método preventivo de Dom Bosco, a partir de sua aplicação; demonstrar a LOAS, seus objetivos e as proteções sociais, tanto básica quanto especial; e identificar os êxitos e limites nas atuações práticas de Dom Bosco e da LOAS na oferta de serviços socioassistenciais.

A metodologia desenvolvida neste projeto emprega duas abordagens: bibliográfica e documental. A princípio, a pesquisa bibliográfica, conforme Severino (2013), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (Severino, 2013, p. 106). Ademais, a presente pesquisa também se utiliza, como metodologia complementar, da abordagem documental (Severino, 2013, p. 107), que abrange outras fontes além das impressas e das bibliográficas, como sites, jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais.

A hipótese desta dissertação está confirmada em como o sucesso do método preventivo de Dom Bosco se relaciona com as proteções sociais da LOAS, no que se refere à superação de situações de risco e vulnerabilidade social em que se encontram as crianças, adolescentes e jovens. Nisso, a comparação prática entre suas atuações por caminhos distintos, se propõe a chegar no mesmo destino em salvar os jovens pobres e abandonados. Nessa situação, observa-se as coincidências que envolvem êxitos e limites de ambos, defronte ao sistema capitalista.

O referencial teórico neste estudo para a compreensão do método preventivo de Dom Bosco, por meio de sua vida e obra tem como base diversas biografias, sendo as principais: Scaramussa (1977; 2013); Bosco (2001a; 2001b); Braido (2004; 2008); Wirth (2010a; 2010b; 2015); Lenti (2012; 2013; 2014); Buccellato (2015); Kuttianimattathil (2017); Sandrini (2018); Ferreira (2018). Além das bibliografias tem como referencial teórico: Oliveira (2004); Marx (2004); Weber (2004); Cassab (2012); Santos (2015).

E para desenvolver sobre as proteções sociais da LOAS dialogamos com os textos de autores(as) importantíssimas para esta temática, dentre as principais e de trabalhos relevantes na área da assistência social brasileira, as assistentes sociais: (Silva, 2012),

Sposati (2001; 2009); Iamamoto (2001); Boschetti (2003), dentre outros autores, que contribuíram com a discussão.

A pesquisa, está subdividida em três capítulos: O Capítulo 1: “O método preventivo na ação de Dom Bosco”, sobre os fundamentos do método preventivo de Dom Bosco investiga as bases do método que consistiam na Escritura, no Catecismo e nos três pilares. Dom Bosco procurou pregar a palavra de Deus por meio da Escritura Sagrada, essa que fundamentou todo seu trabalho com os jovens, através da aplicabilidade do método preventivo, baseando-se em três pilares de sustentação: Razão, Religião e *Amorevolezza*.

O Capítulo 2: “As proteções sociais na LOAS” apresenta a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, seus objetivos e as proteções sociais: básica e especial. A proteção social básica trata-se da prevenção familiar, ou seja, as equipes de profissionais devem atuar de forma preventiva e voltar o seu trabalho para o planejamento e execução de ações antecipadoras às ocorrências ou ao agravamento de situações de risco social e vulnerabilidades, que podem dificultar o acesso da população aos seus direitos sociais. Já a proteção social especial, atua-se junto às famílias e aos indivíduos que já estão com os vínculos familiares e comunitários fragilizados ou até mesmo rompidos, como situação de rua, cometimento de ato infracional, exposição a serem vítimas de exploração, violações de direitos, a violência, a fome e a desesperança, em que se dividem em proteções sociais de média e alta complexidade.

O Capítulo 3: “Comparação entre a ação do método preventivo de Dom Bosco e as proteções sociais da LOAS” identifica a relação da atuação de Dom Bosco com os objetivos da LOAS, na oferta dos serviços socioassistenciais entre êxitos e limites das atuações. As fontes abordadas na pesquisa pretendem fundamentar os resultados referentes à superação de situações de risco social, vivenciadas pelas crianças, adolescentes e jovens abandonados e vulneráveis. Tanto as que se referem às vivências na época de Dom Bosco, relacionando-as com o método preventivo, quanto as da atualidade, relacionando-as com os objetivos da LOAS, por meio das proteções sociais.

O processo da dissertação atendeu ao cronograma de execução proposto, 2023/1: Levantamento bibliográfico, leitura dirigida, análise de fontes, revisão do projeto, disciplinas obrigatórias, como as de orientação I, II e III, participação em eventos, publicações, exame de qualificação, escrita e revisão da dissertação, defesa e entrega da dissertação, 2025/1.

1. FUNDAMENTOS DO MÉTODO PREVENTIVO DE DOM BOSCO

Este primeiro capítulo consta de duas partes. Na primeira parte apresentaremos algumas das mais significativas contribuições de Dom Bosco, o qual dedicou toda a sua vida à evangelização e produziu obras práticas com base nas orientações da Igreja Católica da época. Essa apresentação da vida e obra de Dom Bosco segue a sua trajetória, desde a infância até as Memórias do Oratório, passando pelos sonhos e pela ordenação como sacerdote.

Numa segunda parte apresentaremos as bases metodológicas do método preventivo que consiste em três pilares: Razão, Religião e *Amorevolezza*. Essa metodologia era aplicada por eclesiásticos, educadores e os colaboradores(as): leigos e leigas.

1.1 VIDA E OBRA DE DOM BOSCO

Seu nome de batismo era João Melchior Bosco (1815-1888), nasceu em Castelnuovo d'Asti, na Itália, em 16 de agosto de 1815 e morreu no dia 31 de janeiro de 1888, no local da primeira casa salesiana do mundo, no bairro de Valdocco, na cidade de Turim, no norte da Itália.

O vilarejo em que Dom Bosco nasceu, lhe prestou homenagens ao acrescentar o seu nome ao local.

> A família Bosco morava num vilarejo chamado Becchi que, hoje, em homenagem a Dom Bosco, se chama Colle Don Bosco. Tudo se resumia a não mais que dez casas plantadas em um morro rodeado de campos ondulados e vastos. Plantações de uvas e matas. O lugar fazia parte do distrito de Murialdo, a 5 quilômetros de Castelnuovo d'Asti, sede do município, [...], atualmente Castelnuovo Don Bosco (Bosco, 2001b, p. 17).

Daquele pequeno lugar surgiu uma criança que aos nove anos teve um sonho profético com os jovens em conflito de violência, que o influenciou nas suas ações imensamente ainda na infância, e depois de se tornar padre pode ser aconselhado pelo seu mentor espiritual padre José Cafasso, que desenvolvia um trabalho de aconselhamento com jovens encarcerados, prática acompanhada por Dom Bosco, durante o período em que esteve no Colégio, e por muito mais tempo que se dedicou a isso, que se deu início desta maneira.

> Dom Bosco permanecerá no Colégio Eclesiástico por três anos, sob a guia do seu diretor espiritual, São José Cafasso; no verão de 1844, quando ele deixar essa preciosa instituição eclesiástica, a sua formação humana e espiritual carregará para sempre uma marca indelével (Buccelato, 2015, p. 16).

Nessa convivência com o padre Cafasso “alcançou paz de espírito, direção e liberdade” (Sandrini, 2018, p. 31). Para o desempenho das atividades para com o público jovem e pobre, desde o início desenvolveu um método chamado de método preventivo de Dom Bosco. Este método tem como base três pilares: Razão, Religião e *Amorevolezza*. Embora tenha sido publicado posteriormente como será abordado na segunda parte, o método foi sendo desenvolvido na própria ação de Dom Bosco com os jovens.

Esta dedicação à evangelização das pessoas empobrecidas, principalmente dos jovens, o fez se tornar São João Bosco, pelo Papa Pio XI, no domingo de Páscoa, no primeiro dia de abril de 1934, “Dom Bosco é declarado santo” (Ferreira, 2018, p. 278).

A partir daí, São João Bosco é um dos santos mais populares da Igreja Católica. A veracidade disso está que no Brasil, Dom Bosco é o padroeiro da Capital Federal, Brasília inaugurada em 21 de abril de 1960.

E aconteceu que anterior à formalização desta homenagem surgiu uma primeira que a antecedeu, como parte dos preparativos havia uma mobilização em que,

> Entre tapumes e barracões improvisados para abrigar os operários na construção da Capital Federal, despontou a primeira obra de alvenaria [...]; era uma capela, em forma de pirâmide. Era a Ermida Dom Bosco, localizada às margens do Lago Paranoá. Foi construída em 1957, em homenagem ao santo católico que seria declarado o padroeiro de Brasília. E a congregação dos salesianos [...]. Foi a primeira congregação religiosa a chegar no Distrito Federal (Amado, 2021, p. 59).

Como consequência da vida e obra de Dom Bosco, especialmente no que se refere ao seu amor e dedicação às crianças, adolescentes e jovens, sobretudo os mais pobres, ele foi reconhecido pelo Papa João Paulo II, no centenário de sua morte, em 1988, como “Pai e Mestre da Juventude”. (Ferreira, 2018, p. 278). De acordo com, a Organização Mundial de Saúde – OMS, a juventude é uma fase de transição “entre 15 e 24 anos”.

De volta ao texto, se faz menção ao sonho que Dom Bosco teve aos 9 anos, os garotos eram sobretudo, os protagonistas, estes deveriam ser tratados sempre de uma única maneira, na preferência da escolha do amor e não com pancadas (Ferreira, 2018). Veremos sobre esse assunto, logo a seguir.

1.1.1 INFÂNCIA

Dom Bosco, que no período de infância era Joãozinho Bosco, consta que ele foi um menino obediente à família e à Igreja. Perdeu o pai Francisco Bosco, muito cedo, aos dois anos de idade, por isso foi educado pela mãe, a camponesa Margarida Occhiena (1788-1856).

A sua primeira educadora e mestra de “pedagogia” foi sua mãe. Depois de sessenta anos, ele escreve a respeito dela, que “seu máximo cuidado foi de instruir os filhos na religião, orientá-los à obediência e ocupá-los em coisas compatíveis à idade” (Braido, 2004, p. 130). A tais práticas somava-se um discreto aprendizado do ler e do escrever.

É nítido que, em família por meio da devoção cristã ele aprendeu, acima de tudo, o hábito da oração, do dever, do sacrifício. A seu tempo guiado pela mãe entrou em contato com a palavra de Deus participando do catecismo e da pregação (Wirth, 2015). Teve por base os dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana reafirmada na aparição de Nossa Senhora, em sonho.

1.1.2 AOS NOVE ANOS DE IDADE: UM SONHO PROFÉTICO

O sono de uma criança, naquela noite foi transcorrido por uma situação inusitada, nela via-se em meio a jovens desordeiros, que se transformavam em feras, e tentavam modificar a situação por meio da violência (Wirth, 2015).

Aquele sonho gerou reflexão futura na ação de Dom Bosco. Para Braido (2004), “Ele resumia a riqueza desses significados na reinterpretação madura da lição que ele faz remontar ao sonho dos 9 anos: Não com pancadas, mas com a mansidão e com a caridade que deverás conquistar estes teus amigos” (Braido, 2004, p. 270).

A maneira como ele recebeu essa mensagem revelada no sonho foi fundamental para que o jovem João Bosco percebesse que a educação e o contato próximo com os jovens passavam pela confiança, pelo amor, pelo carinho; essa foi uma ideia que o acompanhou por toda a vida.

Procurou dar prosseguimento aos princípios evangélicos do sonho, o menino João Bosco atraiu pra si crianças da sua idade, amigos e vizinhos, evangelizando-os através de ilusionismos e práticas de saltimbancos. Usava suas habilidades como mágico e malabarista para aproximar os outros garotos da oração e dos princípios evangélicos (Ferreira, 2018).

Para continuar a dizer que desde o início fez com que dedicasse a sua vida eclesiástica a este público que tanto precisava do auxílio e do amor de pai celestial (Ferreira, 2018). Nas *Memórias do Oratório de São Francisco de Sales, o* próprio Dom Bosco relembra um diálogo seu com o padre Cafasso, que nos conta:

> Um dia o padre Cafasso me chamou e disse:
> - O senhor terminou os estudos; deve agora trabalhar. A messe é muito grande nestes tempos. A que se sente mais inclinado?
> - [...]
> - O que o senhor julgar melhor.
> - Não se sente inclinado a uma coisa mais que a outra?
> - Minha propensão é para cuidar da juventude. O senhor faça de mim o que quiser; verei no seu conselho a vontade de Deus.
> - Mas neste momento o que há no seu coração? Em que pensa?
> - Neste momento pareço estar no meio de uma multidão de jovens que me pedem ajuda (Ferreira, 2018, p. 144-145).

Com certeza demonstra essa predileção pelos jovens, desde os seus primeiros anos. Dom Bosco no sonho que teve, lhe serviu para mostrar o profundo sentido da sua vida e da missão reveladora para com os jovens, para chegar ao seu objetivo principal, a salvação das almas (Ferreira, 2018).

Logo, a pregação dada servia da contemplação de felicidade divina e eterna, por meio da conversão da pessoa que salvará a sua alma. E, sobretudo a preocupação era com os jovens, em especial, para não ficar de fora desse banquete celestial, seriam para Dom Bosco escolhidos por serem amados (Bosco, 2001a).

No próximo item daremos a continuidade, a respeito da escolha que Dom Bosco fez pela juventude da maneira alegre e lúdica.

1.1.3 O MENINO E O PADROEIRO DOS ILUSIONISTAS

Em conformidade com a biografia infantil (Ferreira, 2018), João Bosco buscava desenvolver e usar suas habilidades com pequenas apresentações como mágico e malabarista. Ela nos reconta que, queria aproximar os outros garotos da oração e dos princípios evangélicos. Para isso, exercitava-se todos os dias até aprender, como por exemplo, a caminhar sobre a corda e realizar diversas acrobacias.

Com certeza, foram meses de dedicação aos treinos, de constância e de tombos também. Ele mesmo descreve essa fase da sua vida na obra, *Memórias...* declara que “aos 11 anos fazia jogos de prestidigitação, dava saltos mortais, imitava a andorinha,

andava com as mãos, caminhava, saltava e dançava na corda como um saltimbanco profissional” (Ferreira, 2018, p. 42-43).

Afinal, Dom Bosco ainda menino, procurava despertar a vontade e o desejo de ouvir a Palavra de Deus. Pois, agia com os amigos e vizinhos de maneira didática e lúdica, enraizada adequadamente ao local da sua origem (Wirth, 2015).

Portanto, fazia com que fosse o mais acessível e adequado ao entendimento e o envolvimento do camponês, que podia despertar neles o sentimento de pertença aos fundamentos da Igreja e à justificativa da reprodução religiosa destes, na família e na comunidade dos Becchi (Wirth, 2015).

Da mesma forma, Wirth (2015) aponta no local, a presença de pessoas de faixas etárias diferentes, além da dos eclesiais, os detalhes mostram que

> Essas histórias reduzidas a uma forma simples e popular, apresentadas com os costumes da época, lugares, com os nomes ontem e hoje, apelaram muito aos mais pequenos, aos adultos, e até mesmo aos eclesiásticos que por acaso estavam presentes (Wirth, 2015, p. 751).

Logo, havia a participação popular e da Igreja nas apresentações, e se repetia no final de cada apresentação o mesmo artifício de busca pelo destaque da oração a ser proferida e pelo poder de convencimento de Dom Bosco, sempre a favor da Igreja (Wirth, 2015).

Desta maneira, em todas as estações ano, apesar das suas especificidades climáticas, iniciadas em tempo de inverno frio e rigoroso era utilizada essa sua ação que estimulava no final das histórias contadas. João tirava um rosário do bolso, se punha de joelhos e convidava todos a rezar como ele, provavelmente se deixava exalar pela voz infantil que ainda possuía, uma enorme carga afetiva de devoção.

Depois, com o término da estação fria de inverno, a temperatura no verão esquentava, ele precisava de inovar uma estratégia para atrair os seus amigos para continuar a reuni-los. Então, Joãozinho Bosco continuou a se inspirar nos saltimbancos que via e admirava na feira que havia na vila vizinha dos Becchi.

Assim como ele, o povo todo se amontoava para assistir aos números dos prestidigitadores e acrobatas e era o suficiente para o jovem Bosco concluir que ele precisava continuar a aprender a fazer essas coisas para permanecer realizando as suas reuniões, mesmo durante as outras estações da primavera e do verão.

A partir dessa iniciativa do menino Bosco, quando despontava o frio intenso na região, já não era mais o empecilho que dificultava para as pessoas buscarem alternativas de entretenimento e de principalmente, a da participação religiosa.

Antes disso, havia a escolha minuciosa dos textos, definidos por critérios de terem bons exemplos, a serem utilizados para a pregação. Num esforço de memória, “ele podia contar a seus companheiros os exemplos ouvidos no sermão ou no catecismo e repetir trechos da ‘Explicação do Evangelho’ ouvido pela manhã” (Wirth, 2015, p. 746).

Com a prática desta ação pensada anteriormente, despertava nas pessoas ali presentes, a vontade de participar deste momento da oração e do apelo aos dogmas da Igreja, manifestados pela fé e pela participação efetiva dos fiéis. Esse era o único pagamento que Joãozinho exigia de sua plateia amiga e participativa (Wirth, 2015).

Depois desse momento de evangelização, por meio também da descontração e da brincadeira, todas as pessoas que participavam do evento, retornavam para suas casas, com a intenção de voltar aos próximos encontros marcados por episódios de fé e de diversão.

Em virtude disso, João Bosco era considerado um “menino prodígio” da evangelização na sua infância e, por meio das mágicas e das histórias narradas por sua mãe, já desde aquela etapa primeira da sua vida procurava manter os seus colegas afastados do mal.

Isso nos conta que esta experiência começa a amadurecer a vocação sacerdotal de Dom Bosco, desde logo cedo, aos seus 11 anos de idade. E que quando se tornou padre lhe serviu de inspiração divina, aos moldes futuros de catequizar as crianças, os adolescentes e os jovens.

Essa maneira antiga de agir de Dom Bosco demonstra a sua confiança de que se tratava de ações complementares entre si, através da diversidade de fatos, como, o de ter sido intitulado pelos ilusionistas como o seu padroeiro. Esta homenagem surgiu com os ilusionistas do mundo todo, sobretudo os católicos.

O início do movimento se dá na Espanha, em 1953, por iniciativa do padre Wenceslau Ciuró, destacado ilusionista amador, sob o pseudônimo Ling Kai-Fu. Em Portugal, na Cidade do Porto, o Clube Ilusionista Fenianos, desde a sua fundação, em 1959, presta homenagem a Dom Bosco, enquanto padroeiro dos Ilusionistas (Cardinal, 2016, p. 01).

Quase meio século depois, no ano de 2002, centenas de requerentes ilusionistas se deslocaram a Roma, a fim de apresentar uma petição ao então Papa João Paulo II, no sentido de o Vaticano oficializar São João Bosco como Padroeiro dos Ilusionistas.

Na oportunidade, presentearam a Sua Santidade, com uma “Varinha Mágica”, o Papa respondeu: “Você precisará de muitas varinhas mágicas para mudar nosso mundo, mas vamos começar com esta!” (Boletim Salesiano, 2013, p. 1), tentativa que não logrou êxito naquela ocasião. Dentre eles, um dos grandes animadores desta petição foi o padre salesiano, Silvio Mantelli, seu nome artístico é “Mago Sales”. Se declara, padre por vocação sacerdotal, ilusionista por paixão.

Dessa iniciativa, o que nos cabe saber é que graças ao interesse de Dom Bosco pelos jogos de prestidigitação e de habilidade, comemora-se no dia 31 de janeiro, data de sua morte, o Dia Mundial dos Mágicos, como homenagem reconhecida a São João Bosco. (Cardinal, 2016).

Muito antes de ser homenageado, sob o título de São João Bosco, teve a sua ordenação de padre que a partir daí, naturalmente se tornou Dom Bosco.

1.1.4 A ORDENAÇÃO DE DOM BOSCO

Primeiramente, retornaremos ao seu passado, marcado por uma história de dificuldades para estudar devido à situação de pobreza vivida por ele e sua família. Desde criança e também na adolescência, precisou aprender, por meio da dureza do trabalho, o valor da vida, uma realidade naturalizada pela época e pelas condições em que vivia.

Posteriormente, quando Dom Bosco pode se matricular no seminário, custeou seus estudos com a ajuda de benfeitores e com o suor do seu trabalho buscou superar os inúmeros desafios. Mas, consegue concluir a sua formação eclesial no Colégio Eclesiástico de Turim, escola para jovens seminaristas que, por inspiração do Venerável Pio Bruno Lanteri, nasceu nos ambientes do velho convento anexo à igreja de São Francisco de Assis (Bosco, 2001b).

Daquele lugar, no dia 05 de junho de 1841 ocorreu a ordenação de Dom Bosco. O local foi “na capela do arcebispo [...] vestindo a alva [...] deita-se no chão diante do altar” (Bosco, 2001b, p. 107). Naquele momento, demonstra estar

> Pálido pela emoção e pelos últimos dias extenuantes, João se ergue e vai ajoelhar-se aos pés do arcebispo. Luís Fransoni impõe-lhe as mãos na cabeça e

> invoca o Espírito Santo para que venha e o consagre sacerdote. Sacerdote para sempre.
>
> Alguns minutos depois, João Bosco, unindo-se à voz do arcebispo, inicia sua primeira concelebração. Tornou-se Dom Bosco (Bosco, 2001b, p. 107).

É fato que, iniciado e terminado o rito da celebração de ordenação se tornou padre, passou a ser chamado de Dom Bosco. Primeiramente, busca dar continuidade ao seu convívio com os jovens, já era uma realidade em parceria com o padre Cafasso, ajudando-os no que fosse necessário, em especial, os que sofriam violação de direitos, como a violência e o abandono.

Dava a estes, sequência nos trabalhos já desenvolvidos, as visitas institucionais na carceragem, concomitante a outras ações. De certo, sempre os influenciava na evangelização, não havendo lapso temporal de interrupção. Naquele mesmo ano de 1841,

> [...] ano da sua ordenação presbiteral, escreve: começou-se a reunir os rapazes pobres e abandonados na cidade de Turim. Reuniam-se em lugares destinados a isso e em igrejas, eram envolvidos em divertimentos agradáveis e honestos, instruídos e encaminhados a receber dignamente os santos sacramentos da crisma, da confissão e da comunhão (Buccellato, 2015, p.19).

Depois de se tornar padre escolhe um lema para sua vida religiosa: *Da mihi animas cetera tolle* (Dai-me as almas, ficai com o resto). Trata-se de mensagem bíblica extraída do Antigo Testamento do Livro de Gênesis 14,21. Ali se inicia a sua obra de salvação das almas para Deus (Wirth, 2010a).

Quanto ao lema, há relatos de que, em 1854, quando Domingos Sávio chegou ao Oratório de Valdocco, aos doze anos, leu na parede, acima da cabeça de Dom Bosco, que estava sentado à sua escrivaninha, a célebre frase mencionada (Sandrini, 2018). Além disso, outra mensagem bíblica, presente no Novo Testamento, traz uma versão paralela: no Evangelho de Mateus 22,21, lê-se: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.

Ao compararmos essas duas perícopes, podemos perceber uma semelhança lógica entre elas. Tanto no livro de Gênesis quanto no Evangelho de Mateus, o que se destaca nesta reflexão, e chamou a atenção de Dom Bosco, é a ênfase na supremacia do valor das pessoas e de suas almas como o que há de mais precioso para Deus, em contraste com a posse de bens materiais, como dinheiro e moedas.

Nesse contexto, o que importa para Jesus naquela passagem é o que pertence a Deus. De maneira semelhante, Dom Bosco, em toda a sua trajetória como sacerdote, dedicou-se a ser um evangelizador da Palavra e do amor divino, buscando aprimorar o estudo e a vivência cotidiana desses e de outros ensinamentos bíblicos fundamentados nos princípios cristãos.

Sendo assim, Dom Bosco dedicou a sua vida de sacerdote à proteção social das crianças, adolescentes e jovens, pessoas em desenvolvimento que vivenciavam dificuldades extremas nas ruas de Turim e dos vilarejos próximos. Aqueles jovens sofriam com a fome, ausência da família, pobreza e trabalhos com horas excessivas (Lenti, 2012).

Logicamente, nesta violação de direitos humanos predominavam: abandono, negligências, desemprego, situação de rua, falta de moradia, violências física, sexual, psicológica e moral, alguns deles cometiam delitos para tentar sobreviver à dolorosa rotina de miséria e desamparo.

É nesse contexto de vidas sofridas, que Dom Bosco analisando essa situação gravíssima vivenciada por eles, como a falta das suas necessidades humanas atendidas começa, então, a oferecer espaços de convivência comunitária e “familiar”, com a colaboração de mulheres benfeitoras.

> Estas santas mulheres tinham-se agrupado em torno de Mamãe Margarida, sempre a primeira, e sua boa irmã; depois, a senhora Margarida Gastaldi, mãe do Cônego Lourenço Gastaldi, e com ela a Marquesa Fassati; outra ilustre dama da corte e outras ainda, que não desdenhavam associar-se à humilde camponesa dos Becchi para remendar os trapos dos rapazes no seu pobre quartinho no Oratório (Buccellato, 2015, p. 28).

Uma vez que, aquele espaço de ajuda mútua era chamado de oratório, local de acolhida, fé e devoção a São Francisco de Sales, em homenagem ao santo que deu origem ao nome salesiano. Trata-se do próximo item que abordaremos.

1.1.5 O ORATÓRIO E AS MEMÓRIAS

De acordo com a historiografia, percebe-se que a trajetória de Dom Bosco foi marcada pela perseverança no trabalho e nos estudos. A partir daí, como já foi dito anteriormente, o seu desempenho para com os jovens, se fez numa ação pensada que não tinha o propósito imediato da fundação da sociedade salesiana, ocorrida depois, em 1859 (Ferreira, 2018).

Entretanto, de maneira lenta e gradual, nas adjacências da Igreja de São Francisco de Assis (Buccellato, 2015), acontecem as atividades que antecedem à formalização, quando o autor relata que:

> Durante os anos de 1850 começa a tomar forma a futura Sociedade Salesiana. No pensamento de Dom Bosco, a origem da Sociedade de São Francisco da Sales deve ser entendida como um processo evolutivo, cujo início praticamente coincide com alguns acontecimentos decisivos de sua existência e, em particular, com a experiência de um catecismo iniciado num ambiente adjacente à sacristia da igreja de São Francisco de Assis (Buccellato, 2015, p. 31).

Acima de tudo, é preciso dizer sobre o registro posterior ao funcionamento do oratório. Aconteceu que, em certa viagem a Roma, Dom Bosco foi ter com o Papa Pio IX, que nesta ocasião lhe ordenou a escrita dos fatos que se sucederam na fundação do Oratório de São Francisco de Sales, em prol dos jovens pobres e vulneráveis.

Sobretudo, em obediência ao pedido do Papa, Dom Bosco escreve, *Memórias do Oratório de São Francisco de Sales.* Trata-se de um acervo documental, fundamentado na singularidade particular de como ele praticava assistência às crianças, aos adolescentes e aos jovens em situação de risco e vulnerabilidade social de sua época.

Tendo em vista que, Dom Bosco buscou estar perto e cuidar dos jovens, sobretudo os mais vulneráveis que se encontravam nas ruas, recém-dispensados da cadeia, são os que se mantinham em situação de maior perigo. Conforme, logo percebe: “Dom Bosco chega rápido a conclusões: esses rapazes precisam de escola e trabalho que lhes abram um futuro mais seguro” (Bosco, 2001b, p. 116).

Visto que, para ajudar na disciplina e difundir as regras da moralidade chegou a convidar outros meninos já instruídos em que, “mesmo em meio às suas ocupações normais, permanecendo na própria família, eles podem viver como se de fato estivessem numa congregação” (Buccellato, 2015, p. 40). Todos eram dotados com boa conduta moral para dar o início à programação do oratório, que funcionava assim:

> [...] em todos os domingos e dias santos dava-se comodidade para se aproximarem dos santos sacramentos da Confissão e da Comunhão; marcava-se ainda um sábado e um domingo por mês para cumprir esse dever religioso. À tarde, em hora determinada, entoava-se um cântico e dava-se catecismo; em seguida, explicava-se um exemplo e, por vezes, distribuía-se alguma coisa a todos, outras por sorteio (Ferreira, 2018, p.140).

Todavia, não havia espaço determinado para funcionar o oratório, não se tinha local definido, era itinerante. Dessa maneira, como estratégia para a continuidade do

funcionamento precisava migrar para diferentes regiões da cidade de Turim, geralmente ocupava espaços locados ou cedidos.

Isso acontecia basicamente, devido à ausência de sede própria, aliada a tamanha rejeição da vizinhança que se mostrava bastante insatisfeita, e que chegava a ocasionar constantes reclamações referentes às algazarras e ao barulho causados pela correria das brincadeiras, praticadas pela alegria dos meninos.

Outro ponto, que não se deve deixar de citar é o evidente preconceito de algumas pessoas, que se manifestavam contrárias à permanência do oratório na circunvizinhança. E ocorria até mesmo, situações de desafetos contra a pessoa de Dom Bosco, pelo fato da proteção e do cuidado dispensados aos jovens. Pois, muitos dos que buscavam por ajuda na casa seriam egressos do sistema penitenciário.

Entretanto, estas situações ditas, em que o oratório se desloca forçadamente, de uma área para outra, por falta de local próprio, ora por discriminação aconteceram de fato. No entanto, depois de algum tempo consegue se fixar localmente, no bairro de Valdocco, em Turim.

Finalmente, neste local puderam continuar a acontecer as reuniões recreativas, em que para Dom Bosco, os “[...] meninos e jovens passam os dias afastando-se dos perigos que encontram na rua, e instruindo-se na prática da religião” (Silva, 2013, p. 46). Porém, com algumas alterações que,

> Dom Bosco conta nas Memórias do Oratório que procedeu então a uma alteração do programa religioso para os domingos e festas: Depois da Missa, quando o padre havia tirado as vestes litúrgicas, subia em uma pequena plataforma para fazer a explicação do Evangelho, que depois mudou para passar para a narração seguida pela *História Sagrada*, publicada em 1847 [...] O que é História Sagrada? História sagrada, lê-se nos “avisos preliminares”, é a história “contida na Bíblia”; é a história do “povo de Deus” (Wirth, 2015, p. 751).

De qualquer forma, Dom Bosco teve que inovar a proposta inicial do seu trabalho apostólico num período que a vida religiosa na Itália ressentia mudanças em sua configuração jurídica. Pois,

> De fato, o que ele pretendia era fundar uma sociedade cujos membros fossem capazes de partilhar o mesmo projeto, sendo uns como membros externos (leigos vivendo no mundo – salesianos cooperadores) e outros como membros internos (religiosos consagrados vivendo em comunidade) (Folheto Litúrgico Paroquial, 2024, p. 02).

No entanto, o país se encontrava numa adequação jurídica. Trata-se de uma época de renovação das leis da Itália, de direitos suprimidos a deveres estabelecidos, a Lei Ratazzi (1854-1855) igualava todas as instituições e cidadãos e a situação civil estava restaurada pela união dos seus territórios.

Portanto, diante de um cenário de recuo da Igreja frente o Estado. Então, “depois de muitas tentativas com a Santa Sé, teve de se adequar aos tempos e acabou por fundar dois grupos: os Salesianos Consagrados (1859) e a Associação dos Salesianos Cooperadores (1876)” (Folheto Litúrgico Paroquial, 2024, p. 02).

Assim, nesta época considerada renovadora, em 1859, Dom Bosco funda a Congregação Salesiana, que tem como nome oficial Pia Sociedade de São Francisco de Sales, em homenagem ao santo que propôs a alegria como caminho de santidade, de quem ele era devoto. E seus participantes passariam a ser chamados de Salesianos de Dom Bosco - SDB.

A aprovação da congregação religiosa aconteceu em 1874, pelo Papa Pio IX. Antes disso, portanto, funcionou por uma década e meia, tempo em que serviu para a justificativa da sua existência e da aprovação honrosa da Igreja.

Ademais, na questão de devotamento é possível acrescentar que, Dom Bosco era um fervoroso devoto de Nossa Senhora Auxiliadora. Por isso um pouco depois fundou o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, em 1872 (Sandrini, 2018), juntamente com Maria Domenica Mazzarello, que é uma congregação religiosa de freiras dedicadas ao cuidado e a educação de meninas pobres e abandonadas – as salesianas.

Embora tenha havido esta ação integrativa proposta por Dom Bosco, entre ele e Mazzarello, o foco de Dom Bosco era acolher em seu oratório só pessoas do sexo masculino, com características específicas, meninos que foram abandonados e ficavam a vagar pelas ruas e praças da cidade, rapazes que vinham do interior, sem escola, sem vontade de aprender nem trabalhar e alguns desses meninos acabavam de deixar a cadeia (Ferreira, 2018).

Além disso, havia uma grande oferta de mão de obra barata a ser explorada. Isso serve para ilustrar quando Dom Bosco dizia que o Oratório festivo era a ‘paróquia’ dos meninos trabalhadores explorados, pobres, migrantes e descuidados (Ferreira, 2018).

Em outras palavras, Dom Bosco descreve quais eram os tipos de jovens atendidos ali. “[...] de modo geral o Oratório compunha-se de canteiros, pedreiros, estucadores, calceteiros, rebocadores e de outros que vinham de povoados distantes[...], saboianos, suíços, do Vale de Aosta, de Biella, de Novara, da Lombardia” (Lenti, 2012, p. 385).

Evidentemente, de posse deste diagnóstico, tentava resolver ou amenizar este cenário da questão social vivenciada por estes garotos, ele acreditava que era preciso “prevenir e não reprimir” (Braido, 2004).

Por essa via de pensamento deu continuidade a proposta do Oratório, espaço em que os meninos podiam aprender um ofício, brincar, passear e seguir o caminho do bem por meio da religião (Ferreira, 2018).

Em particular, “nos oratórios, a parte religiosa ocupava posição de destaque, quando o catecismo, os sermões e a bênção do Santo Sacramento são práticas essenciais” (Silva, 2013, p. 46).

Então, no oratório se desenvolvia a obra salesiana, inspirada num sonho de infância (Joãozinho), que se estendeu por toda a sua vida eclesial baseada no amor e na total confiança mútua, que despendia aos que mais precisavam de apoio e sustentação moral e religiosa.

Por outro lado, Dom Bosco advertia: “Nunca aborrecer nem obrigar os jovens à frequência dos santos sacramentos”. Continuava: “Antes, procure-se ressaltar a beleza, a grandeza e a santidade dos sacramentos” (Braido, 2004, p. 43).

Como também, pretendia formar “bons cristãos e honestos cidadãos”. Para isso, era preciso expandir as possibilidades de abertura para a existência da garantia dos meios de qualificação profissional e o escolar. Isto é, disponibilizava as oficinas práticas, oriundas de experiências anteriores de trabalho por ele vivenciadas, antes de se tornar padre teve que trabalhar para garantir o seu próprio sustento. Exemplificando, ter experimentado a dureza de uma vida em regime de pobreza.

Assim como, o contato que teve com esta experiência pessoal serviu para mantê-lo inspirado a seguir em frente, com o sonho dedicado em transformar em ação de cuidar dos jovens, sobretudo dos desamparados.

Adicionalmente, nas *Memórias do Oratório de São Francisco de Sales*, Dom Bosco narra que “[...] Aos 10 anos fazia o que era compatível com essa idade: uma espécie de Oratório festivo” (Ferreira, 2018, p. 41). E conclui:

> […] Eu era ainda muito pequenino, e já estudava o caráter dos meus companheiros. Olhando para o rosto de um deles, quase sempre descobria os propósitos que lhe iam no coração. Era por isso muito querido e respeitado pelos da minha idade (Ferreira, 2018, p. 41).

Ainda nas *Memórias*, Dom Bosco lembra que quando menino, durante o inverno, reunia os seus vizinhos no estábulo para ler algumas histórias de livros. “[...] diziam que

vinham para ouvir a pregação, fazíamos todos o sinal da cruz e rezávamos uma *Ave-Maria,* antes e depois das minhas narrativas" (Ferreira, 2018, p. 42).

Pois, o intuito de Dom Bosco no oratório era evangelizar os garotos, mas também dava a eles a oportunidade gratuita de viver uma vida mais digna e confortável. A maneira encontrada por ele, sempre foi a de distribuir amor e o tempo lhe servia de convivência pacífica entre eles, como exemplo citamos as brincadeiras praticadas em grupo.

Era o meio e o caminho mais curto de se chegar mais perto ou de tocar as veias do coração, era a demonstração de felicidade por estar ali. Assim, não sente interesse de fazer algo que fosse ir contra a sua permanência no local.

Isso quer dizer que, despontava uma numerosa vantagem no cumprimento das normas, em relação às regras estabelecidas, perante as descumpridas. E logo, as que eram percebidas brevemente, também eram corrigidas. Pode-se afirmar que para o funcionamento do oratório havia uma metodologia, a qual veremos, a seguir:

1.2 MÉTODO PREVENTIVO DE DOM BOSCO

O método preventivo de Dom Bosco, publicado em 1877, após 18 anos da fundação da Congregação Salesiana trata-se de um documento para divulgar as regras da instituição inspirado "no humanismo otimista de São Francisco de Sales (daí o nome salesiano)" (Scaramussa, 2013, p. 18).

Com toda a certeza, primordialmente, pela manifestação genuína de São Francisco de Sales, ao sentimento puro de alegria, à sua maneira especial e contínua, com a qual ele a manifestava lhe serviu de inspiração para fundamentar o método.

1.2.1 FUNDAMENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO MÉTODO PREVENTIVO

A princípio, o método preventivo de Dom Bosco se apoia em um tripé composto por Razão, Religião e *Amorevolezza* – palavra italiana para a qual não há tradução literal, mas que pode ser entendida como "bondade" ou, mais precisamente, "amor educativo" ou "amorização" (Braido, 2004).

Mas também, há uma complementariedade entre si, os pilares deste método,

> [...] não são realidades contíguas, mas interrelacionais, antes interpenetradas uma na outra. E isso acontece tanto em nível de fins e de conteúdos quanto de meios e

> métodos. No primeiro nível, eles constituem uma síntese original dos elementos necessários para o desenvolvimento completo do jovem: físico, intelectual, moral, social, religioso e afetivo (Braido, 2004, p. 268).

Bem como, o método é desenvolvido por um sistema integrado de ações que “em nível metodológico, põe em ação um conjunto orgânico de intervenções apropriadas para envolver um jovem aluno nas suas mais significativas potencialidades, mente, coração, vontade, fé, interativamente co-presentes” (Braido, 2004, p. 268).

Por conseguinte, Lenti (2013) propõe que a filosofia educacional do método preventivo se construiu num ambiente espiritual e educativo caracterizado pela espontaneidade, familiaridade, alegria e confiança.

Ao referir-se ao sistema preventivo que aplicava no Oratório com os jovens, Dom Bosco tinha em mente um modo de agir fundamentado em um conjunto de convicções, ideias de razão e fé, que constituíam seu processo educacional (Braido, 2008).

Dessa maneira, os princípios do método preventivo de Dom Bosco mostram mais uma vez que era necessário utilizar uma metodologia específica para alcançar seu objetivo. Para isso, ele sistematizou ações voltadas a disciplinar os jovens em valores morais e religiosos, representados pelo lema “bons cristãos e honestos cidadãos” (Braido, 2004).

Além disso, segundo Braido (2004), na aplicação do método preventivo, o educador desempenha um papel central nas ações desenvolvidas: “[…] o protagonista absoluto é o educador, detentor da plenitude dos poderes, executivo, judiciário, punitivo, enquanto o aluno é chamado a uma essencial execução cooperativa, em co-protagonismo subordinado” (Braido, 2004, p. 266).

Em suma, este método preventivo se fundamenta numa visão positiva da pessoa humana (Scaramussa, 1977). E acrescenta que toda pessoa é dotada de um potencial inesgotável de desenvolvimento, apesar de suas fraquezas: "em todo jovem, mesmo no mais rebelde, existe um ponto acessível ao bem; o primeiro dever do educador é descobrir este ponto, esta corda sensível do coração e tirar proveito disto" (memórias bibliográficas, volume 07 - MB 07, 367).

E mais, Dom Bosco fazia um discurso preferencialmente “preventivo” sendo: mais urgente e produtivo educar jovens imigrados “abandonados” do que reeducar ex-prisioneiros. Está se referindo às visitas que realizou em 1854, “frequentando as prisões de Turim, pude perceber que os infelizes levados para aqueles lugares são, em sua

maioria, pobres jovens que vêm de longe para a cidade em busca de trabalho ou atraídos por algum baderneiro" (Braido, 2004, p. 200).

Ademais, Dom Bosco tinha o panorama da situação crítica, e a ação ativa era a de prevenir, porque sabia ele, que podia agravar e causar uma piora, em que acontecia, "sobretudo nos dias festivos, abandonados a si mesmos, gastam nos jogos e nas gulodices o pouco dinheiro ganho durante a semana, o que é fonte de muitos vícios. Jovens que antes eram bons, tornam-se vítimas de perigo e perigosos para os outros" (Braido, 2004, p. 200).

Pela mesma razão, especialmente os encarcerados e egressos, juntamente aos que sobreviviam pelas ruas da cidade de Turim, recém industrializada, ganhando a vida com trabalhos esporádicos, e quase sempre sendo eles explorados por seus maus patrões.

Logo, aquele público de pobres errantes e abandonados, que praticavam pequenos furtos e ou atos ilegais chamavam a atenção de Dom Bosco, "não eram pobres e camponeses normais (como nos Becchi) ou pobres estudantes (como em Chieri)" (Lenti, 2012, p. 385), possivelmente eram jovens que carregavam histórias de vida muito sofridas, apesar da pouca idade que tinham.

Apesar disso, o autor Fistarol (2011, p. 88) escreve sobre o fato de Dom Bosco não falar de direitos humanos das crianças, dos adolescentes e dos jovens, até então inexistente sequer a categoria jurídica da época, mesmo na Europa em que alguns conjuntos de leis já começavam a se despontar pelo surgimento e a divulgação das ideias iluministas, muito próximas da Itália, no país vizinho, a França.

Nesta perspectiva, o método preventivo de Dom Bosco funciona em diversos níveis, sendo ele uma síntese pessoal e original de humanismo e fé cristã (Lenti, 2013). Igualmente, "os princípios desse sistema estão contidos em seus 47 anos de experiência de trabalho com jovens vulneráveis, antes do que em qualquer texto único" (Kuttianimattathil, 2017, p. 149).

Pois, buscou fortalecer por igual, todos os três pilares do método, e racionalmente buscou colocar em prática o sentido da razão.

1.2.2 PILAR DO MÉTODO: RAZÃO

Primeiramente, Dom Bosco utilizando-se do meio da "razão", como um dos pilares do seu método preventivo, observamos que ele mantinha o fortalecimento de seus

ensinamentos por meio da doutrina. Além disso, “[...] comporta inteligência, vontade de entender, tato, racionalidade” (Braido, 2004, p. 271).

Em seguida, podemos dizer que “razão”, para Dom Bosco podia estar fundamentada,

> [...] ao menos, quatro coisas: i.) [...] que “razão pode ser definida como justiça, no sentido de que o educador, assim como os mais jovens, está sujeito a regras... direitos e obrigações devem ser constantemente respeitados e vividos por todos” [...]; ii) Razoabilidade, ou seja, tudo o que é solicitado ao jovem, deve ser proporcional à sua idade e possibilidades, especialmente em respeito às tarefas a ele assinaladas e à disciplina; iii) Racionalidade, ou seja, a razão para as decisões e demandas, assim como o bem que é esperado que resulte destas, deve ser evidenciado ao jovem; e iv) Motivação, ou seja, a motivação deve ser criada no jovem para que ele siga o programa educacional que lhe foi proposto e com o qual sua cooperação e participação devem ser estimuladas (Kuttianimattathil, 2017. p. 150).

Assim, há, pelo menos, quatro pontos sensíveis que são essenciais ao método preventivo e devem ser conhecidos pelos alunos, pois, atuam em frentes complementares entre si, para regulamentar o instituto. Desta maneira, “a razão estaria, então, intimamente ligada ao bom senso, à naturalidade. A disciplina, portanto, parece ligada à razão, a um modo de viver de acordo com as regras da instituição” (Silva, 2013, p. 45).

É evidente que havia a necessidade do acompanhamento dos jovens praticada mutuamente, pela observação dirigida e coparticipativa, entre os educadores que falam, servem de guia, aconselham, corrigem com amor.

Assim, o educador para todos os possíveis fins educativos deveria servir como modelo moral estabelecido “como princípio invariável que a moralidade dos alunos depende de quem os instrui, assiste, dirige” (Braido, 2004, p. 267).

E, dessa maneira podemos exemplificar o modelo a ser seguido, como princípio do ideal seguido da lógica da certeza de que,

> Quem não tem, não pode dar, diz o provérbio. Um saco vazio não pode dar trigo, nem uma garrafa cheia de borra pode dar bom vinho. Daí, antes de nos propormos como mestres para os outros, é indispensável que possuamos aquilo que queremos ensinar aos outros (Braido, 2004, p. 267).

Aliado a tudo isso, a aplicabilidade integrativa do método preventivo de Dom Bosco se dá, em ficar sempre por perto dos alunos, sob os olhares atentos e amorosos dos educadores. A disciplina e a prevenção também faziam parte do processo evolutivo, “a

correção dos erros cometidos aparece como forma de prevenir a má índole, o distanciamento da razão” (Silva, 2013, p. 45).

Em virtude disso, o objetivo do trabalho estava em despertar nos alunos a compreensão da importância do método aplicado. Daí a chegar a incorporá-lo em sua disciplina diária voluntariamente pela vontade de estar disposto a aceitar as regras e se desenvolverem como participantes, desde os mais velhos servindo para os recém-chegados, como exemplos a serem perseguidos.

Mais uma vez, não podemos deixar de mencionar a ação em conjunto, e um dos pontos a serem tocados era o coração dos meninos, por intermédio da religião.

1.2.3 PILAR DO MÉTODO: RELIGIÃO

É de conhecimento geral que, Dom Bosco conhecia a Bíblia Sagrada por meio dos seus estudos e da prática religiosa, desde a época em que ainda era pequeno, provavelmente, sempre direcionou a sua trajetória de cristão e de padre.

Em face desse cenário, ele tinha total confiança nas palavras e nos ensinamentos da Bíblia para instruir os jovens com exemplos positivos de modelo de moral religiosa e do amor ao próximo. Para isso, lançava mão da maneira estratégica lúdica e educativa contida nos textos bíblicos, sem se esquecer da realidade sofrida do jovem a quem ele pretendia modificar.

Ademais, queria dar maior visibilidade à Bíblia Sagrada, quando “decidiu adornar as paredes e arcadas da casa do Oratório com inscrições extraídas das Escrituras. [...] ele queria até as paredes falar da necessidade da salvação da alma" (Wirth, 2015, p. 750).

Segundo a pesquisa, para a justificativa desta ação, ele disse:

> Sob esses pórticos, os jovens às vezes param quando estão cansados de brincar ou estão caminhando. Visitantes que vêm para vários motivos no Oratório, aguardem aqui o momento de serem acolhidos. Um e todos outros ao verem estas inscrições são tomados pela curiosidade de ler, nem que seja para passar o tempo, [...], edifício construído em 1861, ele colocou sete novas inscrições retiradas de Escritura, especialmente sobre o tema da adolescência (Wirth, 2015, p. 750).

Assim, ele imaginou que pudesse causar impacto positivo, a todas as pessoas que passavam por perto do local ou entravam nos oratórios salesianos, mantinham contato com a Bíblia Sagrada, por meio de escritas e pinturas lúdicas.

Anteriormente, aliada a estas práticas, Dom Bosco publica a obra, *História Sagrada*, em 1847. No começo a intenção era servir para as crianças terem o primeiro contato com a Bíblia, de maneira mais acessível para uma melhor compreensão da História. Depois, esta foi reimpressa e publicada por dezenove vezes ao total, direcionada ao público em geral.

Nesse sentido, a *História Sagrada* trata-se de pequenos fragmentos extraídos da Bíblia, que Dom Bosco manifesta sua intenção em realizar a evangelização, por meio da escolha da mensagem bíblica específica, que lhe servia de base de sustentação teórica.

Ainda, sobre o amor aos jovens que ele dedicava, lhe serviu de inspiração didática para as escolhas de partes específicas, a fim de tornar a Palavra de Deus mais acessível, popular e diretiva ao público que ele escolheu. Seu objetivo era “popularizar o máximo possível o conhecimento da Bíblia Sagrada” (Wirth, 2015, p. 751).

Dessa forma, com esta intenção pensada e direcionada, também aos jovens, Dom Bosco procurou escrever sobre o Antigo e o Novo Testamento na *História Sagrada*, o fez em etapas subdivididas em sete. É de suma importância destacar que a escolha dos fatos narrados foi intencional e cronológica, sendo eles:

> 1) da criação do mundo até o dilúvio; 2) do dilúvio ao chamado de Abraão; 3) da vocação de Abraão até o êxodo do Egito; 4) saída do Egito à fundação do Templo de Salomão; 5) fundação do Templo de Salomão à passagem dos hebreus para a Babilônia; 6) de passagem para a Babilônia até o nascimento de Cristo; 7) do nascimento do Cristo até sua ascensão ao céu (Wirth, 2015, p. 752).

Dessa maneira, se verifica que as apresentações artísticas de Dom Bosco, enquanto ainda criança fazem coerência com o fato de anos mais tarde, realizar a escrita de *História Sagrada*. Foi motivado pela mesma causa e objetivo que era “popularizar o conhecimento da Bíblia Sagrada” e consequentemente, fortalecer o catolicismo e a doutrina da Igreja católica.

Segundo Wirth (2015), Dom Bosco mostra claramente que as suas intenções eram sobretudo de ordem moral e religiosa, fato que um educador como ele, não só citou ou mencionou os textos bíblicos do Antigo e Novo Testamento, mas tinha o propósito de “tornar bom o coração” com a ajuda da Sagrada Escritura.

Do Antigo Testamento, Dom Bosco extraiu muitas figuras exemplares para oferecer aos jovens e aos educadores. Damos alguns exemplos que dizem respeito mais de perto à questão da educação seguindo principalmente a *História Sagrada*.

> O relacionamento entre os dois irmãos Caim e Abel mostra claramente um padrão modelo e um ante modelo [...]. A história de Diná, filha de Jacó que causou um desastre, "nos ensina como os shows públicos são perigosos especialmente para os jovens" (Wirth, 2010b, p. 28).
> O jovem e virtuoso Samuel pode ser tomado como exemplo para os acólitos porque serviu ao altar com grande devoção e recolhimento [...]. A amizade entre Davi e o filho de Saul é um "exemplo digno de ser imitado especialmente pelos jovens, que devem aprender a escolher apenas amigos virtuosos [...]. O jovem Salomão fez uma bela oração na qual pedia apenas a "verdadeira sabedoria", ser capaz de "discernir o que é bom e o que é mau" (Wirth, 2010b, p. 29).
> [...] Quanto a Daniel e seus companheiros, eles são modelos de temperança (Wirth, 2010b, p. 30).

Na parte escolhida do Novo Testamento, Dom Bosco diz que João Batista levou uma vida angelical desde a juventude. “É um modelo de retraimento, virtude recomendada especialmente aos jovens” (Wirth, 2010b, p. 30).

Cita em conjunto, outro modelo de retidão a ser seguidos, como o de São José.

> São José foi um homem “sempre assíduo no trabalho”. Comentando a cena da dança da filha da pérfida Herodíades diante de um Herodes meio embriagado, Dom Bosco conclui: Consequências desastrosas de dança e de embriaguez! Na narração da entrada de Jesus em Jerusalém, acrescenta esta observação: O Senhor está muito contente com os louvores que lhe são cantados pelos jovens (Wirth, 2010b, p. 30).

O modelo de referência para todo cristão é Jesus Cristo. Por isso para Dom Bosco ele é a mais alta divindade.

> [...] o modelo supremo é Jesus: como uma criança em fase de crescimento maravilhoso, ele é, acima de tudo, um modelo de obediência; daí este apelo: Estudai-vos, jovens, a imitar Jesus na obediência; seja ele o seu único modelo; certifique-se de que você é dócil e piedoso (Wirth, 2010b, p. 30).

Desse modo, no contexto da sua vida e obra religiosa, as quais parece que se confundem entre si, Dom Bosco aprendeu sobre uma espiritualidade vivenciada em família, como os hábitos da oração e do servir.

Portanto, há uma espiritualidade apostólica ao fundador da família salesiana constituída por ele, que é caracterizada como: “*Espiritualidade* significa que a nossa vida é guiada pelo Espírito, Aquele que gratifica com os seus carismas os vários Grupos pertencentes à única Família. [...] à ação educativa e evangelizadora” (Carta de Identidade Carismática, 2012, p. 43).

Nesse sentido, os fundamentos com base de cunho religioso, lhe serviram para a sua ação de maneira essencial,

> De acordo com a antropologia judaico-cristã, o ser humano é um só, ainda que possa ser visto nessa tríplice dimensão: *corpo*, *alma* e *espírito*. Como *corpo* que é, o ser humano relaciona-se, num plano horizontal, com os outros e com o mundo. Enquanto *alma*, o ser humano é uma identidade na medida em que constitui o centro individual de consciência, aberto a uma relação, em sentido vertical, com Deus, que é *espírito* (Catré et al., 2016, p. 33).

A espiritualidade de Dom Bosco situa-se na fé, oriunda da tradição judaica, combinada aos ensinamentos de Jesus Cristo narrados nos evangelhos da Bíblia Sagrada. Para que aconteça na prática, “o cristão deve ser “acessível”, de modo particular ‘aos pobres, aos ignorantes, às crianças’, sem pretensões, arrogância” (Wirth, 2010b, p. 31).

Desta forma, relaciona-se ao paradigma da Revelação por meio da Fé do povo de Israel vivificada, unida ao Ministério de Jesus, desde a Galileia até a cidade de Jerusalém.

Resumindo, era o alimento espiritual que foi ofertado aos jovens pobres. Dessa maneira, a Igreja, a doutrina e o método preventivo tomariam conta de assumir e de ofertar gratuitamente, e da mesma forma de graça, eles deveriam devolver ao mundo, se tornando “bons cristãos e honestos cidadãos”, seguindo as próprias palavras de Dom Bosco e “na cultura europeia ocidental de sua época, não era possível conceber um bom cidadão que não fosse um bom cristão, e vice-versa (Lenti, 2013, p. 89).

Através disso, acontecia a ação totalmente intencional de Dom Bosco para despertar nos meninos, o mais puro sentimento humano que pode ser cultivado e manifestado no amor fraternal entre eles.

1.2.4 PILAR DO MÉTODO: *AMOREVOLEZZA*

Primordialmente, por meio do conhecimento da caminhada de Dom Bosco, a respeito dos três pilares do método preventivo, com certeza há grande relevância para o da *amorevolezza*, pela certeza que “referimo-nos naturalmente aos significados que ela exprime, com este ou com outros termos tais como mansidão, doçura, caridade, paciência, afeição. Efetivamente, a *amorevolezza* é o princípio supremo e a alma do método preventivo” (Braido, 2004, p. 268).

É sabido que se trata de certo termo que sempre o acompanhou, e em primeiro lugar, desde o sonho que teve, a escolha incondicional de amor e dedicação aos jovens, sobretudo, os mais necessitados de cuidados.

Certamente fez com que ele entregasse a sua vida a eles, em tempo integral, até a sua morte, pelo amor que sentia. Ele dizia: “os jovens não só devem ser amados, mas devem também sentir que são amados” (Bosco, 2001a, p. 10). Foi uma maneira que Dom Bosco encontrou de conquistá-los, através do voto de confiança pactuada entre eles. Ato de dar e receber que deveria ser algo natural encontrado na família, na escola e na sociedade.

Com o intuito de retribuir aos garotos essa pesarosa ausência, Dom Bosco procurou realizar um movimento, em que pudesse se aproximar no sentido lógico e possível das “substituições” afetivas sendo elas, familiar, amorosa, educativa e a moral. Com a ajuda da prática fundantes no método,

> Os recursos religiosos tornam-se procedimentos educativos. Já a formação religiosa passa a guiar uma formação intelectual criando uma pedagogia centrada em Deus. O afeto significa, em italiano, a *amorevolezza*, a bondade que transforma o “Oratório Festivo” em uma família (Silva, 2013, p. 45).

Também era primordial, que aqueles meninos recebessem ajuda, pois estavam dispensados e desamparados pelo mundo afora, distantes da vida salutar contida no desenvolvimento natural e próprio de suas idades, preferências, aptidões, dúvidas e certezas que permeiam pelos sentimentos de afeto e de carinho.

E então, eles não sabiam o gosto da doçura de se sentirem importantes para alguém, o que quer dizer: importantes no sentido de serem importados pra dentro, algo profundo, do coração.

Visto que, a pobreza e a falta de uma rede protetiva que pudesse acolhê-los, se trata da raiz do problema, social e familiar. Por isso, às vezes, na situação em que se encontravam de negligência e abandono, alguns dentre eles, foram levados a tomar atitudes que os colocavam por seguirem caminhos tortos e perigosos.

Mas, andar por certos trechos ditos desajustados, às vezes, eram os únicos possíveis, frente à situação prevalecida, como a de precárias condições de vida, perante precisar garantir a satisfação das suas necessidades básicas diárias.

Todavia, estamos nos referindo a pessoas que pela pouca idade que possuíam, necessitavam receber os cuidados familiares ou de responsáveis, pois, uma grande parcela dentre eles, ainda eram crianças pequenas.

Com a finalidade de tentar resolver a questão, Dom Bosco buscou ajuda primeiramente, dentro da família. Mas não ficou somente nesta ação, também procurou

incentivar outros ramos de parcerias advindas de colaboradores, leigos e leigas, dos quais foram essenciais para a execução do trabalho cotidiano com os jovens. Sobretudo, quando se referem aos cuidados pessoais e na evangelização, coisa que não se dissociava uma da outra, no oratório.

1.2.5 COLABORADORES(AS): OS LEIGOS E AS LEIGAS

Inicialmente, nos recordaremos sobre a necessidade de fundar um oratório. Bem como, a respeito da maneira em que o trabalho com os jovens era desenvolvido pelo recém-ordenado padre. Da mesma forma, Dom Bosco optava por perfis de jovens que eram pobres e estavam desamparados, preferencialmente, devido ser os que mais necessitavam de apoio.

Por analogia, era aos que precisavam ser acolhidos, dadas às suas condições precárias, revelava extrema necessidade de abrigo, dentre várias outras dificuldades aparentes precisavam se proteger do frio e da fome, situações estas que corroboraram para a real e urgente, origem ao primeiro Oratório.

Dando continuidade, com a chegada do primeiro aluno interno, e a cada dia o aumento em grandiosa intensidade de mais jovens, “Dom Bosco começou a sentir mais a necessidade de colaboradores de sua obra” (Scaramussa, 1977, p. 55), para com os que traziam consigo as suas mazelas totalmente urgentes e expostas. Até o momento ele buscara colaboradores entre os próprios jovens, principalmente os mais assíduos e responsáveis” (Scaramussa, 1977, p. 55), por tamanha era a necessidade de ajuda.

Em consequência daquela realidade, Dom Bosco faz um convite à própria mãe, Margarida, “que ele trouxera para Valdocco em 1846, e que se tornou uma verdadeira mãe para aqueles órfãos” (Scaramussa, 1977, p. 49). Isto aconteceu em um de seus raros momentos de viagem, em que esteve para visitar a família em sua antiga residência nos Becchi.

É de total manifestação de caridade, se colocar à disposição para tamanho desafio cotidiano, todos os afazeres de uma casa normal por ela já conhecidos, tinha que cozinhar, lavar, passar, costurar, dentre diversas outras atividades domésticas.

No entanto, começaram a chegar outras mulheres que também contribuíam com a rotina diária da casa. “No Oratório, por um longo período, havia também figuras maternas,

como Mamãe Margarida, Marianna Occhiena, a senhora Rua, Gastaldi, Bellia, entre outras” (Kuttianimattathil, 2017, p. 151).

Aliado a isto, reconhecemos o surgimento de outros personagens. E aos poucos, a composição reunida para o trabalho no local se mostrava presente. O que demonstrou ser imprescindível ao funcionamento do oratório, sendo eles, eclesiais, colaboradores e leigos, necessariamente, nesta ordem,

> Os que podiam dispor de si mesmos e julgavam ter vocação se uniram em vida comum, morando no edifício que foi sempre considerado como casa mãe e centro da Pia Associação que o Sumo Pontífice aconselhou se chamasse Pia Sociedade de São Francisco de Sales, nome com que é chamada ainda hoje. Os outros, isto é, os externos, continuaram a viver no mundo, junto com as próprias famílias, mas não deixaram de promover a obra dos oratórios”. Desta unidade de espíritos e de objetivos entre leigos e eclesiásticos, como veremos, dão testemunho os primeiros textos constitucionais; leigos e eclesiásticos, na intenção de Dom Bosco, deviam fazer parte juridicamente de uma única Sociedade (Buccellato, 2015, p.19-20).

Desse modo, o oratório estava composto de recursos humanos, chamados de “Salesiano Cooperador é um leigo que busca viver o espírito salesiano nas situações cotidianas da vida e do trabalho” (Folheto Litúrgico Paroquial, 2024, p. 02). E de principalmente, da presença dos garotos já acolhidos e internos. Então, o oratório funcionava com estas atividades descritas, conforme ele conta: “quando este pobre padre começou a reunir rapazes nos dias de festa, tirando-os das ruas e das praças a fim de entretê-los com divertimentos honestos e instruí-los na nossa santa religião, ele sentiu a necessidade de Cooperadores que lhe dessem uma mão” (Buccellato, 2015, p. 77).

Era de suma importância e de grande valia este trabalho desenvolvido de tamanhas dedicações dispensadas aos jovens, estavam distribuídos entre mulheres e homens, dispostos nesse momento de união e fé, se dava o início de uma grande congregação, chamada família salesiana, caracterizada como tal.

> Dom Bosco queria que essa relação educativa tivesse todas as características das várias relações familiares (pai-filhos, mãe-filhos, irmão-irmã etc.). Assim, ele desejava que o educador tivesse as qualidades de um pai (exigente), de uma mãe (amor, cuidado) e irmão-irmã (equanimidade, amizade) (Kuttianimattathil, 2017. p. 151).

Por consequência, quando mamãe Margarida, assim era chamada carinhosamente, por todos, falece, Dom Bosco intensifica o chamamento de outras mulheres, preferencialmente, para assumir esse caráter de leigas colaboradoras. “Dom

Bosco expressaria a ideia de contar com um grupo de mulheres residentes para cuidarem de sua numerosa família” (Lenti, 2013, p. 698).

Desse modo, aumentava a necessidade à medida que crescia o número de jovens acolhidos, internos. Nesta mesma época, Dom Bosco reforçou o ramo leigo, integrado por homens e mulheres que formaram os salesianos cooperadores.

> Assim, desde então, muitos sacerdotes e leigos da cidade e depois piedosas senhoras, aceito o meu convite, juntaram-se [...] para ajudá-lo; algumas pessoas levavam-lhe meninos, outras os assistiam e catequizavam; as mulheres e as comunidades religiosas ajudaram-no ao lavar e remendar roupas, a providenciá-las para os mais necessitados e abandonados (Buccellato, 2015, p. 77).

Então, não somente elas cuidavam dos jovens. Mas, nesse tempo, já havia também nesta missão, a presença masculina, de homens benfeitores que colaboravam imensamente com o oratório, dando o catecismo e o suporte na realização das atividades lúdicas, como a organização das brincadeiras nas diversas modalidades, ocorridas no pátio.

De fato, Dom Bosco já contava com a ideia de ter a colaboração de leigos e leigas, a qual antecede a formalização da parceria entre estes dois modelos (o eclesial e o/a leigo/a), em 1876 promove a ocorrência da fundação da Pia União dos Colaboradores Salesianos. Como podemos observar neste trecho:

> Na realidade, podemos afirmar que o nascimento da ideia de uma associação de leigos, em Dom Bosco, é anterior à própria ideia de fundar uma congregação religiosa. De fato, o primeiro projeto que as crônicas recordam com o nome de Pia União provisória de São Francisco de Sales tem suas raízes em 1850 (Buccellato, 2015, p. 29).

Além disso, para complementar o conjunto de referências, recorremos aos relatos de um dos filmes que assisti sobre o tema, no qual ocorreu um fato curioso (Gasparini, 2004, min. 056). No filme, Dom Bosco funda a Sociedade Salesiana para a formação de padres (eclesiásticos). Logo em seguida, um garoto chamado Giuseppe decide ir embora, mas faz questão de se despedir de Dom Bosco antes de partir.

E, então, assim que Giuseppe explica sua decisão, revela o motivo do pedido para deixar a casa. Em respeito às supostas regras da instituição, ele relata que não deseja tornar-se padre e, por isso, pensa em sair. De imediato, Dom Bosco, em tom de celebração, responde que na Casa não terão somente padres, mas também leigos

(Gasparini, 2004). E então, “[...] essa singular convivência de leigos e eclesiásticos parece representar um elemento característico de originalidade desde o início da obra salesiana” (Buccellato, 2015, p.16).

Portanto, dizemos que já estava constituído o “espírito” da família salesiana, composta de leigos e eclesiais, em comunhão de fé e dedicação. Essa mesma família salesiana foi sendo formada em consonância com os princípios do método preventivo, desenvolvido a partir da experiência e da convivência diária que Dom Bosco mantinha com os jovens. Ele soube criar laços afetivos que os mantinham sempre por perto e favoreciam seu crescimento pessoal e espiritual.

Do mesmo modo, aos cooperadores e leigos salesianos propõe-se a mesma missão da Congregação de São Francisco de Sales. A Pia União dos Colaboradores Salesianos define os modos de cooperação:

> 1. Promover novenas, tríduos, exercícios espirituais e catecismos, particularmente nos lugares onde faltam meios materiais e morais (Buccellato, 2015, p. 88).
> 2. Como nos tempos atuais há grave penúria de vocações ao estado eclesiástico, os que tiverem possibilidades cuidarão especialmente dos jovens e também adultos que, dotados das necessárias qualidades morais e aptidões para o estudo, mostrarem indícios de serem chamados, ajudando-os com conselhos, encaminhando-os às escolas e colégios onde possam ser educados e orientados para tal finalidade. A Obra de Maria Auxiliadora tende precisamente a esta finalidade (Buccellato, 2015, p. 88).
> 3. Opor a boa imprensa a imprensa irreligiosa, mediante a difusão de bons livros, folhas, folhetos impressos de qualquer tipo, nos lugares e nas famílias onde pareça ser prudente fazê-lo (Buccellato, 2015, p. 88).
> 4. Finalmente, a caridade para com os rapazes em situação de risco, recolhê-los, instruí-los na fé, encaminhá-los às celebrações sagradas, aconselhá-los nos perigos, levá-los aonde possam ser instruídos na religião, tudo isto faz parte da messe dos Cooperadores Salesianos. Quem não puder realizar este tipo de obras por si mesmo, poderia fazê-lo por meio de outros, como seria estimular um parente, um amigo a querer realizá-las. Pode-se cooperar com a oração ou com a doação de meios materiais onde forem necessários, segundo o exemplo dos primeiros fiéis, que levavam aos pés dos apóstolos seus bens, a fim de que os apóstolos os usassem em favor das viúvas, dos órfãos e para outras graves necessidades (Buccellato, 2015, p. 88-89).

Dessa maneira única e particular, os colaboradores e as colaboradoras, os leigos e as leigas, sempre estiveram presentes na obra salesiana. Desde cedo, quando tudo começou, nota-se que as dificuldades não eram poucas no oratório para o desenvolvimento das atividades.

Dom Bosco, com acerto, reconhecia a necessidade de contar com a ajuda mútua de pessoas dispostas a ir além da simples boa vontade. Além disso, nunca houve uma hierarquização da importância entre as diferentes formas de colaboração.

Com frequência, era preciso tomar decisões sobre as regras das brincadeiras no pátio, dar atenção ao reforço nos estudos e acompanhar a aplicação do catecismo. Enfim, era comum haver uma grande variedade de demandas complexas que precisavam ser atendidas pelos educadores e colaboradores.

Faz-se necessário repetir a primícia de que Dom Bosco trabalhou incansavelmente pelos jovens, os amou e se fez demonstrar que são amados (Braido, 2004). Preocupou-se como um pai zeloso que demonstra cotidianamente, a proteção dada.

Assim, Dom Bosco se sentiu motivado a oferecer uma vida melhor aos jovens, proporcionando-lhes contato direto com a catequese por meio da evangelização. A desafiadora estratégia utilizada para alcançar êxito com seu método foi a de oferecer àqueles meninos pobres um lar seguro, um ambiente familiar e o sustento tanto do corpo quanto da alma.

Dessa forma, era necessário persistir bravamente na missão de dedicar-se aos jovens. Por exemplo, retirá-los das ruas, que eram sempre frias no inverno, perigosas e marginalizadas em todas as estações do ano. Dom Bosco não podia permitir que eles permanecessem nessas condições e, por isso, empregava todos os esforços possíveis para abrigá-los.

Em suma, o acolhimento dos meninos abandonados era de extrema importância e essencial. Contudo, Dom Bosco sempre procurou demonstrar à sociedade e à Igreja que, ao acolhê-los no Oratório, era possível transformá-los em bons cristãos e cidadãos honestos (Braido, 2004).

2. A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS, SEUS OBJETIVOS E AS PROTEÇÕES SOCIAIS: BÁSICA E ESPECIAL

No capítulo 1 analisamos a contribuição de Dom Bosco, por meio de sua trajetória e seus ensinamentos, através dos fundamentos do método preventivo. Neste capítulo 2, apresentamos a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, seus objetivos e as proteções sociais: básica e especial (níveis de complexidades: média e alta) e a rede socioassistencial.

Esta apresentação da legislação de garantia de direitos será dividida em duas partes: o panorama dos marcos legais e a Tipificação. Na primeira parte, serão abordadas as normativas da Constituição Federal de 88 (CF/88) e suas regulamentações na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Na segunda parte, será tratada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

2.1 MARCOS LEGAIS E NORMATIVAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988 - CF/88, chamada de Constituição Cidadã confere, pela primeira vez, no reordenamento jurídico, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país.

Conforme o artigo 194 da CF/88: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988, p. 127).

Para iniciar é preciso considerar que a “Lei Orgânica de Assistência Social propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para garantir proteção social para quem dela necessitar” (Brasil, 2004, p. 46). Então, a quem a política da assistência social deve ser garantia de proteção social?

> Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e

> indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2004).

Portanto, a assistência social não deve garantir direitos a todos, “para quem dela necessitar” (Brasil, 2004). Mas, especificamente, dentre o público-alvo cita o núcleo familiar. No intuito, da garantia dos direitos dessa parcela da população brasileira a LOAS surge e regulamenta os artigos 203 e 204 da Carta Magna que tratam da Assistência Social. Nestas palavras,

> O modelo de proteção social não contributiva não é o continuísmo de velhas práticas assistencialistas ou de modos de gestão tecnocrática. A CF/88, em seu artigo 204, explicita a clara opção pelo formato democrático de gestão, o que é detalhado pela Loas (Brasil e UNESCO, 2009, p. 20).

Dessa maneira, visa garantir a execução efetiva da CF/88 e a instituição de um modelo descentralizado e participativo nas três esferas do poder: federal, estadual e municipal.

Desse modo, para a definição sobre a política pública de assistência social preconiza, no artigo 203 (Brasil, 1988, p. 133) que:

> Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
>
> I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
>
> II. o amparo às crianças e adolescentes carentes;
>
> III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
>
> IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
>
> V. a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Mas também, no artigo 204 da CF/88 (Brasil, 1988, p. 133) estão previstas:

> As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
>
> I. descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
>
> II. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Do mesmo modo, sobre a organização da assistência social, a partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei federal de nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a respeito das definições:

> Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993, p. 13).

Por conseguinte, em 2004, no sentido de reorganizar a área da Assistência Social houve a elaboração da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, em 2005 que instrumentaliza a gestão da política nacional de assistência social, conforme a Constituição Federal de 1988.

Uma vez que, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Brasil, 2004) realiza de forma integrada as políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais e visando seu enfrentamento, e também a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Essa perspectiva tem por objetivos:

> I. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dele necessitarem (Brasil, 2004, p. 33);
> II. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural (Brasil, 2004, p. 33);
> III. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2004, p. 33).

Além disso, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) afirma que a proteção social deve afiançar seguranças de: “sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (PNAS, 2004, p. 31).

Igualmente, estabeleceu como funções básicas da Assistência Social: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional, pontuando o pacto federativo, na perspectiva da materialização do Sistema Único de Assistência Social – Suas, através da Lei federal nº 12.435, 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da assistência social, e altera a LOAS de 1993.

Segundo a análise comentada por Silva (2012), a respeito do desenho dado ao sistema, conta que:

> A decisão pelo Suas como direção nacional para estruturar essa política pública no país seguiu o caminho trilhado pela saúde, se justificou pela necessidade de unificação da nomenclatura, dos serviços e ações relativas à política de assistência social, afirmando-a como política e sob a mesma lógica (do direito) no Brasil todo. O Suas nasce como estratégia de operacionalização às conquistas jurídicas desde 1988 (Silva, 2012, p. 150).

Em primeiro lugar, o Sistema Único de Assistência Social - Suas organiza as ações em dois tipos de proteções sociais, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, a saber:

A Proteção Social Básica (Brasil, 2004) destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

A Proteção Social Especial (Brasil, 2004) destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, dentre outros aspectos da violência.

Diante das proteções sociais no Suas, apresentamos os seus eixos estruturantes:

> O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial (Brasil, 2004, p. 39).

E, ainda, os subsistemas do Suas, aqui descritos: “Matricialidade sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e territorialização; Novas bases para relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A política de Recursos Humanos; A informação, o Monitoramento e a Avaliação” (Brasil, 2004, p. 39).

Desse modo, foi introduzido um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo, que tem por atribuição a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira.

Acima de tudo, a PNAS apoiada nas instâncias dos poderes federativos concebe a materialização do Suas,

> cujo um modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade (BRASIL, 2004, p. 39).

Em segundo lugar, a diretriz do Suas “pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas […], com a participação e mobilização da sociedade civil” (BRASIL, 2004, p. 39).

Dessa forma, o Suas materializa o conteúdo da LOAS, na definição dos objetivos e nos resultados esperados, no que diz respeito à operacionalização da oferta de serviços, na busca por garantir o cumprimento ao direito da cidadania e inclusão social da população brasileira que dela necessitar (Brasil, 1993;2004).

Assim, a LOAS regulamenta e estabelece normas e critérios para organização da assistência social no patamar do direito, que requer a existência de leis, normas e critérios objetivos.

2.1.1 OS OBJETIVOS DA LOAS

Na operacionalização de dois artigos específicos da CF/88, a LOAS no Art. 2º (Brasil, 1993, p. 13) dispõe que a assistência social tem por objetivos:

> I. a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

> a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
> b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
> c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
> d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
> e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
> II. a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
> III. a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
> Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (Brasil, 1993, p. 13).

Logo, a existência de um marco legal como o da LOAS busca remeter o acesso da população às proteções sociais afiançadas (básica e especial), que permeiam por caminhos de cidadania, frente ao levantamento de demandas sociais.

No entanto, as proteções sociais devem ser operacionalizadas e colocadas em prática e, em seu pleno cumprimento, por meio do estado brasileiro. Para que podemos dizer que dessa maneira, "[…] a política social será capaz sim de contribuir objetivamente para reduzir a desigualdade social" (Silva, 2012, p. 97). Sobretudo, com o foco na ação continuada preventiva de risco social.

2.1.2 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Trata-se da porta de entrada dos usuários da política de assistência social. A proteção social básica, segundo a LOAS, no Art. 6º-A, a saber:

> I. proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 1993, p. 26).

Deve ser ofertada precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que

> é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de

> serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (Brasil, 1993, p. 29).

2.1.3 A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Dando continuidade, aos tipos de organizações presentes nas proteções sociais na LOAS, destaca-se a proteção social especial, que também faz parte desse sistema. Ela está subdividida em dois níveis de complexidades: média e alta, ambos previstos no Art. 6º-A da LOAS, o qual presenta:

> II. proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (Brasil, 1993, p. 26).

A oferta dos serviços de proteção social especial de média complexidade devem ocorrer precipuamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/CREAS Pop/Centro Pop, que

> é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (Brasil, 1993, p. 26).

Ainda, de acordo com o Suas, na organização da assistência social, na LOAS. “Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social” (Brasil, 1993, p. 30).

2.1.4 A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Ao retomar os tipos de organizações presentes nas proteções sociais da LOAS, além da proteção social especial de média complexidade, destaca-se a alta complexidade, que oferece serviços que “garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se

encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário" (Brasil, 2004, p. 38).

Trata-se de pessoas que, dentre outras situações, perderam seus vínculos familiares e/ou comunitários, os quais foram fragilizados ou até mesmo rompidos, como em casos de situação de rua, vítimas de exploração, violações de direitos, violência, fome e a negligência, dentre outras formas supremas de privação de direitos. E, evidentemente, que,

> A desigualdade socioeconômica é também fator de forte risco geradora de vulnerabilidades sociais, onde se insere a população infanto-juvenil e adulta que vive nas ruas constituindo um grupo que merece atenção especial, pois os riscos sociais têm relação direta com a vida e o modo de viver das pessoas, que são sobre determinados por sua condição social (Brasil e UNESCO, 2009, p. 30).

Dessa forma, o usuário da proteção social de alta complexidade, nas situações descritas é preciso acessar serviços de acolhimento ou aqueles voltados para situações que envolvam calamidades públicas e emergências. A oferta do serviço "é realizada diretamente por organizações governamentais ou por meio de convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de Assistência Social" (Brasil, 2004, p. 96), com o objetivo de, em conjunto com a rede própria, compor a rede complementar do SUAS.

2.1.5 REDE SOCIOASSISTENCIAL

Ainda segundo a PNAS (2004), a proteção social na assistência social é hierarquizada em básica e especial e, o processo possui níveis de complexidade, em decorrência do impacto desses riscos no indivíduo e em sua família. Nessa perspectiva, a família é compreendida como "núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social" (Brasil, 2004, p. 175).

Dessa maneira, a rede socioassistencial deve atuar com base no território, a fim de ampliar a cobertura dos atendimentos aos usuários. Ela deve operar conforme o disposto no artigo 3º da LOAS,

> Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos (Brasil, 1993, p. 15).

Além disso, o artigo 6º da LOAS, que trata da organização e gestão do SUAS, estabelece que os serviços socioassistenciais das proteções sociais básica e especial “serão ofertados pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação” (Brasil, 1993, p. 27).

2.2 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS TIPIFICADOS

Os serviços socioassistenciais tipificados são aqueles regulamentados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, estabelecida em 2009 no âmbito da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Eles organizam as ofertas de assistência social em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica, que visa prevenir situações de vulnerabilidade e Proteção Social Especial, voltada para atender famílias e indivíduos em situação de risco ou violação de direitos. Essa tipificação garante maior padronização, qualidade e efetividade nos atendimentos, fortalecendo a rede socioassistencial no Brasil.

2.2.1 SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

As instalações das unidades dos Cras, que prestam serviços da proteção social básica à população devem possuir ambientes adequados, tanto para o desenvolvimento dos trabalhos em grupo, quanto nos atendimentos individualizados de indivíduos e ou das famílias, compatíveis com as necessidades específicas dos serviços socioassistenciais.

Dito isso, como referência documental no artigo 23 da LOAS, que diz: “Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei” (Brasil. 1993, p. 66). É da oferta dos serviços tipificados, que trataremos, a seguir:

2.2.1.1 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF

De acordo com o artigo 24-A da LOAS.

> Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social

> com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária (Brasil. 1993, p. 68).

Porquanto, é preciso que os serviços ofertados pelas proteções sociais da LOAS sejam tipificados para caracterizarem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, "organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade" (Brasil, 2009b, p. 03).

A partir daqui, destacaremos a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de acordo com a disposição abaixo:

> O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (Brasil, 2009b, p. 06).

O PAIF é oferecido em todos os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Para acessar o serviço, basta procurar o CRAS mais próximo da residência.

2.2.1.2 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO – SCFV

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com descrição geral do serviço na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009b). Em 2013, a Resolução nº 001 do CNAS, de 21 de fevereiro de 2013, reordenou o serviço, pactuou os critérios de partilha do cofinanciamento federal e definiu as metas de atendimento para o público prioritário, organizado em grupos a partir das faixas etárias. "O trabalho nos grupos deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros" (Brasil, 2004, p. 09).

Além disso, o trabalho social é realizado com os grupos de crianças de 0 a 06 anos; crianças e adolescente de 06 a 15 anos; adolescente e jovens de 15 a 17 anos e para pessoas idosas (Proteção Social Básica). Esse público, em especial é acrescido

conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009b), na Proteção Social Especial.

É desta forma, que o trabalho em grupo busca desenvolver habilidades. Pois,

> Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Brasil, 2009b, p. 09).

Assim, esse serviço é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelos serviços: PAIF e PAEFI, sendo desenvolvido no território de abrangência do CRAS, e deve manter articulação com o PAIF.

2.2.1.3 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS

A oferta no domicílio pela Proteção Social Básica ocorre por meio da política de assistência social, sendo o CRAS a unidade responsável por garantir o acesso aos serviços que,

> direciona-se à prevenção de agravos de vulnerabilidades sociais associadas ao fenômeno da deficiência e do envelhecimento. Destina-se a usuários que, temporariamente ou por longo tempo, apresentem limitações, restrições ou impedimento de acesso à rede socioassistencial no território e/ou que, o suporte às dinâmicas familiares no ambiente do domicílio possa fortalecer os vínculos sociais, melhorar a qualidade do cuidado familiar, ampliar o acesso a direitos e estimular a autonomia e a participação social dos usuários e de seus cuidadores (Brasil, 2017, p. 54).

A partir da aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e implementação do SUAS, “o serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários” (Brasil, 2009b, p. 16).

Sendo assim, “a oferta de proteção social no ambiente do domicílio foi incluída no escopo dos serviços tipificados, para pessoas com deficiência e para pessoas idosas, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial” (Brasil, 2017, p. 54). Veremos a seguir, a descrição dos serviços na Proteção Social Especial e seus níveis de complexidades.

2.2.2 SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Trata-se do nível de complexidade que atua no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, “visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (Brasil, 2004, p. 38).

Neste sentido, “requer maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado” (Brasil, 2004, p. 38). Pois atende indivíduos e famílias com os vínculos familiares e comunitários fragilizados, mas que ainda não foram rompidos.

2.2.2.1 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS – PAEFI

Como parte normativa das proteções sociais da LOAS, no Art. 24-B, nos diz que:

> Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), que integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos (Brasil, 1993, p. 68-69).

E por descrição este serviço na Tipificação é composto por um conjunto de ações que objetivam oportunizar ao usuário que se encontra fragilizado, o acesso a um,

> Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (Brasil, 2009b, p. 19).

Com o intuito de superar a condição de risco e vulnerabilidade social, ocasionada por vivência permeada por condição de abandono, negligência, violências física, sexual, psicológica e moral, dentre outras. Bem como, a falta de moradia e a permanência do indivíduo em situação de rua, serviço abordado, a seguir.

2.2.2.2 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL – SEAS

A abordagem social, ou seja, a busca ativa, constitui a estratégia primordial ao desenvolvimento desse serviço, que atua com indivíduos ou em grupos, incluindo crianças, adolescentes, e pessoas idosas e com deficiência, que se encontram em situação de pobreza absoluta. Essa condição resulta na incapacidade de satisfazer necessidades básicas de sobrevivência, como a alimentação. Além disso, muitas vezes, há o rompimento dos vínculos familiares e comunitários, o que implica a ausência da família.

O SEAS deve ser ofertado àqueles que ocupam espaços diversos como “praças, entroncamentos de estradas, terminais de ônibus, dentre doutros” (Brasil, 2011b, p. 42). Faz parte do atendimento desse público-alvo, a busca ativa a pessoas “que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência” (Brasil, 2009b, p. 22).

Portanto, nesta atuação “o serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos” (Brasil, 2009b, p. 22). A Tipificação do Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS, a partir disso,

> representa importante recurso para a identificação de pessoas em situação de rua ao possibilitar que a oferta de atenção especializada a esse segmento seja iniciada no próprio contexto da rua, viabilizando intervenções voltadas ao atendimento de necessidades mais imediatas e à vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social (Brasil, 2011b, p. 39).

A faixa etária do público atendido pelo serviço é diversa, incluindo adolescentes e jovens que utilizam as ruas como espaço de sobrevivência. Entre alguns deles, pode haver a prática de atos infracionais como forma de enfrentar a rotina de miséria e desamparo. No entanto, a condição econômica de baixa renda não é o único fator determinante desse fato social, como será observado na descrição dos serviços a seguir.

2.2.2.3 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE (LA) E (PSC)

As medidas socioeducativas em meio aberto, é um serviço ofertado no CREAS são aplicadas a adolescente de 12 a 18 anos incompletos ou a jovens de 18 a 21 anos, que cometeram atos infracionais, seja de forma isolada ou recorrentes, caracterizando as

chamadas reincidências, motivadas por diversas razões. Esse fato justifica a existência desse serviço tipificado que,

> tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (Brasil, 2009b, p. 24).

De acordo com o art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei federal, n° 8069, de 13 de julho de 1990). Especifica-se o art. 117 (prestação de serviço à comunidade - PSC) e o art. 118 (liberdade assistida - LA) desta lei, aplicada pela Justiça da Infância e Juventude, com a atribuição de executar, o poder público municipal,

> após constatada a prática de ato infracional, poderá o Poder Judiciário aplicar as seguintes medidas socioeducativas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (Brasil, 1990, p. 64).

Ainda, a Tipificação prevê que, no acompanhamento técnico da medida de PSC, “o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais” (Brasil, 2009b, p. 24).

Já na medida em meio aberto de LA implica certa restrição de direitos, mas não exige o afastamento do adolescente de seu convívio familiar. Pressupõe o acompanhamento sistemático de pelo menos, 06 (seis) meses, bem como, a frequência assídua na instituição de ensino regular.

2.2.2.4 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS

Serviço especializado para pessoas “com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos” (Brasil, 2009b, p. 26) é ofertado no Centro-Dia e/ou no domicílio do usuário.

> Tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários (Brasil, 2009b, p. 26).

A equipe técnica tem a preocupação de reconhecer o trabalho de apoio para reduzir a carga e a sobrecarga da família e do cuidador, diante da necessidade prolongada de cuidados diários.

2.2.2.5 SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Segundo a Tipificação dos Serviços, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP, “espaço essencial para a oferta de atenção especializada no SUAS às pessoas em situação de rua” (Brasil, 2011b, p. 39). De acordo com o caderno de Orientações Técnicas (2011b).

> Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua (Brasil, 2011b, p. 67).

Este serviço dedicado a usuários em situação de rua requer um acompanhamento especializado, articulado com a rede de garantias de direito, visando contribuir para a inclusão social e a proteção social a grupos de pessoas que buscam “o desenvolvimento relações de solidariedade, afetividade e respeito” (Brasil, 2011b, p. 67), público vulnerável que necessita de inserção social.

Por isso, o Centro POP deve oferecer, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, voltado especificamente, para o atendimento especializado a essa população. Isso permite à equipe de referência do serviço realizar o encaminhamento ao acesso aos serviços tipificados de alta complexidade, como os serviços de acolhimentos: institucional ou em repúblicas. Como veremos, a seguir:

2.2.3 SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

Está, dentre os níveis de complexidade do SUAS, a alta complexidade, que oferece serviços especializados em diferentes modalidades e equipamentos, com o objetivo de garantir a segurança afiançada de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados do núcleo familiar e/ou comunitários de origem.

2.2.3.1 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Trata-se do serviço de acolhimento institucional que realiza a acolhida de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, “em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral” (Brasil. 2009b, p. 31).

De acordo com a Tipificação (2009b), o acolhimento institucional é ofertado para as diversas faixam etárias e modalidades: crianças e adolescentes (abrigo e casa-lar); adultos e famílias (casa de passagem e casa semelhante a uma residência); mulheres em situação de violência (local sigiloso); jovens e adultos com deficiência (residência inclusiva); pessoas idosas (abrigo e casa-lar).

Cada modalidade de oferta dos serviços socioassistenciais tipificados possui especificações técnicas específicas ao público correspondente, como, por exemplo.

2.2.3.1.1 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL

A unidade de abrigo institucional, a qual consta na Tipificação dos serviços socioassistenciais (2009b). “Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar” (Brasil, 2009b, p. 31).

Dar conta dessas especificidades desse serviço visa o fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, “com respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual” (Brasil, 2009b, p. 31).

2.2.3.1.1.1 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

> Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (Brasil, 2009b, p. 32).

A localização da unidade de abrigo deve ser mantida em local próximo da comunidade de origem das crianças e dos adolescentes, do ponto de vista da geografia, socioeconômico e cultural (Brasil, 2009b). Bem como, “Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade” (Brasil, 2009b, p. 32).

Também o acolhimento em abrigo para crianças e adolescentes “será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta” (Brasil, 2009b, p. 32).

O serviço deve funcionar em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, bem como, seguir o guia de “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009b).

Segundo as especificidades do serviço, no guia de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009a).

> Devem ser evitadas especializações e atendimentos exclusivos - tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescentes com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS (Brasil, 2009a, p. 69).

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes tem como objetivo acolher e garantir proteção integral à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social.

2.2.3.1.1.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM ABRIGO PARA IDOSOS

> Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do

> acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos (Brasil, 2009b, p. 33).

O mesmo ocorre na faixa etária de idosos, em Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI. Assim como no caso das crianças e adolescentes em abrigos, que não devem ser separados de seus parentes, os “idosos com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade” (Brasil, 2009b, p. 33). Para que se mantenham ativos os vínculos familiares e afetivos.

2.2.3.1.1.3 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM ABRIGO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS

O acolhimento institucional em abrigo executa um serviço especializado que oferece atendimento para adultos e famílias em situação de risco pessoal e social e/ou violação de direitos. Ele integra a rede de proteção social especial de alta complexidade, operacionalizando o serviço de acolhimento institucional. Seu público-alvo são famílias e adultos em situação de rua ou em trânsito pela cidade, que não possuem referência familiar.

Considera-se como abrigo institucional a unidade que oferta serviço de acolhida, amparo e convivência a cidadãos, adultos ou famílias, incluindo aquelas acompanhadas de crianças, em situação de abandono e de extrema pobreza. Para isso, deve-se oferecer “atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto (Brasil, 2009b, p. 32).

2.2.3.1.1.4 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Trata-se de um Serviço que oferece acolhimento institucional em abrigo provisório para mulheres “em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar” (Brasil, 2009b, p. 33). A mulher usuária do serviço pode ser atendida juntamente com seus filhos e dependentes, se necessário.

O Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência, um dos objetivos específicos do serviço, visa “possibilitar a construção de projetos pessoais visando à superação da situação de violência e o desenvolvimento de capacidades e oportunidades para o desenvolvimento de autonomia pessoal e social” (BRASIL, 2009b, p. 34).

Este Serviço deve ser desenvolvido em local sigiloso, para garantia do sigilo da identidade das usuárias. Além disso, exige “articulação com rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para as usuárias e seus filhos” (Brasil, 2009b, p. 33).

Essa modalidade de acolhimento objetiva proteger as mulheres e prevenir a continuidade de situações de violência, oferecendo condições de segurança física e emocional fortalecimento da autoestima.

2.2.3.1.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CASA-LAR

Essa modalidade de serviço de acolhimento institucional em Casa-lar, assim como a de abrigo é ofertado para as crianças e adolescentes e pessoas idosas (Brasil, 2009b).

Neste sentido, sobre o serviço de acolhimento para as crianças e adolescentes, o guia de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009a), esclarece que:

> Esse tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Com estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica, localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão sócio-econômico da comunidade onde estiverem inseridas (Brasil, 2009a, p. 75).

De acordo com a Tipificação (2009b), o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes pode ser desenvolvido nas seguintes modalidades:

> 1. Atendimento em unidade residencial onde uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes (Brasil, 2009b, p. 32);
> 2. Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para

> receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários (Brasil, 2009b, p. 32).

Conforme a Tipificação (2009b), o serviço de acolhimento institucional para idosos pode ser desenvolvido nas seguintes modalidades:

> 1. Atendimento em unidade residencial onde grupos de até 10 idosos são acolhidos. Deve contar com pessoal habilitado, treinado e supervisionado por equipe técnica capacitada para auxiliar nas atividades da vida diária (Brasil, 2009b, p. 33);
> 2. Atendimento em unidade institucional com característica domiciliar que acolhe idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. Deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade. A capacidade de atendimento das unidades deve seguir as normas da Vigilância Sanitária, devendo ser assegurado o atendimento de qualidade, personalizado, com até quatro idosos por quarto (Brasil, 2009b, p. 33).

Dessa forma, para o acolhimento institucional em abrigos, tanto para crianças e adolescentes quanto para idosos, devem ser respeitadas as especificações técnicas pertinentes às necessidades específicas de suas faixas etárias. Esse acolhimento visa oferecer um serviço de qualidade, garantindo a preservação dos direitos daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

2.2.3.1.3 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CASA DE PASSAGEM

O acolhimento institucional nesta modalidade de casa de passagem, atende pessoas adultas e famílias, que necessitam ter acesso ao,

> Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento (Brasil, 2009b, p. 32).

Segundo a Tipificação (2009b), o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias é desenvolvido na seguinte modalidade:

> Atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários (Brasil, 2009b, p. 32-33).

Nesta oferta de serviço é preciso contar com estrutura para acolher com privacidades pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar para garantir os direitos previstos.

2.2.3.1.4 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA

O acolhimento institucional destinado a jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam fragilizados ou rompidos, é previsto para aqueles indivíduos que não dispõem de condições de autossustento financeiro.

Também, o acolhimento se dá para pessoas com deficiência, jovens e adultas, que se encontram em "retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência" (Brasil, 2009b, p. 33).

Dessa maneira, para o atendimento do serviço, nessa modalidade deve-se: "funcionar em locais com estrutura física adequada e ter a finalidade de favorecer a construção progressiva da autonomia, da inclusão social e comunitária e do desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida diária" (Brasil, 2009b, p. 33).

2.2.3.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM REPÚBLICA

É um serviço protetivo que apoia e oferece "moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia" (Brasil, 2009b, p. 38).

Esta modalidade de atendimento deve ser desenvolvida "em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores" (Brasil, 2009b, p. 38). Este serviço de acolhimento para ser desenvolvido precisa

> contar com equipe técnica de referência para contribuir com a gestão coletiva da moradia (administração financeira e funcionamento), para acompanhamento psicossocial dos usuários e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas (Brasil, 2009b, p. 38).

Além disso, o público deste serviço em repúblicas é diversificado, de acordo com a Tipificação (Brasil, 2009b), como por exemplo:

> jovens entre 18 e 21 anos após desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ou em outra situação que demande este serviço (Brasil, 2009b, p. 38);
> pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia (Brasil, 2009b, p. 38-39);
> pessoas idosas que tenham capacidade de gestão coletiva da moradia e condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária (Brasil, 2009b, p. 39).

A oferta do serviço de acolhimento para jovens em repúblicas,

> devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas, garantindo-se, na rede, o atendimento a ambos os sexos, conforme demanda local, devendo ser dada a devida atenção à perspectiva de gênero no planejamento político-pedagógico do serviço (Brasil, 2009b, p. 38).

Também para a execução, “o serviço deverá ser organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações constantes no documento, Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009b, p. 38).

2.2.3.3 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Serviço que organiza o acolhimento de crianças e/ou adolescentes estendendo-se àqueles com “deficiência, aos quais foi aplicada medida de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção” (Brasil, 2009b, p. 54), esse Serviço

> deverá ser organizado segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009a), sobretudo no que se refere à preservação e à reconstrução do vínculo com a família de origem, assim como à manutenção de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.) numa mesma família. O atendimento também deve envolver o acompanhamento às famílias de origem, com vistas à reintegração familiar (Brasil, 2009b, p. 54).

A medida de acolhimento ocorre em residência de famílias acolhedoras previamente cadastradas, selecionadas, capacitadas e aptas ao desenvolvimento do

serviço, para aqueles que estão afastados da família por medida protetiva. Por meio do acompanhamento sistemático, a perspectiva é reintegrá-los à família de origem, seja nuclear ou extensa. Caso isso não seja possível, o retorno familiar será encaminhado ao processo jurídico de adoção.

> É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem (Brasil, 2009b, p. 54).

O serviço de acolhimento de crianças e/ou adolescentes em família acolhedora pressupõe articulação com a rede de proteção social de garantia de direitos, especialmente, com o Juizado da Infância e Juventude, devido as etapas de cadastramento das famílias no serviço e à posterior emissão do termo de guarda.

2.2.3.4 SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS

O serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergência “promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas” (Brasil, 2009b, p. 57). O atendimento é destinado às situações de risco e vulnerabilidade social, em decorrência:

> - Atingidos por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados (Brasil, 2009b, p. 57);
> - Removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário (Brasil, 2009b, p. 57).

Tem por objetivo, o acolhimento imediato em condições dignas e seguras, com alojamentos provisórios, quando necessário; identificar perdas e danos ocorridos e cadastramento da população atingida. Além disso, articula-se com a rede de políticas públicas de suporte e de apoio para prover as necessidades básicas detectadas, por meio da inserção na rede socioassistencial e o acesso a benefícios eventuais (Brasil, 2009b).

Além disso, o debate da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, incluindo suas Definições; Objetivos; Diretrizes; Organização e da Gestão e demais aspectos, deve anteceder o do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, uma vez que a LOAS é o fundamento sobre o qual se alicerça a operacionalização do SUAS. A construção da LOAS contou com a participação popular e de trabalhadoras/es da área e será a base para a implementação do SUAS, como uma rede pública de proteção básica e proteção especial.

> Nesse sentido, deve-se entender que ela não é concessão do Estado para a sociedade, ao contrário, é o resultado de lutas históricas, que estabeleceram para o Estado a obrigação de assumir responsabilidades perante a *questão social* e respostas às expressões desta, que não figuram nas finalidades do mercado (Silva, 2012, p. 27).

A fim de, alcançar a eficácia dos serviços tipificados sob a proteção social da LOAS, com base alicerçada na prevenção de riscos e violações de direitos, pois “esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais” (Brasil e UNESCO, 2009, p. 21).

No tocante ao nosso tema, o caráter protetivo dessas ações deve ser colocado em prática no atendimento ofertado, que oportuniza acesso a serviços públicos para pessoas em desenvolvimento, como é o caso de crianças e adolescentes em situação de pobreza, que indiscutivelmente necessitam dessa proteção,

> Proteção social – o sentido de proteção (*protectione*, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo (Brasil e UNESCO, 2009, p. 21).

Tudo isso desafia o patamar ocupado pela proteção social no Estado democrático de direito brasileiro. “E do ponto de vista dos direitos, cabe à assistência social prover a rede de atenções para que a dignidade humana seja assegurada e respeitada” (Brasil e UNESCO, 2009, p. 25), no combate às mazelas (re)produzidas pela pobreza.

Por outro lado, é provável que a LOAS venha ocupar o lugar anteriormente ocupado pela religião e pela caridade. Trata-se falta de ação preventiva do Estado, suprida pelas religiões, para atender às necessidades dos pobres, um vazio que, agora é um direito do cidadão e obrigação do Estado.

Certamente, é por meio da política pública que se acessa o direito de cidadania, estabelecendo uma lógica separação entre o laico, ou seja, o dever do Estado e o religioso, em virtude às devidas distinções.

Contudo, a novidade recente é a LOAS e o SUAS, mas não as inspirações anteriores que as motivam a agir contra as injustiças sociais causadas pelo mesmo sistema de produção capitalista atual e de outrora, como descrito na ação de Dom Bosco.

Tendo em vista o caráter preventivo da LOAS, procuramos entender em que medida a preocupação principal da LOAS se assemelha com a de Dom Bosco, e como a sua sensibilidade para o amor e o acolhimento se reflete nesse contexto. Como duas propostas, apesar de completamente diferentes, podem responder ao mesmo propósito e conteúdo, como desejava aquele que as antecedeu, por exemplo, Dom Bosco.

Nessa perspectiva, abordaremos o enfoque comparativo entre o método preventivo de Dom Bosco, os objetivos e as proteções sociais da LOAS, os quais trataremos a seguir.

3. COMPARAÇÃO ENTRE O MÉTODO PREVENTIVO DE DOM BOSCO E AS PROTEÇÕES SOCIAIS DA LOAS

No capítulo 1 analisamos a contribuição de Dom Bosco por meio dos fundamentos do método preventivo. No capítulo 2, apresentamos a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, seus Objetivos e as Proteções Sociais. Neste capítulo 3 comparamos os êxitos e limites enfrentados pelo método de Dom Bosco e pela LOAS nos contextos dos capitalismos industrial e financeiro, em relação à juventude abandonada e vulnerável.

3.1 DA COMPARAÇÃO HISTÓRICA: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

As ideias aqui se baseiam na comparação dos contextos históricos e socioeconômicos marcados pelo sistema capitalista e o processo de industrialização clássica, desde o século XIX até a atualidade. Essas ideias estão voltadas para as questões sociais que envolvem a juventude, desenvolvidas na sociedade burguesa. Por fim, avançamos nas metodologias de proteção existentes, analisando a aplicabilidade do método preventivo de Dom Bosco e da LOAS diante dos desafios impostos pelas forças capitalistas.

3.1.1 O CAPITALISMO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX DE DOM BOSCO

O período em que o italiano Dom Bosco (1815-1888) viveu e aplicou seu método preventivo coincide com a fase histórica do capitalismo e da industrialização da Europa no século XIX. Ao mesmo tempo, a interpretação da história industrial do velho mundo se relaciona com a teorização de dois importantes teóricos alemães: Karl Marx (1818-1883), economista, sociólogo e historiador, e Max Weber (1864-1920), um dos fundadores da Sociologia.

As citações desses clássicos, Marx e Weber, sobre as transformações da Revolução Industrial na vida dos trabalhadores coincidem com o contato que Dom Bosco teve com a realidade da época. Naturalmente, as ações e interesses de cada um se fundamentaram em pontos de vista próprios.

O marco inicial da Revolução Industrial foi na Inglaterra, país onde começou a Primeira Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII. “A Revolução Industrial inglesa foi caracterizada pela substituição do trabalho artesanal pelo uso de máquinas, impulsionando o crescimento econômico e urbanístico, além de provocar profundas mudanças nas condições de trabalho” (Ashton, 1971, p. 23).

Posteriormente, já em meados do século XIX, os Estados Unidos e o Japão se juntaram à evolução das máquinas, caracterizando o surgimento “do capitalismo industrial em alguns países, sendo o aspecto mais notável dessas transformações, sem dúvida alguma, o aparecimento da máquina ou o advento do maquinismo no processo da produção industrial” (Santos, 2015, p. 82).

Logo, no século XIX, a indústria deixou de ser restrita à Inglaterra e se expandiu para além das fronteiras da Europa Ocidental, alcançando países como Alemanha, Bélgica, França e Itália. “A Revolução Industrial tardou a chegar à Itália, mas quando finalmente se instaurou, provocou profundas transformações no cenário econômico, especialmente nas regiões do norte, como Milão e Turim, consolidando a industrialização no país” (Romagnani, 2003, p. 102).

No caso da Itália, a industrialização iniciou-se nas proximidades do rio Pó, em “Turim, capital do Piemonte e do Reino da Sardenha” (Lenti, 2012, p. 126), onde a indústria era predominantemente manufatureira e artesanal, também conhecida como indústria doméstica, realizada dentro das famílias, por uma ou mais pessoas que produziam objetos para uso próprio ou venda. Esse modelo industrial passou a ser um dos principais centros da industrialização italiana a partir do final do século XIX e início do século XX, contribuindo para o crescimento econômico e a urbanização.

No entanto, esse novo modelo inova a produção industrializada de bens e altera a forma de produção, o que leva ao surgimento da classe operária. De tal forma que, “[...] nessas condições é que o surgimento da classe operária se deu com os operários têxteis, artesãos, tinteiros, tipógrafos e sapateiros assalariados e trouxe à cena um novo tipo de trabalhador, aquele expropriado de seus meios de produção. (Oliveira, 2004, p. 92).

Com a introdução das máquinas, a forma de produzir mudou, e isso gerou uma piora nas condições de vida dos trabalhadores do campo, o que resultou em “levantes nos anos de 1884 e 1885. Houve uma crise agrícola profunda e prolongada nas regiões onde a transformação capitalista foi mais acentuada, como as do Vale do rio Pó” (Lenti, 2014, p. 21). Nesse contexto, surgiram movimentos grevistas promovidos “pelo Sindicato dos Trabalhadores do Campo Italiano, de inspiração socialista” (Lenti, 2014, p. 21). Isso

explica o surgimento de “um novo tipo de trabalhador, expropriado de seus meios de produção” (Oliveira, 2004, p. 92).

Como resultado, um outro fator interessante que surgiu com a evolução do capitalismo na Itália foi o intenso processo migratório da população, já no segundo período do século, provocado pelas mudanças do novo sistema de produção.

> Ou seja, o fenômeno emigratório se insere no contexto da passagem de um país agrícola e pré-industrial para uma fase de “relativa, e totalmente específica, maturidade capitalista”. A emigração de contingentes enormes de italianos fora uma constante de um modelo de desenvolvimento baseado na “subutilização da força de trabalho” e na exploração intensiva das classes trabalhadoras, principalmente devido ao avanço capitalista no meio rural (Grandi, 2021, p. 41).

Da mesma maneira, uma outra transformação surge com a lógica da Revolução Industrial no que “era preciso uma extrema divisão do trabalho a fim de que as máquinas dos primeiros tempos, muito simples, pudessem ter condições de integração no processo de produção” (Santos, 2015, p. 81-82). Haja vista que, “o empresário capitalista nos primeiros tempos da industrialização busca aumentar ao máximo a produtividade da mão de obra, fazendo multiplicar, assim, a vantagem que obtém com os baixos salários pagos à mesma” (Santos, 2015, p. 82).

É nesse contexto histórico e conceitual, no século XIX, durante a Europa industrializada, que surge a questão social, que também afetava o norte da Itália, especialmente a cidade de Turim, devido às desigualdades sociais. Segundo Lenti (2014), a Itália estava sendo impactada pelos efeitos da pobreza e, consequentemente, “a questão social avançava e, nesses anos, foram crescendo e tornando-se sempre mais ativas e exigentes as diversas organizações operárias e populares” (Lenti, 2014, p. 19). Essas organizações buscavam levar para o campo e para as ruas da cidade algumas mobilizações diante dos acontecimentos da época,

> [...], já mesmo em sua primeira fase, a Revolução Industrial tendeu a expropriar o trabalhador utilizando-se das mais diversas formas, seja tirando as pessoas das antigas comunidades e não lhes dando emprego, seja tirando-lhes o ofício que lhes era próprio, visto que este não poderia concorrer com o modo de produção nascente, baseado na mecanização da produção e na divisão do trabalho. (Oliveira, 2004, p. 92).

Esse processo de industrialização teve um impacto significativo no desenvolvimento econômico e industrial, e como consequência, atraiu grandes massas de

trabalhadores para as cidades, como a de Turim. Dentre os motivos que contribuíram com a alteração dessas dinâmicas produtivas e sociais está a fundação da Fiat (*Fabbrica Italiana Automobili Torino*), em 1899, já no final do século (Berta, 1998).

Diante dessas transformações no mundo do trabalho provocadas pelo capitalismo, “o trabalhador não encontra outra opção senão a de inserir-se no mercado informal de trabalho, no qual, na maior parte das vezes encontra sérias dificuldades de sobrevivência” (Oliveira, 2004, p. 95).

A respeito, os alemães Karl Marx e Max Weber analisaram o impacto do capitalismo sobre a sociedade de maneira distinta, mas ambos reconheceram as transformações profundas que ele provoca. Além disso, concordam que o capitalismo não é apenas um modo de produção, mas um fenômeno social, que molda profundamente as relações humanas e a estrutura da sociedade.

De tal forma que, Marx identificou demandas sociais e trabalhistas quando esteve exilado na cidade de Londres, capital da Inglaterra, entre os anos de 1849 e 1864. Sobre esta questão em 1867, com a colaboração de Friedrich Engels publica a sua principal obra: *O Capital*. Desse pensamento deve-se considerar que, “Marx vê no advento do capitalismo a essência da modernidade, sua característica fundamental” (Sofiati, 2022, p. 23), uma espécie de caminho trilhado pelas transformações modernas e que, portanto, não tem volta.

Em consonância, o próprio Marx (2004), na obra sobre a economia política diz que, a categoria de *trabalhador* fica reduzida como mera *mercadoria,* que atende aos interesses do capital. Dessa lógica, se dá o processo de alienação do trabalho, do qual, quanto mais o trabalhador produz a mercadoria - a coisa, mais esta mesma mercadoria se sobrepõe e desvaloriza a outra. Nesse momento acontece “a *valorização* do mundo das coisas. Aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens” (Marx, 2004, p. 111). Como resultado, o trabalhador se torna um ser estranho daquilo que ele mesmo produz e não consegue participar.

Dessa forma, “quanto mais objetos o trabalhador produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, do capital” (Marx, 2004, p. 112). Nesta vertente, a objetivação do trabalho transforma-se em desrealização do trabalhador, que para ele é *estranho*.

Mas, evidentemente que esta produção nunca deixa de ser humana, “só pode ser o próprio homem” (Marx, 2004, p. 119). Esse “aliena a própria atividade, também confere a

um estranho a atividade que não lhe pertence" (Marx, 2004, p. 119). O efeito desta autoalienação entre os homens manifesta-se na relação de si mesmos e com a natureza.

Assim, enquanto Marx concentra-se nas relações materiais e no conflito estrutural, Weber explora as mudanças culturais e institucionais que sustentam o sistema. No estudo sobre as relações sociais, Weber "considera o mundo moderno a partir da ação social, com base no princípio da interação, e está preocupado em compreender as interações sociais entre os indivíduos" (Sofiati, 2022, p. 71), porque procurou compreender o comportamento dos indivíduos na Religião e na Economia. "A Revolução Industrial na Inglaterra não só alterou as formas de produção, mas também redefiniu as relações sociais, criando novos padrões de organização do trabalho e da vida cotidiana" (Florenzano, 1997, p. 57).

Logo, traz um ponto que se assemelha ao comportamento de Dom Bosco para com os jovens, com o seu método preventivo, que de certa maneira, se preocupou com isso também, através da Razão, da Religião e da *Amorevolezza* (Braido, 2004).

Consequentemente, tanto o método preventivo de Dom Bosco quanto o contexto capitalista estavam profundamente entrelaçados com a ideia de trabalho e ocupação, mas com finalidades diferentes. Ambos, porém, reconheciam a centralidade do trabalho para a formação do indivíduo na sociedade da época.

Para tanto, ao continuar nos apanhados dos estudos de Weber (2004), em sua obra, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada em 1904-1905, na qual ele analisa a proximidade da formação do capitalismo com a disseminação do protestantismo, o intuito consiste em ponderar a influência da Reforma Protestante, especialmente das doutrinas protestantes de cunho ascético, na formação do capitalismo moderno. De fato, a obra é uma referência nos estudos sobre sociedade, a religião e o capitalismo.

Weber defende uma relação entre a ética concernente a tais crenças e o que ele chama de *espírito do capitalismo*. Tal espírito se expressa, grosso modo, num *ideal* de conduta por parte do homem moderno, diante das novas perspectivas decorrentes do processo de racionalização alavancado pelo advento do capitalismo industrial.

Tal obra é dividida em duas partes, sendo a primeira dedicada a considerações sobre a ligação entre religião e economia, *o espírito do capitalismo*, além da concepção de vocação, à luz das mudanças trazidas pela Reforma Protestante no que diz respeito ao sentido moral do trabalho secular. Na segunda parte, Weber se debruça sobre *os*

fundamentos religiosos da ascese intramundana, aos quais pode ser atribuída uma relação estrita com o espírito do capitalismo.

Tendo em vista tal estrutura, o autor inicia seu estudo partindo de um questionamento acerca das diferenças nas condições e no comportamento, num sentido econômico, por parte de católicos e protestantes. Os protestantes viam-se atraídos por algumas posições de destaque nas fábricas modernas.

> A participação nessas funções econômicas pressupõe em parte posse de capital, em parte uma educação dispendiosa e em parte, na maioria das vezes, ambas as coisas, estando ainda hoje ligada à posse de riqueza hereditária ou, pelo menos, a uma certa abastança (Weber, 2004, p. 30).

Diante de tal compreensão Weber então enfatiza que os protestantes se ocupavam dos altos escalões no âmbito social moderno. Mas, a explicação para este fato tinha raízes históricas. Portanto, apenas essa perspectiva não dava conta de todo o fenômeno.

Também é alvo de nosso interesse a análise da influência da religião católica, conforme destaca este aspecto do estudo, que aponta uma preferência dos católicos pelos trabalhos artesanais anteriores à industrialização. Nesse sentido, o desenvolvimento do texto explora o comportamento dos católicos, que seguiam a mesma religião de Dom Bosco, assim como a grande maioria da população italiana com quem ele convivia. Esse comportamento contrasta com o dos protestantes, cuja ética se alinhava de forma mais direta às exigências do capitalismo emergente. Conforme Weber (2004),

> O católico [...] é mais sossegado; dotado de menor impulso aquisitivo, prefere um traçado de vida o mais possível seguro, mesmo que com rendimentos menores, a uma vida arriscada e agitada que eventualmente lhe trouxesse honras e riquezas (Weber, 2004, p. 34).

Essa descrição evidencia uma diferença significativa nas disposições culturais e econômicas entre católicos e protestantes, com impactos diretos na relação de cada grupo com o trabalho e com as novas formas de produção trazidas pela industrialização.

De acordo com a análise de Weber, confirma-se o sentido da época e da proposta desenvolvida por Dom Bosco. Nesse sentido, ambas intuições se alinham. Diante de um dos pilares do método preventivo, o da Razão, marcado por intensa disciplina (Braido, 2004), Dom Bosco ensinava um ofício honesto aos jovens valorizando qualquer trabalho

digno que contribuísse para que eles construíssem uma vida pautada na ética e na autonomia. Para Dom Bosco, o trabalho não era apenas um meio de subsistência, mas uma forma de emancipação e um instrumento pedagógico essencial para moldar jovens como cidadãos responsáveis, autônomos e moralmente íntegros.

Aliado a isso, sempre que possível, dava-se preferência ao estudo ou, alternativamente, a uma oficina profissionalizante que pudesse manter e cultivar ao máximo as potencialidades dos indivíduos. Além disso, é provável que fosse mantida uma regra semelhante à atual, de que todos deveriam buscar ocupar-se, uma característica do sistema vigente, já que o capitalismo se encontrava em plena ascensão (Marx, 2004).

Ademais, na teoria de Weber (2004) sem dúvida, o espírito do capitalismo está no mundo racionalizado daquele protestantismo, “essa *racionalização* da conduta de vida no mundo, mas de olho no Outro Mundo é o efeito da concepção de *profissão* do protestantismo ascético” (Weber, 2004, p. 139). Dessa forma, Weber via o homem que trabalhava para agradar a Deus, pois acredita-se que o detentor do meio de produção é um indivíduo abençoado e predestinado à salvação.

Mais uma vez, essa condição verificada por Weber (2004), não está associada à prática cotidiana do católico, para o qual as boas obras e os sacramentos, o levariam à salvação. Ou seja, o católico está demandado por legitimação, a do sofrimento dos pobres e infelizes, a pensar na doutrina religiosa de salvação. Assim se fundamentou um dos pilares do método preventivo de Dom Bosco: o da Religião (Braido, 2004).

Contudo, a influência desta leitura de Weber (1904-05), que já é posterior sobre a de Dom Bosco coincide com a Era da Segunda Revolução Industrial, vivida por ambos no final do século XIX. E de que principalmente exerce uma similaridade de conteúdo, no tocante à mentalidade de Dom Bosco, que viveu num mundo dominado pela doutrina católica.

Ainda por cima, a complementaridade das análises de Max e a de Weber revela que o capitalismo não se limita a um fenômeno econômico. Enquanto busca a maximização do lucro e a subordinação dos trabalhadores ao sistema de produção, ele se expande para a esfera social e cultural, transformando profundamente as relações humanas, as instituições e os valores da sociedade moderna (Sofiati, 2022).

Isto posto, leva-nos a considerar o peso de cada contexto histórico em relação às fases da Revolução Industrial (Oliveira, 2004). Por certo, a origem da desigualdade social é perene, refletindo-se a situação geral do público-alvo da LOAS, que sofre os impactos mais profundos dessas desigualdades estruturais.

3.1.2 O CAPITALISMO FINANCEIRO DO SÉCULO XXI DA LOAS

As consequências das transformações do mundo do trabalho no Brasil atual são evidentes, caracterizadas por uma “intensa racionalização e flexibilização no modo de produção” (Oliveira, 2004, p. 95), bem como nas relações socioeconômicas e históricas, que, “em sua dinâmica produz e reproduz seus exponentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam” (Iamamoto, 2001, p. 11).

Na verdade, “desde a Revolução Industrial, o capitalismo se constituiu como combinação entre economia, política e progresso tecnológico. Conhecimento e tecnologia são tão necessários quanto o trabalho, o capital e os recursos naturais” (Gasda, 2024, p. 77).

Mas também, todos os moldes se expressam de acordo com o seu tempo, e agora os “avanços da técnica aumentam a taxa de exploração do trabalho, trazendo insegurança e precariedade. A estratégia para acúmulo de capital é intensificar a exploração do trabalho” (Gasda, 2024, p. 83). É o efeito da transformação digital dos processos produtivos.

Conforme, Antunes (2020), “a Indústria 4.0 representa a consolidação de um novo padrão tecnológico, no qual automação, inteligência artificial e plataformas digitais promovem profundas transformações no mundo do trabalho, intensificando a precarização e a desregulamentação” (Antunes, 2020, p. 45).

Então, essas são marcas do modelo de competição da contemporaneidade, resultado de um capitalismo tecnológico na Era da Indústria 4.0, que se utiliza de termos como “Internet das coisas”, “computação em nuvem”, robótica e a Inteligência Artificial – IA, “como dominante e condutor de todo o processo produtivo, com a consequente redução do trabalho vivo, viabilizada pela substituição de atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robóticas, sob o comando informacional-digital” (Antunes, 2020, p. 14). Essas inovações correspondem aos interesses do capital e revelam “a maior transformação desde o final da segunda Guerra. A maneira como organizamos a economia, a sociedade e a política está mudando” (Gasda, 2024, p. 77).

Essa é a Quarta Revolução Industrial, que “não é apenas sobre tecnologia. Ela é sobre a transformação dos modelos de negócio e sobre como o Brasil pode se posicionar nesse cenário global, utilizando inovação e criatividade como ferramentas para competir” (Consentino, 2018, p. 45).

Já que, a Revolução em curso é totalmente tecnológica, “muitas profissões terão suas funções reduzidas ou extintas pela IA” (Gasda, 2024, p. 82). Devido à capacidade ampliada “de realizar atividades em escala e velocidade muito superiores às das pessoas. A possibilidade do desemprego, do subemprego e da diminuição de tarefas realizadas pelo ser humano, com o uso da inteligência artificial, é real” (Gasda, 2024, p. 82).

Por conseguinte, conforme Antunes (2020), “ao contrário do que ditava a equivocada ‘previsão’ do fim do trabalho, da classe trabalhadora e da vigência da teoria do valor, o que temos, de fato, é uma ampliação do trabalho precário” (Antunes, 2020, p. 13).

De fato, essa transformação tecnológica trouxe consequências significativas e veio para interferir e mudar a forma de viver das pessoas. De acordo com a análise de Iamamoto (2001), o sistema capitalista interfere drasticamente no “processo de produção das condições materiais da vida humana” (Iamamoto, 2001, p. 11), conforme Marx (2004), que afirma que ainda é o próprio homem, ou seja, “alguns dos homens mais ricos do mundo podem estar decidindo o destino da humanidade. De um lado, empresas trilionárias tornam a IA mais lucrativa. De outro, setores da sociedade empenham-se em garantir princípios éticos que pautem seu uso” (Gasda, 2024, p. 78). Sob essa ótica, na sociedade capitalista, que quem ganha é o mais astuto, em um modelo de competição entre capitalistas, sendo um mais rico que o outro.

Tudo isso tem consequências para a realidade das políticas públicas no Brasil, no que diz respeito à proteção do cidadão frente aos seus infortúnios, uma vez que essa não foi uma preocupação efetiva do poder público durante muito tempo.

Sobre isso, a ação inicial do Estado brasileiro foi direcionada de forma específica para proteger o trabalhador empregado. Essa proteção “ocorre a partir dos anos de 1930, com caráter particularista e meritocrático” (Silva, 2012, p. 51), ou seja, focada no trabalhador assalariado e formalmente empregado, com o objetivo de consolidar a “hegemonia política e econômica do projeto de poder e de desenvolvimento em curso, com forte condução moral, na qual impera o favor e o clientelismo” (Silva, 2012, p. 51).

Dessa maneira, está à mostra que houve a demora na proteção social brasileira, na ordem jurídica, que só passou a ser relevante mais tarde, a partir da Constituição Federal de 1988. Conforme as palavras de Boschetti (2003), o reconhecimento da assistência social como direito, logo dever do Estado, está sob o princípio da igualdade de cidadão. Esse é quem “usufrui os bens e os serviços produzidos socialmente e participa de forma livre, consciente e autônoma das decisões sobre a vida de seu país, em todas as

dimensões (política, econômica, cultural, ética etc) e as esferas de exercício do poder" (Silva, 2001, p. 08).

Assim, a conquista do seguro social resulta como um "produto histórico das lutas sociais, no embate entre capital e trabalho, a seguridade social constitui um *lócus* privilegiado de processamento e mediação das contradições relacionadas às formas de geração, apropriação e distribuição da riqueza" (Silva, 2012, p. 112). Conquistas como essas visam combater os efeitos da pobreza que impactam a vida do "pobre enquanto inteiramente necessitado" (Silva, 2012, p. 51), em um contexto onde o direito à proteção é insuficiente.

Por outro lado, no modelo da proteção social da CF/88 e da LOAS alteram substancialmente, o poder abrangente de inclusão da população atual brasileira elevada ao patamar da proteção, porque inova o modelo de gestão (Brasil e UNESCO, 2009).

Dessa maneira, desafia-se o conjunto de coparticipação entre os entes federados no financiamento, os quais devem tomar decisões interligadas e interventivas de forma intersetorial. Como resultado, no âmbito da seguridade social, que é atraída para o campo econômico e financeiro, torna-se impossível, segundo Silva (2012), "pensar a seguridade social e todas as políticas sociais sem considerar […] a econômica. É na esfera das relações de produção e da política econômica que se encontram as principais limitações para a (não) materialização da seguridade social" (Silva, 2012, p. 120).

Sob esta ótica, na ação efetiva das políticas públicas é primordial que sejam articuladas entre si, transversalmente. Com medidas assertivas e comprometidas, isso quer dizer, não focar unicamente no social. Já que, se compreende que "não cabe a uma política social, e muito menos à assistência social, superar a pobreza e a desigualdade, o que exige mudanças estruturais" (Sposati, 2001, p. 58).

De tal forma, a política de assistência social jamais deve ser tratada como a única responsável pela superação da realidade da desigualdade social. Para isso é imperioso que haja a ação provocativa dos governantes, para outros setores públicos de decisão, como o da economia.

Porque, mais uma vez, decisões unilaterais ou as mais abrangentes atingem o direcionamento das políticas públicas e da própria LOAS. Haja vista, que a garantia dos direitos da LOAS requer uma conta investimento que dispõe sobre a previsão e a execução do orçamento público, proporcional à sua demanda. No entanto, "para o capitalismo, é preferível um governo autoritário que aja de acordo com princípios

neoliberais a um governo democrático que busque governar para todos” (Gasda, 2024, p. 87).

Isto posto, todo esse aparato das legislações da CF/LOAS/SUAS serve, ainda que paralelamente, para garantir o avanço das políticas públicas sociais, com base na inclusão social, por meio da transferência de renda e dos programas sociais, que precisam buscar produzir as reais oportunidades de melhoria de vida dos mais pobres, com a finalidade do não agravamento da desigualdade social, para a garantia da via igualitária e democrática, do governo de todos para todos.

Porém, “a percepção é que, gradualmente, estamos ingressando na era da pós-democracia. [...] Muitos governos ‘democraticamente eleitos’ têm interesses do mercado como prioridade” (Gasda, 2024, p. 87), o que infringe o Estado Democrático de Direito, completamente.

Certamente, é também por consequência destas escolhas não democráticas, que ajuda a despontar os números alarmantes da desigualdade social. E é através dela que se revela a face da questão social, dita “como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (Iamamoto, 2001, p. 10). Ou seja, diz respeito à riqueza produzida que não é socialmente repartida (Marx, 2004), marcada por representações antagônicas, nas quais se evidenciam a prevalência do setor capitalista.

3.2. DA QUESTÃO SOCIAL: CONSEQUÊNCIAS SOBRE A JUVENTUDE

Desde o princípio, a questão social na sociedade capitalista está caracterizada na relação intrínseca da existência do trabalho humano. Como aponta Iamamoto (2001), “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais” (Iamamoto, 2001, p. 16). Um exemplo inspirador é a situação dos jovens abandonados em Turim, que reflete uma tendência europeia da época, em que o avanço industrial gerava riqueza para poucos, enquanto muitas famílias trabalhadoras e seus filhos enfrentavam a pobreza e a exclusão social.

Tendo em vista a situação social com base no contexto socioeconômico do capitalismo na época de Dom Bosco e no atual contexto do Brasil, passamos agora a analisar as consequências desse sistema sobre a juventude, igualmente de maneira comparativa, considerando a época de Dom Bosco e a atualidade da LOAS.

3.2.1 JUVENTUDE ABANDONADA NA ÉPOCA DE DOM BOSCO

Ao se falar sobre a juventude pobre italiana, faz-se referência ao trabalho preventivo de Dom Bosco com os jovens abandonados e acolhidos no Oratório Festivo, local onde se iniciou seu trabalho, ainda antes da fundação da Congregação São Francisco de Sales, “para Dom Bosco, o Oratório festivo era a ‘paróquia’ dos meninos abandonados” (Ferreira, 2018, p. 16). Crianças e jovens eram frequentemente deixados à própria sorte, vivendo em condições precárias, sem acesso à educação ou a cuidados básicos.

Ademais, o crescimento desordenado das cidades industriais, combinado com a falta de políticas sociais adequadas, agravou a situação que passou a ser determinada pela pobreza e o abandono, logo, se evidenciava a questão social na juventude,

> sendo definidos pela ausência e pelo que não seriam – nem crianças e nem adultos. Sujeitos que precisam de constante vigilância, controle e tutela para que não se pervertam ou não se percam. Mas também é identificável uma representação contraditória da juventude e do significado de ser jovem. De um lado, ela é lida como sinônimo de vitalidade, dinamismo e criatividade; por outro, associada à violência e à delinquência (Cassab, 2012, p. 158).

Desse contexto, Dom Bosco “acolhia meninos abandonados, que ficavam a vagar pelas ruas e praças, desocupados, sem escola, sem vontade de aprender nem trabalhar; [...]; rapazes que vinham do interior (explodia a era industrial) pela grande oferta de mão de obra” (Ferreira, 2018, p. 16). Como também, Dom Bosco “começou a trabalhar entre os jovens emigrantes pertencentes a esta massa de proletários agrícolas emigrados, semianalfabetos, à procura de trabalho, que por sua ignorância e miséria, com extrema facilidade eram vítimas de exploração, do vício e da delinquência” (Scaramussa, 1977, p. 21-22).

Diante de toda aquela situação precária ele ainda complementa, “meninos que saíam da cadeia e haveriam de perverter-se ainda mais caso ninguém se interessasse por eles” (Ferreira, 2018, p. 16). Isso certamente agravaria ainda mais as consequências da questão social já instalada.

Além disso, dentre eles, havia não apenas os jovens, mas também crianças pequenas, que conviviam com o abandono e com a exploração do trabalho. Quando conseguiam algum emprego, sobreviviam com trabalhos esporádicos e sem qualquer proteção. Eventualmente, alguns recorriam a pequenos furtos, dado o contexto em que se

encontravam. Realmente, foram aqueles que chamaram a atenção de Dom Bosco, especialmente, os encarcerados e os que viviam pelas ruas de Turim, recém-industrializada (Lenti, 2012).

Na verdade, tratava-se de um contingente significativo de meninos desprotegidos, os quais, além de estarem à mercê da exploração, eram compelidos a seguir suas regras. Atuavam como mão de obra excedente no contexto fabril e eram diretamente impactados pelas dinâmicas do modo de produção capitalista, especialmente no período compreendido entre as duas primeiras Revoluções Industriais.

Diferentemente, os jovens de famílias ricas recebiam instrução desde muito cedo, o que alterava profundamente o aprendizado que tradicionalmente se dava no seio familiar. Isso porque a família “é paulatinamente substituída pelo estabelecimento escolar, seja em tempo parcial ou em pensionatos. À escola caberia acrescentar a educação aprendida em casa, certa disciplina de trabalho, regras de sociabilidade e civilidade” (Cassab, 2012, p. 151).

O papel do colégio era, portanto, oferecer a moralidade necessária àquela sociedade, funcionando como “o lugar de controle dos impulsos tão comuns à juventude, instrumento de controle da indisciplina e da degradação moral” (Cassab, 2012, p. 152). Da mesma forma, os pais enxergavam a escola não apenas como um espaço para o aprendizado formal, mas também como um lugar onde os jovens aprenderiam a respeitar o patrão e a propriedade, em uma sociedade que, cada vez mais, adentrava o mundo burguês capitalista” (Cassab, 2012, p. 152).

Imediatamente, percebe-se na educação um forte indicativo da questão social, que evidenciava as diferenças e, consequentemente, escancarava o nível da desigualdade social entre os jovens, intensificada pela chegada das indústrias.

Diante dessas realidades completamente distintas, o jovem burguês se preparava para o trabalho e para iniciar a sua vida adulta. Assim, “caberia a esses jovens o estudo e o preparo para uma profissão” (Cassab, 2012, p. 151). Nesse contexto, eles desfrutavam de tempo livre e permaneciam descompromissados com o trabalho propriamente dito, conforme aponta Cassab (2012). Em contrapartida, como destaca Scaramussa (1977), o jovem pobre e desamparado era obrigado a se submeter à oferta exploratória do capital nas indústrias.

Tudo isso, da falta de inclusão da população pobre teve um impacto negativo na questão social, mas Dom Bosco foi capaz de identificar e compreender essa realidade por meio de suas ações. De fato, ele combateu as diferenças sociais, e conforme Braido

(2004), esses jovens deixaram de ser chamados de abandonados e passaram a ser reconhecidos como salesianos de Dom Bosco.

3.2.2. VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS NA ATUALIDADE DA LOAS

A Lei Orgânica da Assistência Social e a juventude estão interligadas na medida em que a LOAS estabelece diretrizes para a proteção e promoção dos direitos de todos os cidadãos, incluindo crianças, adolescentes e os jovens. No contexto da assistência social busca atender às necessidades específicas dessa faixa etária da população em situação de vulnerabilidade social.

Conforme Rezende (2022), a "vulnerabilidade é social porque são os mais pobres que enfrentam as maiores dificuldades para se adaptarem às intempéries extremas dadas as condições de fragilidade em que se encontram” (Rezende, 2022, p. 05). Nesse mesmo contexto, Rezende (2022), acrescenta que,

> As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (Rezende, 2022, p. 06).

Diante de tais demandas sociais, a LOAS tem um papel fundamental no enfrentamento das vulnerabilidades sociais que afetam crianças e adolescentes, “principalmente os de menor nível socioeconômico. Devido à fragilidade e dependência dos mais velhos, esse público torna-se muito submisso ao ambiente físico e social em que se encontra” (Rezende, 2022, p. 06). Assim, “a definição sobre vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de dependência” (Rezende, 2022, p. 06), agravada pela pobreza, falta de acessos a moradia, a saúde e a educação de qualidade, bem como, a internet, que passa a ser essencial nos dias atuais.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS são considerados crianças os indivíduos que possuam até 10 (dez) anos de idade, e adolescentes indivíduos entre os 10 (dez) e os 20 (vinte) anos de idade. Já para o ECA, as fases são, criança até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, (Art. 2º, 1990).

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2022, quase metade das crianças de até 5 anos no Brasil vivia em situação de pobreza, o que representa 49,9% da população nessa faixa etária. Embora essa faixa etária seja a menor desde 2020, quando a pandemia de Covid-19 começou e a pobreza atingia 46% das crianças, os números ainda são alarmantes. O IBGE também aponta que a pobreza no Brasil é mais intensa entre crianças, pretos e pardos, e nas regiões Norte e Nordeste. Em 2022, 21,5 milhões de crianças e adolescentes de até 14 anos eram consideradas pobres, o que representava 49,1% da população nessa faixa etária. Esses dados destacam que a pobreza afeta de forma significativa a primeira infância.

A pobreza e a desigualdade socioeconômica impactam diretamente as famílias de baixa renda, que enfrentam dificuldades para garantir condições básicas de vida, como alimentação, moradia e acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Um agravante dessa situação é a persistência da exploração do trabalho infantil. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social muitas vezes são forçados a trabalhar para complementar a renda familiar, o que compromete sua educação e desenvolvimento pessoal. Além disso, o trabalho precoce priva esses jovens de experiências fundamentais para o seu crescimento e perpetua o ciclo de pobreza.

A violência é outra face da vulnerabilidade social e da violação de direitos de crianças e adolescentes, frequentemente estão expostos a diferentes formas de violência, incluindo violência doméstica, abuso sexual, exploração sexual e violência urbana, como conflitos em comunidades dominadas pelo tráfico de drogas.

De acordo com Minayo (2013), “a violência doméstica e sexual contra crianças representa uma grave violação de direitos, muitas vezes ocorrendo dentro de casa e sendo silenciada por medo ou vergonha” (Minayo, 2013, p. 87). Dessa forma, a violência impacta não só a saúde física e emocional dos jovens, mas também sua capacidade de desenvolver relações saudáveis e de construir uma vida segura.

Sobre o acesso desigual à educação, embora o Brasil tenha avançado nisso, a qualidade do serviço varia significativamente entre diferentes regiões e classes sociais, afetando diretamente o desenvolvimento das crianças mais pobres. Conforme Abramovay

(2009), “a desigualdade social reflete-se diretamente no acesso à educação, perpetuando um ciclo de exclusão que afeta especialmente as crianças das classes mais pobres” (Abramovay, 2009, p. 133).

Da mesma forma, a evasão escolar e o baixo desempenho acadêmico são problemas que afetam principalmente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, impedindo que eles se desenvolvam plenamente e ampliando as desigualdades.

Além disso, apesar dos avanços no sistema de saúde pública, as desigualdades sociais no Brasil ainda limitam o acesso equitativo a serviços essenciais, refletindo a divisão socioeconômica persistente no país. Sobre isso, “a desigualdade social no Brasil se reflete diretamente na saúde, onde o acesso a serviços de qualidade é muitas vezes restrito às classes mais favorecidas, perpetuando ciclos de exclusão e vulnerabilidade” (Day, 2023, p. 120). Essas barreiras no acesso à saúde de qualidade agravam problemas como desnutrição, doenças evitáveis e transtornos mentais. A falta de suporte adequado em momentos de crise e a ausência de políticas públicas direcionadas às suas necessidades aumentam o risco de marginalização.

Uma outra questão da nossa Era da Indústria 4.0 envolve a tecnologia e a desigualdade digital. Em tempos de avanço tecnológico e digitalização, a desigualdade de acesso à internet e a dispositivos eletrônicos se tornou uma nova forma de vulnerabilidade.

Segundo Silva (2022), “a desigualdade digital no Brasil é um reflexo das disparidades socioeconômicas, onde o acesso à internet e às tecnologias ainda é limitado para grande parte da população, aprofundando as diferenças sociais e econômicas” (Silva, 2022, p. 45). Na escola, crianças e adolescentes que não têm acesso a essas ferramentas encontram dificuldades para acompanhar as exigências da educação moderna.

Isso quer dizer que, “a exclusão digital abrange zonas pobres e comunidades rurais sem acesso sequer à internet e ao computador” (Gasda, 2024, p. 81). O que amplia ainda mais o fosso da desigualdade social em relação aos jovens de famílias que não se encontram vulneráveis, a esse tipo de problema.

Sobre isso, a LOAS levanta o seguinte questionamento, a vulnerabilidade social é uma questão complexa, de dimensões sociais, econômicas e culturais. Haja vista que, são muitas as condições de risco e vulnerabilidade social das crianças e suas famílias, o SUAS garante o acesso a serviços públicos preventivos, por meio da proteção social

básica dos CRAS: PAIF e SCFV, que visa promover a inclusão social de crianças e adolescentes, fortalecendo os laços familiares e comunitários.

Ainda, como ação protetiva, a proteção social especial oferece atendimentos especializados nos CREAS: PAEFI, MSE, SEAS e o POP Rua, direcionados a jovens em situação de risco, como aqueles que vivenciam violações de direitos, abusos ou exploração sexual, além das múltiplas violências (física ou psicológica), proporcionando acolhimento e suporte técnico.

Por conseguinte, ainda requer que não ocorra um desvio ideológico neoliberal, o qual pretende alterar o sentido real da “dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo” (Iamamoto, 2001, p. 18), no caso, o da juventude pobre. Dada a necessidade do rompimento definitivo, do longo período marcado pela ausência de políticas públicas e de normativas regimentais para a criança e ao adolescente.

Apesar de tantos desafios nessa fase de vida, sobretudo para os mais pobres, ainda precisam ser percorridos e ultrapassados os limites. A LOAS é uma das políticas públicas para garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados, num ambiente seguro, inclusivo e protetor, que busca atender as especificidades do público jovem.

3.3. DA METODOLOGIA DA PROTEÇÃO

A ação preventiva aplicada por meio do método preventivo de Dom Bosco se imbrica na problemática e nas superações das condições de abandono de crianças, adolescentes e jovens pobres. Por outro lado, as medidas de prevenção e as protetivas estão na LOAS, através da oferta dos serviços tipificados, da proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade do SUAS, que visam anteceder e superar sobre a situação de risco e de vulnerabilidade social das famílias.

3.3.1 NA AÇÃO PREVENTIVA DE DOM BOSCO

Buscamos compreender melhor a aplicabilidade do método preventivo de Dom Bosco na vida de crianças, adolescentes e jovens pobres. É importante lembrar que em suas andanças, “por toda parte percebia a situação de miséria e pobreza da juventude de

Turim” (Scaramussa, 1977, p. 42), bem como, nas redondezas de onde migravam aqueles desprotegidos. Naturalmente, foi dessa dedicação socioeducativa que se originou,

> A convicção, profundamente radicada em Dom Bosco, de que a salvação ou a condenação eterna de um homem depende, regra geral, do bom ou do mau uso do período da juventude, contribuiu eficazmente para fixar nele a instância educativa, até tornar-se a ocupação primordial de sua vida (Groppo, 1977, p. 08).

Desta maneira que Dom Bosco procurou agir com a juventude. “Preocupava-se com os interesses imediatos dos jovens, com sua situação social, sua profissionalização e suas responsabilidades futuras” (Scaramussa, 1977, p. 83). Pois, consideravelmente, havia um grande diferencial de oportunidades de vida entre eles. “Uma coisa era o jovem filho de burguês no auge da Revolução Industrial; outra, distinta, era o jovem operário” (Cassab, 2012, p. 159), para o qual Dom Bosco se utilizou da sua metodologia preventiva.

Naturalmente, Dom Bosco buscou aplicar o método preventivo de acordo com as condições e desafios da época, cuja lógica de pensamento devemos compreender, especialmente no que diz respeito à educação promovida por meio do Oratório. De fato, ele investiu na formação educacional daqueles jovens não apenas com o intuito de formar padres por meio da fundação da Congregação, mas também admitindo leigos (Buccellato, 2015).

Inegavelmente, Dom Bosco sempre agiu com respeito mútuo e contribuiu para o sucesso de muitos, pois buscava “ir ao encontro das reais necessidades dos jovens, como comida, vestimentas, abrigo, alojamento, um trabalho, educação, bom uso do tempo livre” (Kuttianimattathil, 2017, p. 151). Com fundamentos práticos, seu “contato concreto com a realidade social da juventude pobre e abandonada suscitou nele uma ação que tinha por objetivo promover a inserção adequada dessa juventude no mundo e na Igreja” (Scaramussa, 1977, p. 71).

Dessa forma, Dom Bosco trabalhou continuamente pelo desejo de torná-los “bons cristãos e honestos cidadãos” (Braido, 2004). Ele “depositou grande importância nas práticas religiosas em seu método. Contudo, [...] os jovens em risco poderiam ser ajudados pelo método da razão e da *amorevolezza*, ainda que sem referência à religião” (Kuttianimattathil, 2017, p. 151). O que movia o trabalho de Dom Bosco era a sua predileção pelos jovens e o compromisso em garantir-lhes um futuro digno.

Por isso, Dom Bosco pregava que “os jovens devem ser considerados, aceitos e amados pessoalmente” (Colomer, 1982, p. 22). Em contraste com o abandono generalizado que muitos sofriam, inclusive da sua família de origem.

Nesse contexto, os conceitos de família e de familiaridade eram essenciais para Dom Bosco, pois “familiaridade para Dom Bosco, significava relacionar-se como numa família e trabalhar e viver juntos da mesma maneira” (Lenti, 2013, p. 83). Além disso, o cuidado e a proteção dos jovens eram princípios fundamentais do método preventivo, especialmente em uma época em que os castigos físicos eram amplamente praticados.

Nessa abordagem, Dom Bosco percebeu que as crianças e os adolescentes precisavam ser protegidos e formados para assumirem novos projetos de vida. Para isso, procurava com a ajuda de sua mãe Margarida, entre os colaboradores leigos e os eclesiais, a fazerem com que no Oratório de Valdocco, todos eles se sentissem parte de uma família alegre e harmoniosa (Lenti, 2013).

Assim, afirma Lenti (2013) que, inicialmente, o Oratório buscava oferecer aos jovens um ambiente semelhante ao familiar, onde todos trabalhavam e conviviam juntos, promovendo o espírito de cooperação e a construção de uma vida em comum. De fato, “este é o conceito que Dom Bosco tinha de família. Suas experiências infantis, boas ou más, convenceram-no de que a vida familiar era um valor do qual não se podia prescindir” (Lenti, 2013, p. 84). Esse modelo de família deu origem à formação da “família salesiana”.

Considerando a situação de precariedade, procurava suprir algumas das necessidades humanas dos jovens. Sob essa ótica, Dom Bosco buscava “prover as necessidades, antes de tudo materiais, […], pelo zelo em assegurar os meios de subsistência: casa, alimento, roupa, apetrechos para escolas e oficinas” (Braido, 2004, p. 276).

Aliás, a urgência daquela situação era desafiadora, até mesmo para Dom Bosco, devido ao nível elevado da pobreza, que exigia uma lógica criteriosa para a inclusão no trabalho, como nas oficinas, que sempre “foi motivada [...], por razões práticas. Alguns meninos não podiam fazer outra coisa [...]. Porém não foi muito adiante. [...] não davam um certificado das habilidades adquiridas que desse acesso a uma forma melhor de vida” (Lenti, 2013, p. 61-62).

É importante destacar que o cuidado de Dom Bosco era tão grande que, caso existisse outra possibilidade de escolha, “ele não enviava um jovem à oficina se ele pudesse ‘estudar’ para ter maiores oportunidades” (Lenti, 2013, p. 61). Evidentemente, pois, em sua visão, o estudo proporcionaria ao jovem um futuro mais próspero, o que é,

sem dúvida, uma possibilidade plausível. Por isso, ele valorizava a prática dos jovens pobres como um meio de inclusão.

Além disso, por estar entre a maioria da população italiana católica, “a vida, a obra e o pensamento de Dom Bosco estão regidos e unificados por uma ideia que se converte para ele em aspiração totalizadora: A ideia da salvação redentora na Igreja Católica, única depositária dos meios de salvação” (Groppo, 1977, p. 07). Esta era mais que uma convicção inabalável e uma certeza pura de Dom Bosco.

Todavia, muitos daqueles jovens não tinham convivência familiar e comunitária, era exatamente desse público que Dom Bosco se dedicou a atender e transformou com sua obra. Mesmo antes de sua ordenação sacerdotal, lembremos, ele já demonstrava essa dedicação, pois, “em companhia de Cafasso, percorria as ruas, as praças, os botequins, os hospitais” (Scaramussa, 1977, p. 42). Ele estava presente em todos esses lugares, buscando algo para fazer e transformar a vida dos jovens pobres e abandonados.

Como resultado da forma como Dom Bosco se envolvia com aquela realidade, chegou a escrever em um manuscrito que era mais urgente e produtivo educar jovens imigrantes “abandonados” do que reeducar ex-prisioneiros (Braido, 2004).

Dessa maneira, essa questão identificada dos problemas dos jovens em situação de privação de liberdade fazia com que ele buscasse trazê-los, mais para perto dos pilares do seu método preventivo, possivelmente via a motivação para continuar acolhendo e agindo contra as dificuldades daqueles meninos, das quais compreendia que,

> Além do mais, as prisões não melhoram em nada esses garotos; pelo contrário, ficando lá dentro, acabam por aprender maneiras mais refinadas de fazer o mal, e, por isso, quando saem, tornam-se ainda piores. Dediquei-me, por isso, a essa classe de jovens como mais abandonados e em perigo (Braido, 2004, p. 200).

De tal forma que, movido por um amor caritativo *(amorevolezza)* praticava a proteção. Dom Bosco acolhia os jovens abandonados, que “precisavam, com maior urgência, de pão, veste, alojamento. Para prover a essas necessidades, abriu um lar e começou a receber os primeiros órfãos” (Scaramussa, 1977, p. 49). Então, a metodologia da prática de Dom Bosco estava voltada para a proteção social.

Em relação aos postos de trabalho dos jovens, Dom Bosco também se preocupava em buscar os melhores patrões possíveis, “durante a semana ia visitá-los em seus

trabalhos nas oficinas e nas fábricas” (Ferreira, 2018, p. 142). Chegou a redigir “contratos de trabalho” entre os jovens e seus patrões.

> De acordo com esses contratos, os jovens eram empregados como trabalhadores, e não como servos; correções deveriam ser somente verbais, e não corporais; a saúde, o repouso e as férias anuais dos aprendizes deveriam ser regulamentadas; rendimento regular e aumentos seriam providenciados. O aprendiz, por sua vez, seria diligente, dócil, respeitoso, obediente e repararia qualquer dano que pudesse causar. O contrato duraria entre dois ou três anos (Kuttianimattathil, 2017, p. 168).

Com o intuito de assegurar que jovens trabalhadores fossem tratados nos locais de trabalho, da forma justa e humana (Kuttianimatthathil, 2017). Haja vista que, na Itália à época não havia o amparo legal de leis trabalhistas, que amparassem a classe operária.

Como resultado daquelas formalizações, a partir de 1851, de alguma maneira ajudava a garantir aos jovens trabalhadores, o descanso e a otimizar o tempo. Para que pudessem também frequentar as atividades do Oratório e com elas obterem novas oportunidades na vida, em primeiro lugar, era o de iniciar ou de aprimorar os estudos.

Diante de tais compreensões, Dom Bosco acreditava que, para resolver o problema daqueles garotos, era preciso “prevenir e não reprimir” (Braido, 2004). Assim, a prevenção era priorizada na proposta do Oratório, que oferecia um espaço onde os meninos podiam aprender um ofício e brincar (Ferreira, 2018), tornando-se um elemento central da metodologia aplicada. Em suma, esses jovens vivenciavam as desigualdades sociais decorrentes da pobreza e da exclusão, problemas sobre os quais Dom Bosco procurava atuar.

3.3.2 NA AÇÃO PREVENTIVA E PROTETIVA DA LOAS

De acordo com a LOAS/SUAS, as proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no CRAS e no CREAS, respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei, vinculadas ao SUAS.

De tal forma que, a proteção social básica é ofertada no CRAS, porque “é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social” (Loas, 1993, p. 29), o principal Serviço que executa é o PAIF. É primordial para o acesso da política de assistência social, “por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social” (Loas, 1993, p. 68). Deve-se articular com a rede de proteção do SGD e operacionalizar a “prestação de serviços,

programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias" (Loas, 1993, p. 29), com o objetivo de trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Adicionalmente, está previsto direito das pessoas com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, através da LOAS/BPC. Principalmente, a LOAS enxerga a vulnerabilidade social desses usuários, no Art. 20, com o Benefício de Prestação Continuada – BPC, para os "que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família" (Loas, 1993, p. 53). Bem como, "é a garantia de um salário-mínimo mensal" (Brasil, 1993, p. 53). Assim, garante aos beneficiários e familiares o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial.

Recentemente, o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS publicou duas portarias, uma em conjunto com o Ministério da Previdência Social, a Portaria MDS/MPS nº 27, de 25/07/2024, que trata da inclusão e atualização cadastral obrigatória no CADÚnico. E a outra com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Portaria MDS/INSS nº 28 altera a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 3, de 21 de setembro de 2018, para determinar que "os requerimentos do BPC que passarem por alteração cadastral com indícios de inconsistência durante o processo de análise deverão ser submetidos à averiguação própria para verificação das novas informações prestadas" (Brasil, 2024).

Além disso, o Artigo 22 da LOAS garante os Benefícios Eventuais – BEs, para indivíduos e suas famílias, que eventualmente estejam em situação de vulnerabilidade social acessem "as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública" (Loas, 1993, p. 64), conforme as Orientações Técnicas para os Benefícios Eventuais no SUAS e Resoluções emanadas pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social.

Também, para a instrumentalização do sistema unificado do SUAS, as equipes de referências dos Serviços servem à população como suporte para o acesso a serviços, programas, projetos e benefícios, que devem promover mudanças na vida das pessoas atendidas e acompanhadas, que promovam atendimentos particularizados e em grupo de pessoas ou de famílias.

Uma vez que, a PNAS define família como sendo o “conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica” (Brasil, 2004, p. 41).

Por esta via, os serviços da Proteção Social Básica, o PAIF e o SCFV no CRAS têm por objetivo, prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais no território de abrangência das unidades. Do mesmo modo, requer o desenvolvimento de potencialidades, a busca pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e de principalmente, a ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Já que, a cidadania se caracteriza pelo “exercício igualitário dos direitos civis, políticos e sociais existentes e reconhecidos em uma dada formação social, em um determinado momento histórico por todos os indivíduos que a compõem” (Silva, 2001, p. 07). Certamente, a LOAS, por meio das equipes de referências dos serviços desenvolve uma ação preventiva e protetiva na assistência social.

Em virtude das proteções sociais, básica e especial garante “com seus programas, projetos, serviços e benefícios, a sobrevivência dos segmentos que, por condições geracionais, físicas e de gênero, aliadas à pobreza familiar, não são capazes de garantir, pelo trabalho, seus próprios *mínimos sociais”* (Silva, 2012, p. 149).

Dessa perspectiva, é que o Estado deve garantir a política pública. Além disso, “A CF/88 alcança o campo de políticas de Estado, isto é, define que é uma responsabilidade a ser afiançada como direito e não como atitude pessoal” (Brasil e UNESCO, 2009, p. 22). Tendo em vista que,

> a proteção social de assistência social, em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (NOB/SUAS, 2005, p. 89).

Devido a isso, a ação preventiva e o empoderamento do público vulnerável são trabalhados fortemente na proteção social básica, nos serviços do PAIF e no serviço de convivência - SCFV. Da mesma forma, o Programa Bolsa Família - PBF também se alinha a este propósito protetivo, por meio da transferência de renda, da geração de oportunidades de acesso a rede de garantia de direitos, e principalmente, da ação intersetorial, entre as diversas políticas públicas no combate à pobreza.

Assim, a PNAS (2004) está estruturada por níveis de proteção e direcionada às pessoas e grupos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, com a centralidade na família. Isso porque, considera que a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem no seu núcleo de apoio primário.

> Ou seja, a centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2004, p. 42).

Dessa forma, a LOAS se organiza para a consolidação de seus objetivos, “a centralidade da família com vistas à superação da focalização, tanto relacionada a situações de risco como a de segmentos” (Brasil, 2004, p. 42), isso por meio do SUAS, dos serviços tipificados.

Outro ponto importante é que o PBF, em todo o país se utiliza de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Entretanto, nas palavras de Silva (2012), um programa que se destina ao enfrentamento da pobreza “[…] deveria incorporar a perspectiva de investimento em políticas que possibilitem alterar a lógica da relação capital e trabalho, no sentido de prevenir a pobreza e não ser somente paliativo da miséria” (Silva, 2012, p. 130). Nestas palavras há uma crítica ao sistema capitalista, e seus (des)compromissos, em contrapartida, aos interesses dos que buscam garantir direitos de forma totalizante.

Para tanto, outro ponto a ser considerado é a garantia de proteção do não-trabalho desprotegido, que viola direitos de crianças e de adolescentes no Brasil, a LOAS assegura que no,

> Art. 24-C. Fica instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho (Brasil, 1993, p. 69).

Depois, em 2014 houve o redesenho do PETI, que passou a implementar as Ações Estratégias de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI, em articulação com as

Proteções Sociais Básica e Especial, Rede Socioassistencial, Rede Intersetorial e Rede de Proteção do SGD. Por isso, que “crianças não podem ter que prover sua própria manutenção trabalhando, em vez de desenvolver-se” (Brasil e UNESCO, p. 26). E é o Estado quem precisa garantir este direito.

Além disso, os municípios devem criar o Grupo Intersetorial para execução das ações - AEPETI, durante a vigência dos Planos de Ação, aprovados no Conselho Municipal de Assistência Social, local.

Por fim, designa a equipe de referências das Ações Estratégias de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI, dentro da estrutura da Proteção Social Especial. Essa equipe será responsável pela articulação dos programas e serviços socioassistenciais e intersetoriais, coordenação das campanhas, elaboração de estudos e diagnósticos, planejamento, registro das informações do Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – SIMPETI, gestão da informação, realização de audiências públicas, capacitação e apoio técnico e monitoramento das ações no território. A equipe deve ser composta, preferencialmente, por profissionais de nível superior, seguindo as orientações de composição de equipe do SUAS.

A primeira ação para se enfrentar o trabalho infantil é saber de que forma ou em que locais crianças e adolescentes vivenciam essa prática. O Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS deve realizar a tarefa de abordagem social e, posteriormente, os encaminhamentos para a rede socioassistencial (SCFV, PAIF, PAEFI). Se não sabemos onde está localizado o trabalho infantil em nossos municípios, identificados e inscritos no Cadastro único – CADÚnico do governo federal, não temos como enfrentá-lo.

Mas também, os serviços tipificados da proteção social especial de média complexidade ofertado no CREAS: PAEFI, SEAS, POP Rua e o de MSE promovem atendimentos protetivos e proativos que chegam a indivíduos e às/suas famílias, que se encontram com seus direitos violados que precisam acessar diversos meios do sistema de garantia de direitos, como a educação, moradia, saúde, emprego protegido por leis trabalhistas, dentre outras variáveis. Nessa perspectiva, a ação de planejamento e a execução da política pública de direito procura executar a prática da estratégia para a superação da condição de risco social das pessoas vulneráveis.

Adicionalmente, temos o que dizer sobre as proteções sociais da LOAS, a respeito da oferta de serviços às crianças, adolescentes e jovens, bem como, para pessoas adultas que se encontram em situação de rua em nosso país. Disso, inegavelmente, “a responsabilidade por uma criança que vive nas ruas é da sociedade e não da criança, ou

de exclusividade de seus pais" (Brasil e UNESCO, 2009, p. 27). É por negligência e abandono que indivíduos de todas as faixas etárias de vida permanecem nessa situação, a de rua.

Para o atendimento dessa temática, a tipificação dos Serviços oferta o SEAS no Centro Pop/CREAS, bem como, os Serviços de Acolhimento de alta complexidade, para acolher estas demandas. E antes de tudo, melhorar e superar a condição de vida desses usuários, que se encontram na situação extrema da vulnerabilidade.

Por isso, as políticas públicas que atendem esta população devem ter como frente de atuação a base precípua, em busca por alternativas consistentes, que deem conta de contribuir com estas pessoas extremamente fragilizadas. O objetivo é que consigam novos rumos de vida e aos poucos saiam definitivamente das ruas e alcancem o direito constitucional da moradia, por exemplo.

Seguindo tal lógica de um serviço especializado e específico para pessoas em situação de rua, a equipe de referência deve possuir mecanismo de acessos aos serviços de acolhimentos institucionais em abrigo para crianças e adolescentes. Não só, mas em diversas modalidades que se encaixam as faixas etárias do público, em especial, para o resultado do trabalho social.

Isto posto, de acordo com o ECA (1990), para o acolhimento de crianças e adolescentes deve-se estar voltado para a preservação e fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Bem como, o afastamento da família deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica. E ainda, o serviço deverá comunicar o acolhimento à autoridade competente, no prazo de até 24 horas, conforme previsto no Art. 93 do ECA.

Dessa forma, o acolhimento institucional atende aos princípios protetivos da LOAS. Precisamente está garantido no seu Art. 2º, ao que se refere à proteção (à família, à infância, à adolescência; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho, e; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária), garantia do direito pela via do Estado.

Nessa mesma lógica, ocorrem os encaminhamentos para o SGD dos adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, garantindo-lhes o trabalho protegido pelo Programa Jovem Aprendiz. Excepcionalmente, pessoas com deficiência não têm limite de idade para participar do programa. Com carga horária de no máximo 6 horas diárias para quem ainda frequenta o ensino fundamental, e pode chegar a 8 horas para aqueles que já concluíram

o ensino médio, desde que as horas a mais sejam destinadas à formação técnico-profissional. Esse Programa é regido pela Lei da Aprendizagem, nº 10.097/2000, com alterações feitas pelo Decreto nº 11.479, de 06/04/2023, nos termos do disposto no art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Contrato com a duração máxima de dois anos e o jovem tem direito a remuneração mensal, férias coincidentes com as escolares, contrato de trabalho assinado e todos os direitos previdenciários e trabalhistas. Além do mais, essas leis determinam que empresas de médio e grande porte devem reservar de 5% a 15% de suas vagas para jovens aprendizes.

É necessário estar matriculado e frequentando a escola, caso não tenha concluído o ensino médio. O objetivo é proporcionar ao jovem trabalhador conhecimento prático nas suas áreas de atuação, simultaneamente ao aprendizado teórico, obtido em cursos de formação técnico-profissional metódica, compatíveis com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Além disso, no decorrer de todo esse processo, o levantamento das demandas proporciona a inclusão social, oferecendo suporte para que possam superar as condições que geram a exclusão e a vulnerabilidade. Nesse sentido, a LOAS estimula a participação social dos jovens nas decisões que afetam suas vidas, promovendo sua inclusão em conselhos e espaços de debate sobre políticas públicas (Art. 30).

Diante do exposto, as proteções sociais da LOAS são muito relevantes, especialmente porque “diríamos que a proteção é mais vigilante, por isso mais preservacionista, proativa, desenvolvendo ações para que alguma destruição não venha a ocorrer, enquanto o amparo já ocorre a partir de um risco” (Brasil e UNESCO, 2009, p. 21). No entanto, existem limitações externas que desafiam a proteção social e que, portanto, impedem a sua total implementação.

3.4 DA COMPARAÇÃO PRÁTICA NO CAPITALISMO

Ao longo do texto, identificamos que o capitalismo atua de forma naturalmente combativa em relação às ações da Igreja (o método preventivo de Dom Bosco) e da LOAS (seus objetivos e proteções sociais), tanto no contexto das épocas históricas quanto no atual, especialmente no que se refere ao público jovem e pobre. Contudo, há motivações ligadas aos interesses pelos direitos humanos dessa população, que permeiam os fatores de êxito e limitações na inclusão social.

3.4.1 DOM BOSCO E O CAPITALISMO: ÊXITOS E LIMITES DE UMA MISSÃO TRANSFORMADORA

A obra de Dom Bosco se desenvolveu em um contexto histórico fortemente marcado pelas transformações sociais, econômicas e políticas trazidas pela Revolução Industrial e pelo avanço do capitalismo no século XIX. Esse sistema econômico influenciou de várias formas o trabalho de Dom Bosco e moldou tanto os desafios (limites), quanto as oportunidades (êxitos), que ele encontrou em sua missão para com a juventude pobre, que sofria por causa da exclusão social.

Em virtude do desenvolvimento do capitalismo, especialmente com a chegada da Revolução Industrial, levou à formação de grandes centros urbanos, ao surgimento de novas indústrias e à intensificação da exploração da força de trabalho (Lenti, 2014). Esse processo gerou um deslocamento populacional do campo para a cidade e resultou em muitos jovens em situação de pobreza e desamparo nas áreas urbanas (Oliveira, 2004). Muitos eram explorados em fábricas, sem acesso à educação e expostos a condições de vida precárias.

A obra de Dom Bosco surgiu justamente como resposta a essa realidade de marginalização. Ele procurou acolher esses jovens excluídos, oferecendo-lhes educação e formação profissional como alternativas à exploração do trabalho infantil e ao ciclo de pobreza. O capitalismo, portanto, criou o contexto de exclusão que Dom Bosco tentou conter por meio de sua ação educativa e social.

Para exemplificar, aqui estão alguns aspectos importantes da interferência do capitalismo na obra de Dom Bosco:

Dom Bosco obteve êxitos significativos em diversos aspectos de sua obra, apesar das limitações enfrentadas. Seu sucesso pode ser analisado em várias dimensões, por exemplo, no êxito educacional: Dom Bosco desenvolveu um sistema pedagógico inovador para a época, conhecido como Método Preventivo, que se baseava na Razão, na Religião e na Amorosidade (Ferreira, 2018). Esse método se diferenciava dos modelos repressivos tradicionais e visava ao desenvolvimento integral dos jovens, promovendo a formação moral, intelectual e profissional. Com isso, ele conseguiu criar um ambiente de acolhimento e crescimento, conquistando a confiança e o respeito de milhares de jovens.

Dom Bosco também conseguiu êxito social e pastoral, quando desenvolveu o seu trabalho com jovens em situação de risco e marginalização social, ajudando-os a encontrar um caminho de esperança e inclusão. Além disso conseguiu fundar oratórios,

escolas e centros de formação profissional, onde jovens podiam se desenvolver como cidadãos e cristãos (Ferreira, 2018).

A formação profissional e a adequação ao mercado de trabalho foram algumas das estratégias de Dom Bosco para enfrentar a exclusão social na criação de oficinas e cursos de formação profissional que ensinavam habilidades manuais e técnicas, como marcenaria, encadernação, tipografia, entre outros. Esses cursos ajudavam os jovens a se qualificar para o mercado de trabalho emergente e, assim, melhorar sua condição de vida.

Embora essa abordagem tenha contribuído para sua emancipação econômica, ela também inseriu os jovens no próprio sistema capitalista que os marginalizava. Essa atuação social e pastoral teve um impacto duradouro na transformação das comunidades e na vida de muitos que se beneficiaram de suas iniciativas.

Além disso, seu grande êxito foi a fundação de duas congregações salesianas, a Sociedade de São Francisco de Sales e o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora. Com essas congregações “é evidente aos olhos de todos que a Família cresceu, o trabalho apostólico multiplicou-se em diversos países do mundo e o campo de ação se dilatou para o bem de muitos jovens e adultos” (Carta de Identidade Carismática, 2012, p. 67).

De tal forma, que se tornou uma das maiores ordens religiosas dedicadas à educação e ao serviço dos jovens em todo o mundo. Em continuidade à missão iniciada por Dom Bosco, hoje, os salesianos “estão presentes em 131 países, nos cinco continentes” (Silva, 2019, p. 02). No Brasil, “atualmente, os Salesianos de Dom Bosco estão presentes em quase todos os estados brasileiros, divididos em seis inspetorias (regiões), nas quais mantêm escolas, entidades sociais e paróquias, entre outras obras” (Silva, 2019, p. 02).

Tudo isso, associado ao sucesso atual, se deve ao fato de que, em sua época, Dom Bosco obteve êxito ao enfrentar resistências, tanto das autoridades civis quanto das eclesiásticas. Como, “o longo e penoso conflito com seu arcebispo, anteriormente um bom amigo, dom Gastaldi” (Lenti, 2014, p. 07). Já na sociedade civil em *Memórias* ele conta que, “um espírito de revolução levantou-se contra as ordens religiosas e contra o clero e todas as autoridades da Igreja” (Ferreira, 2018, p. 203).

Diante disso, teve que utilizar sua persistência em cuidar dos jovens, o que o impulsionou a superar obstáculos. Os êxitos vieram com a expansão de sua obra, mobilizando apoio popular que, segundo as *Memórias*, “por vezes proporcionaram-me

recursos para vestir alguns dos mais necessitados e dar pão a outros por várias semanas, até que pudessem com o trabalho ganhar o próprio sustento" (Ferreira, 2018, p. 128).

Além do mais, obteve aliança com figuras eclesiais. Como resultado, "entre os que prestavam colaboração destacam-se o padre José Trivero, o teólogo Jacinto Cárpano, o teólogo João Vola, o teólogo Roberto Murialdo e o intrépido teólogo Borel" (Ferreira, 2018, p. 174).

Diante de tais constatações, esses êxitos fazem de Dom Bosco uma referência não apenas no âmbito religioso, mas também educacional e social, inspirando educadores sociais a buscar soluções criativas e humanas para os desafios enfrentados pelos jovens e comunidades mais vulneráveis.

Mas não só os êxitos, Dom Bosco também teve que lidar e transpor limites. Ao abordar os limites da obra de Dom Bosco, é importante reconhecer que, apesar de seu impacto duradouro na educação e no atendimento aos jovens, sua atuação encontrou algumas restrições de diferentes ordens. Esses limites são influenciados tanto pelo contexto histórico e social em que viveu quanto pelas próprias abordagens e estratégias adotadas em seu trabalho pastoral e educacional.

Dentre esses, destacam-se os limites contextuais em que Dom Bosco viveu no contexto do século XIX, um período marcado por profundas mudanças políticas e sociais na Europa, como a Revolução Industrial e a unificação italiana (Sandrini, 2018), em um período conturbado da história italiana, marcado pelas tensões entre o Estado e a Igreja.

Aliás, a Lei Ratazzi, a chamada de "lei dos conventos" separa a Igreja do Estado. "Graças a ela, o Reino da Sardenha converteu-se num estado secular" (Lenti, 2013, p. 21). Essa Lei "para a supressão das ordens religiosas foi outra ação, ainda mais significativa, do Parlamento piemontês contra a igreja, continuando o programa reformista da Revolução Liberal" (Lenti, 2013, p. 15). Nesta ocasião, "a finalidade primeira da Lei Ratazzi era econômica, para recuperar quase um milhão de liras que o governo gastava para manter as paróquias pobres e seus padres" (Lenti, 2013, p. 19). Dom Bosco teve que se adaptar à nova realidade jurídica e histórica que se inicia ao longo do ano de 1854 e se encerra quando "o rei Vítor Emanuel II assina a lei em 29 de maio de 1855" (Lenti, 2013, p. 24).

Esse contexto determinou as abordagens e as estratégias que ele pôde adotar em seu trabalho. Então, ele funda separadamente a Congregação São Francisco de Sales para os eclesiais e a União dos Colaboradores para os leigos e as leigas (Buccellato, 2015).

Como resultado do clima político anticlerical e das reformas sociais e culturais da época surgiram os limites condicionados pelas estruturas eclesiásticas e pelo contexto social. Ele encontrou resistência inicial tanto da hierarquia eclesiástica quanto das autoridades civis (Lenti, 2014).

Devido a isso, os limites filosóficos e pedagógicos tinham limitações inerentes às concepções vigentes. Sua pedagogia refletia os valores do catolicismo conservador, com ênfase na disciplina e na obediência (Braido, 2004), expressos pelo tema “prevenir, não reprimir”. Essa abordagem também permite estabelecer uma comparação com a atuação de Dom Bosco, especialmente no uso de seu método preventivo junto aos jovens pobres. Contudo, as autoridades da época consideravam a atuação de Dom Bosco como uma ameaça, devido ao seu trabalho com a juventude marginalizada, que poderia gerar transformações sociais e culturais.

Por outro lado, a dependência financeira e a filantropia baseada em doações e no apoio de membros da elite econômica e da burguesia também evidenciavam a influência do capitalismo em sua obra. Muitos dos benfeitores de Dom Bosco eram industriais e comerciantes que se beneficiavam do sistema capitalista. Dessa forma, para manter e expandir suas iniciativas, Dom Bosco precisava negociar e buscar apoio de indivíduos que, em certa medida, estavam integrados ao sistema que ele, por meio de suas ações sociais, buscava atenuar ou combater.

De fato, teve de lidar com esses limites, sobretudo, porque o trabalho foi inicialmente desenvolvido com poucos recursos financeiros e humanos. Ele precisou superar obstáculos significativos para criar e manter as suas escolas e os oratórios de acolhimento para jovens. A dependência de doações e apoio filantrópico limitou o alcance inicial de suas atividades.

Isto posto, a obra salesiana enfrentou limites de expansão, tanto em termos geográficos quanto na diversidade de serviços oferecidos. Apesar disso, à medida que a obra salesiana se expandiu e se tornou uma das maiores congregações religiosas, ela também passou a lidar com a realidade do mercado capitalista global, “dentre outras coisas Dom Bosco afirmava: É necessário que procuremos conhecer os nossos tempos e adaptar-nos a eles” (Scaramussa, 1977, p. 119).

Nesse contexto, a construção de escolas, centros de formação e a necessidade de captação de recursos levaram a obra a se inserir no contexto econômico do capitalismo moderno, trazendo novos desafios e questões sobre a manutenção dos ideais originais de Dom Bosco.

Esses limites, entretanto, não diminuem o impacto de sua obra, mas revelam como ele precisou operar dentro das restrições de sua época, tomando decisões estratégicas para alcançar seus objetivos. Nesse sentido, sua obra mantinha uma atenção especial aos valores humanísticos. Embora não fosse explicitamente política, sua abordagem educativa e social implicava uma crítica ao sistema capitalista. Ao promover valores como solidariedade, justiça social e dignidade humana, Dom Bosco se posicionava, ainda que de forma sutil, contra os princípios capitalistas que incentivavam o individualismo e a exploração do trabalho.

Dessa maneira, Dom Bosco com a utilização de seu método preventivo valorizava a educação integral e a formação moral, mas, também se contrapunha a uma visão puramente utilitarista do ser humano, defendida pelo capitalismo da época. De forma que procurou desenvolver uma alternativa de organização econômica e social por meio da criação de oficinas que funcionavam de maneira mais justa, priorizando o bem-estar dos jovens.

Isso mostrava seu desejo de oferecer um modelo que, ao mesmo tempo, preparasse os jovens para o trabalho, mas sem ceder às formas mais predatórias de exploração. Portanto, sua obra educacional e assistencial promovia, assim, a ideia de um capitalismo mais humanizado, que conciliava trabalho e dignidade.

Em suma, a interferência do capitalismo na obra de Dom Bosco é um aspecto complexo que envolveu êxitos e limites. Sua resposta a esses limites foi marcada por uma tentativa de resgatar a dignidade humana, proporcionando educação e formação profissional aos jovens marginalizados.

Tudo isso, para afirmar que o método preventivo de Dom Bosco e seus três pilares de sustentação baseavam-se, essencialmente em aspectos humanos e sociais, com a de assistência integral que ia além da educação formal. Ele, “percebeu, que para alguns meninos, não bastava dar um pouco de aula e reuni-los nos dias festivos. Eles precisavam com muito maior urgência de pão, veste, alojamento” (Scaramussa, 1977, p. 49). Era exatamente disso que os jovens pobres necessitavam para assegurar uma vida digna.

Embora Dom Bosco não tenha citado ou recorrido uma única lei, sua ação por meio do método preventivo apresentava uma abordagem inovadora para a época, mesmo em um contexto em que ainda não se falava em direitos humanos de crianças e adolescentes, (Fistarol, 2011). Ele já trabalhava sob esta perspectiva para o protagonismo da juventude como um “meio capacitador para a ‘cultura de direitos’ [...], que respeitem,

assegurem a realização dos direitos humanos e tornem difícil violá-los" (Kuttianimattathil, 2017, p. 172).

Mesmo sem a existência da defesa legal que garantia de direitos humanos para crianças, adolescentes e jovens, Dom Bosco atuava de forma análoga a essa perspectiva. Como destaca Fistarol (2001), "não podia falar de direitos humanos das crianças e dos adolescentes, porque então não existia sequer a categoria jurídica" (Fistarol, 2011, p. 88). Ainda assim, sua prática antecipava muitos dos princípios que hoje fundamentam essa defesa.

O método preventivo de Dom Bosco, por certo, é "a soma de suas convicções, adquiridas ao longo de muitos anos de experiência de trabalho com a juventude, que encontraram expressão em um modo particular de relato" (Kuttianimattathil, 2017, p. 156). Consequentemente, trata-se da "totalidade das suas experiências" (Kuttianimattathil, 2017, p. 156), voltadas essencialmente, ao público jovem pobre e necessitado. Como afirma (Kuttianimattathil, 2017), "em geral, direitos humanos podem ser considerados como as garantias que as pessoas têm em uma sociedade, simplesmente com base em serem seres humanos" (Kuttianimattathil, 2017, p. 153). Sob essa ótica, tais direitos deveriam ser ainda mais assegurados a crianças, adolescentes e jovens.

Dom Bosco, em seu tempo e em seu país, não contava com uma legislação específica para os direitos desse público. Evidentemente, Estatutos como o ECA não faziam parte de sua realidade. Ainda assim, ele se dedicava à proteção dos jovens pobres e abandonados, priorizando seu bem-estar e aplicando, por meio de seu método, uma abordagem inclusiva e protetiva.

De forma análoga, a LOAS, em um contexto contemporâneo, busca garantir proteção social e amparo às populações vulneráveis, alinhando-se ao legado de inclusão e defesa dos direitos que Dom Bosco já promovia.

3.4.2 A LOAS E O CAPITALISMO: ÊXITOS E LIMITES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Conforme já dito, a LOAS (1993) regulamenta a assistência social e nela estabelece os princípios, objetivos e diretrizes para a oferta de serviços e benefícios assistenciais no Brasil. Assim, marca como um êxito significativo na organização da

assistência social como política pública. Mas também, é inegável que se faz necessário o enfrentamento de limites que julgam impactar sua efetividade, a favor de crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, os êxitos da LOAS residem na universalização do direito à assistência social, consolidando-a como um direito social garantido pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Esse marco, desvinculou a assistência social do caráter assistencialista e caritativo de anteriormente predominante, assegurando que cidadãos em situação de vulnerabilidade social possam acessar serviços e benefícios independentemente de contribuição prévia.

Uma vez que, o acesso público à assistência social, é reconhecido “como um direito do cidadão e um dever do Estado” (Brasil, 1993, p. 13), garantindo a oferta de políticas públicas de qualidade. Assim esse direito está constituído, para todos os cidadãos e todas as cidadãs, reafirmando o compromisso com a inclusão social e a dignidade humana.

De fato, o êxito da LOAS está em separar definitivamente a prática da filantropia em forma de caridade e dos favores praticados antes pela Igreja e por pessoas “bem-intencionadas”. Nisso, inegavelmente, a LOAS eleva para o patamar da política pública da assistência social (Silva, 2012), que impulsiona o fazer para uma outra prática, a do direito constituído, a partir das regulamentações dos artigos 203 e 204 da CF/88.

Por conseguinte, essa Lei tem sido fundamental para a ampliação do acesso aos direitos sociais e na redução das desigualdades. Entre os principais resultados destaca-se a consolidação do SUAS. Dessa maneira, estão consolidados os serviços “por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade” (Brasil, 2009b).

De acordo com Silva (2012), “o Suas nasce como estratégia de operacionalizar as conquistas jurídicas desde 1988” (Silva, 2012, p. 150), voltado ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social nos CRAS e nos CREAS, e demais equipamentos sociais, que se tornaram indispensáveis para a inclusão social.

Com isso, a partir da criação do SUAS organiza os serviços de assistência social de maneira descentralizada e participativa, articulando os níveis federal, estadual e municipal. Isso trouxe êxitos pela maior coordenação e padronização às ações assistenciais, contribuindo para a profissionalização e qualificação dos serviços ofertados.

Além disso, um dos principais êxitos da LOAS foi a criação do Benefício de Prestação Continuada - BPC, que tem sido fundamental para a redução da pobreza e a

inclusão social de grupos vulneráveis. Bem como, todos os outros programas, projetos e benefícios que ela operacionaliza (Brasil, 1993). Ainda, estão, no âmbito dos CRAS, os cursos de profissionalização para o mercado de trabalho como é o caso do Acessuas Trabalho.

Além do mais, uma medida exitosa na LOAS (Art. 30) está no estímulo à participação da sociedade civil no controle social, “de composição paritária entre governo e sociedade civil” (Loas, 1993, p. 81). Isso contribuiu para a democratização das decisões e para maior transparência na gestão dos recursos.

Nesse contexto, a CF/88 no art. 204 destaca “a participação da sociedade civil tanto na execução dos programas através das entidades beneficentes e de assistência social, bem como na participação, na formulação e no controle das ações em todos os níveis” (Brasil, 2004, p. 46).

No entanto, a LOAS na sua implementação e efetividade enfrenta limites significativos dentro do sistema capitalista que dispõe da lógica que prioriza o lucro, a produtividade e a competição, tende a marginalizar os grupos mais pobres e desprovidos de capital econômico e social, criando um cenário de exclusão e desigualdade. Isso acontece porque, “o capitalismo, ao promover a concentração de riqueza, acaba por ampliar as desigualdades, relegando à assistência o papel de mitigar, mas não superar, as consequências da exclusão social” (Sposati, 2009, p. 112).

Nesse contexto, a LOAS, embora represente um avanço/êxito ao garantir a assistência social como um direito, apresenta seus limites na sua capacidade de enfrentar desigualmente, as contradições do capitalismo. Assim, a LOAS se vê muitas vezes limitada a ações paliativas que, embora importantes, não conseguem transformar estruturalmente a realidade das populações mais vulneráveis (Silva, 2012), que seguem sendo afetadas pela dinâmica de concentração de riqueza e de poder, como característica primeira desse sistema.

Nesse sentido, há necessidade de romper um dos principais limites da LOAS, que é o de recursos financeiros federais, na sua insuficiência de financiamento para a implementação completa dos serviços e benefícios previstos. Esse orçamento insuficiente, e, portanto, inadequado pode prejudicar a manutenção, a expansão e a qualidade dos serviços nos CRAS, CREAS e nos outros equipamentos sociais (Silva, 2012).

De forma que, para garantir a qualidade e o alcance das ações previstas na LOAS, é essencial superar os limites impostos pela falta de capacitação e pelas condições

precárias de trabalho enfrentadas pelos profissionais. A operacionalização eficaz do sistema depende de trabalhadores capacitados, bem remunerados e com vínculos efetivos em seus postos de trabalho, assegurando a implementação e continuidade das práticas.

Entretanto, há uma carência de investimento em formação continuada e em condições adequadas de trabalho para esses profissionais (Brasil, 2013), o que, consequentemente, compromete a qualidade dos serviços ofertados e dificulta o alcance dos objetivos propostos pela LOAS. Essa realidade representa um dos grandes entraves/limites à inclusão social.

Além disso, a limitação também decorre da escassa oferta de concursos públicos, o que resulta em vínculos trabalhistas precarizados e na terceirização de profissionais. Essa situação não apenas compromete a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, mas também prejudica a construção de vínculos e referências fundamentais para a especificidade do trabalho. Por fim, tal precarização afeta diretamente a qualidade do atendimento oferecido aos usuários.

Além do mais, existem outros limites na prestação dos serviços, que não ocorrem de maneira homogênea em todas as regiões do país. Diante disso, municípios mais pobres ou com menor capacidade de gestão (Brasil, 2004), enfrentam dificuldades para ofertar serviços com a mesma qualidade de grandes centros urbanos que possuem gestão plena. Essa realidade gera desigualdades no acesso e na cobertura dos benefícios, conforme aponta a PNAS.

Da forma similar, o BPC enfrenta limitações devido à burocracia e aos critérios rígidos de elegibilidade. Esses fatores acabam impedindo que muitos indivíduos que necessitam de proteção social sejam contemplados, especialmente aqueles em áreas rurais ou em comunidades mais isoladas, onde o acesso à informação e aos serviços públicos é ainda mais restrito.

Também, a assistência social enfrenta dificuldades na integração com outras políticas públicas, como saúde, educação e habitação (Silva, 2012). Essa falta de articulação intersetorial enfraquece a capacidade de enfrentamento das situações de vulnerabilidade de maneira integral, resultando em ações fragmentadas e menos efetivas.

Portanto, a insuficiência de recursos financeiros, as desigualdades regionais na oferta dos serviços, e a fragilidade na articulação com outras políticas públicas são apenas alguns dos fatores que restringem sua eficácia. Isto é, “ter um modelo brasileiro

de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que é uma construção que exige muito esforço de mudanças” (Brasil e UNESCO, 2009, p. 17).

Por isso, reconhecer os êxitos e os limites da LOAS é essencial para refletir sobre suas conquistas e desafios. Isso porque, a sua efetividade está sujeita a mudanças políticas e administrativas, cortes orçamentários e alterações nas políticas sociais de governos.

Tudo isso afeta a continuidade das ações, deixando a assistência social vulnerável a retrocessos. Isto posto, a estratégia de controle do poder implica a reconfiguração do Estado. Enquanto isso, a razão neoliberal, como outro nome do capitalismo financeiro assume o critério político (Brasil e UNESCO, 2009). E o modelo de proteção social brasileiro sofre com as consequências dessa interferência, que se depara com uma realidade conflituosa e desafiadora, a de que,

> um modelo por si só não altera o real, pelo contrário [...]. Nesse sentido, se o modelo não dá conta (em seus elementos de base) das configurações do real, ele se transforma em uma ideologia ou em um discurso como mero arranjo de palavras impactantes, e isso não significa o efetivo alcance de mudanças e dos resultados esperados (Brasil e UNESCO, 2009, p. 17).

Dessa maneira, surge um outro limite nas políticas públicas de direitos, que exige redirecionamento, como aponta (Silva, 2012), ao destacar que “a focalização na extrema pobreza das políticas sociais tem desencadeado um lastro de metodologias e procedimentos técnicos que tentam dar conta de mensurar a pobreza, a exclusão, a miséria, baseando-se, sobretudo no aspecto renda” (Silva, 2012, p. 125). Nesse contexto, o cidadão é obrigado a provar ao Estado que não tem condições de sustentar sua família, o que caracteriza um erro grave nas políticas públicas, como é o caso da assistência social. Sendo um direito garantido por lei, não deveria ser necessário comprovar essa necessidade.

Sob essa ótica, há uma grande limitação nas políticas públicas, que parecem ignorar o fato de que o que está em jogo são propostas que deveriam ser amplamente implementadas. Ao contrário disso, o Estado deveria verdadeiramente, “[…] apresentar soluções para questões que exigem robusto investimento público e mudanças na política econômica e não só social” (Silva, 2012, p. 126).

Diante de tal realidade, surge a grande limitação aos esforços da LOAS. Como destaca Gasda (2024), “a visão do mundo do neoliberalismo consiste em um projeto

político, econômico e moral para redesenhar as sociedades de modo a colocar os mercados no centro da tomada de decisões dos governos, das organizações e dos indivíduos" (Gasda, 2024, p. 85), o que prejudica as ações de inclusão e enfraquece a democracia.

Por certo, essa lógica de exploração pelo capital está presente desde o nascimento desse sistema e interfere na vida dos indivíduos ao longo de todo o seu ciclo de vida. Contudo, é inegável o papel representativo da LOAS na assistência social no Brasil, contribuindo para a consolidação dessa política como um direito e proteção para os grupos vulneráveis.

Em síntese, os limites enfrentados pela LOAS indicam a necessidade de um constante aprimoramento e fortalecimento do SUAS e de seus mecanismos de financiamento e gestão. Para que os êxitos da LOAS na inclusão social se perpetuem, é fundamental que estejam diretamente interligados à capacidade de adaptação e inovação de sua prática diante das adversidades impostas pelo capitalismo (Iamamoto, 2001).

Diante de tudo isso, sob os limites do capitalismo, percebe-se uma possibilidade de êxito, motivada por um caminho no qual "[…] as condições particulares em que o trabalho se realiza, não são eternas, mas transitórias, não são naturais e sim constituídas e passíveis de superação pela ação revolucionária" (Silva, 2012, p. 30), do qual exige o seu enfrentamento em conjunto com a questão social nesta "sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado" (Iamamoto, 2001, p. 16). A transformação estrutural da realidade social, portanto, depende de um processo coletivo e transformador.

A partir dessa análise pode-se concluir que, da mesma maneira como Dom Bosco, a LOAS enfrenta desafios estruturais no contexto de um sistema capitalista que tende a perpetuar a exclusão social. Embora a assistência social represente uma conquista importante na garantia de direitos, sua capacidade de transformar as condições que geram desigualdade é limitada, pois o capitalismo, ao concentrar riqueza e poder, acaba reforçando as disparidades socioeconômicas. Assim, a política de assistência atua mais como um paliativo, aliviando os efeitos da exclusão, mas sem atingir a raiz do problema, que é a própria lógica excludente do modelo econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, apresentaremos um quadro comparativo entre as situações sociais, os métodos para enfrentar os problemas e as propostas de solução para os jovens pobres, tanto por Dom Bosco quanto pela LOAS. Em relação a Dom Bosco, as análises se baseiam nas contribuições significativas de suas obras práticas, fundamentadas nas bases metodológicas do método preventivo: Razão, Religião e *Amorevolezza*. Já no caso da LOAS, o foco está na operacionalização de seus objetivos, por meio das proteções sociais: básica e especial. Nesse sentido analítico, serão levados em conta os êxitos e limites enfrentados por ambos.

Dessa forma, a hipótese desta dissertação se confirma, pois fica evidente neste estudo comparativo que, tanto Dom Bosco quanto a LOAS buscam, por caminhos distintos, alcançar o mesmo objetivo: a proteção social, relacionada à prevenção e à (re)incidência de situações de risco e vulnerabilidade social. Enquanto Dom Bosco, no século XIX, atuava sob a ausência de direitos sociais no Estado italiano, utilizava-se da religião como um espaço de resistência e resposta às lacunas do sistema econômico, a LOAS, no Brasil contemporâneo, opera dentro do Estado laico e da garantia de direitos estabelecidos em lei.

A partir dessa análise, observa-se que a prática de Dom Bosco e a LOAS surgem em contextos históricos e sociais distintos. No entanto, ambas compartilham a preocupação com a proteção e inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade. Enquanto Dom Bosco desenvolveu um método pedagógico voltado para a educação e reintegração de jovens pobres e marginalizados no século XIX, a LOAS, no Brasil atual, busca garantir o acesso a direitos sociais e promover a dignidade de indivíduos e famílias em risco.

Embora Dom Bosco e a LOAS atuem em épocas e lugares distintos, ambos compartilham a mesma preocupação com a prevenção e o acolhimento, utilizando seus esforços para promover dignidade e direitos humanos, essencialmente aos jovens pobres. Essas ações promovidas por Dom Bosco encontram paralelo na LOAS, que reconhece a assistência social como um direito garantido.

Nesse cenário, Dom Bosco e a LOAS podem ser vistos como atores que visam atenuar os efeitos adversos do capitalismo. Dom Bosco, em sua época, enfrentava o contexto da Revolução Industrial e da urbanização acelerada, que geravam desemprego

e marginalização de jovens. A LOAS, no contexto da IV Revolução Industrial, busca garantir a proteção social em um cenário de crescimento das desigualdades e retração do papel do Estado. Em ambos os casos, há um esforço para resgatar a dignidade dos jovens pobres e excluídos, mesmo em contexto permeado pelos interesses e limitações do próprio sistema capitalista.

No entanto, o capitalismo, com sua lógica de mercado e priorização do lucro, tende a perpetuar a exclusão social e a marginalização dos mais pobres, restringindo a capacidade dessas iniciativas de promover transformações estruturais. Dessa forma, as políticas públicas brasileiras, como a assistência social por meio da LOAS, muitas vezes se veem limitadas em suas ações. Embora importantes, essas ações são frequentemente amenizadoras. Da mesma forma, o método preventivo de Dom Bosco, apesar de seu impacto positivo na vida dos jovens, não foi capaz de alterar as raízes das desigualdades geradas pelo sistema econômico de sua época.

Apesar das diferenças temporais e contextuais, o legado de Dom Bosco se alinha, em certo sentido, com os preceitos da LOAS, da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, ao lidar com o sofrimento de jovens pobres, vítimas das desigualdades impostas pelo capitalismo.

Portanto, a atuação de Dom Bosco e a implementação da LOAS refletem esforços importantes e necessários para a inclusão social dos jovens pobres. No entanto, essa efetivação de ambos está constantemente tensionada pelas demandas capitalistas, que priorizam o lucro e a eficiência econômica em detrimento da justiça social.

Dessa forma, é preciso reconhecer que ambos enfrentam barreiras para alcançar mudanças profundas e duradouras, já que operam neste contexto em que as dinâmicas de concentração de riqueza e poder continuam a prevalecer. Em síntese, a superação dessas desigualdades requer não só o fortalecimento das políticas públicas brasileiras e das práticas educativas e assistenciais da Igreja, como também políticas públicas mais amplas e integradas. Essas políticas públicas devem considerar não apenas o alívio das consequências da exclusão social, mas sobretudo, a transformação das estruturas socioeconômicas que perpetuam a exclusão e marginalização dos mais pobres.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Educação e Juventude no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

AMADO, Wolmir Therezio. *A participação da Igreja Católica em Goiás na transferência da capital federal do Brasil*. (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASHTON, Thomas S. *A Revolução Industrial: 1760-1830*. São Paulo: Zahar, 1971.

BERTA, Giuseppe. *Storia della FIAT*. Bolonha: Il Mulino, 1998.

BOSCHETTI, Ivonete. *Assistência Social no Brasil*: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo. Brasília-DF: Ed. Brasília, 2003.

BOSCO, Terésio. *Dom Bosco*: uma biografia nova. (traduzido por Attílio Cancian). 2. Ed. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1987.

BOSCO, Terésio. *Os Pensamentos de Dom Bosco*. Tradução de Jacy Cogo. Brasília: ABC Gráfica Editora, 2001a.

BOSCO, Terésio. *Um sonho, uma vida*: a fascinante história de Dom Bosco, o santo amigo dos jovens. Tradução de Hilário Passero. São Paulo: Editora Salesiana, 2001b.

BRAIDO, Pietro. *Prevenir, não reprimir*: o sistema preventivo de Dom Bosco. São Paulo: Editora Salesiana, 2004.

BRASIL. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição Federal do Brasil***.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL*. Estatuto da Criança e do Adolescente.* Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: Brasília, 1990.

BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social.* Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Presidência da República do Brasil. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1993.

BRASIL. *Orientações técnicas*: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para População em Situação de Rua. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011b.

BRASIL. *Orientações técnicas*: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009a.

BRASIL. *Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2017.

BRASIL. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Brasília: 2009b.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS). Brasília, 2004.

BUCCELLATO, G. *O Caminho de uma Profecia de Dom Bosco* - Os Salesianos Cooperadores. Brasília: EDB, 2015.

Carta de Identidade Carismática: da família salesiana de Dom Bosco. Brasília, EDB, 2012.

CASSAB, Clarice. 2012. Contribuição à construção Das Categorias Jovem E Juventude: Uma introdução. *Locus: Revista De História* 17 (2). https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20352. Acesso em 26/06/2024, às 9:20h.

CATRÉ, M. N. C. et al. *Espiritualidade*: contributos para uma clarificação dos conceitos. *Análise Psicológica*, v. 34, n. 1, Lisboa, p. 31-46. março de 2016.

DAY, Maria Clara. *Acesso e Desigualdade na Saúde Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Saúde Viva, 2023.

FERREIRA, Antônio da Silva. *Memórias do Oratório de São Francisco de Sales*. 1815-1855/São João Bosco; tradução Fausto Santa Catarina; edição revista e ampliada, Brasília: Edebê, 2018.

FISTAROL, P. Orestes Carlinhos (Org.). *Sistema Preventivo e Direitos Humanos*. 1ª reimpressão – Brasília: EDB, 2011.

FLORENZANO, Modesta Maria. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FOLHETO LITÚRGICO PAROQUIAL: “Povo de Deus”. Paróquia São Francisco de Sales. Belo Horizonte, 07/07/2024, págs. 02.

GASDA, Élio. *A inteligência artificial*: ameaças à economia e à democracia. In: PERETTI, Clélia; GUIMARÃES, Edward; ALVES, Maria Jeane dos Santos (Orgs.). *Economia e Inteligência artificial*: Desafios à sociedade e à religião. São Paulo: Paulinas, 2024. p. 77-93.

GASPARINI, Lodovico (Dir.); BERNABEI, Matilde; BERNABEI, Luca (Prod.); SCREEN GREMS LAKESHORE ENTERTAINMENT (Prod.). Don Bosco. [Filme]. Itália: YouTube, 29 set. 2004. 1 vídeo (95 min). Disponível em: <https://curt.link/40h5pV>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GRANDI, Gilberto. *História do Trabalho: da Revolução Industrial ao século XXI*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Xamã, 2021.

GROPPO, José. *Vida Sacramental, Catequese, Formação Espiritual*: Elementos Essenciais do Sistema Preventivo. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1977.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. *Temporalis*/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Nº 3 (jan/jul.2001) Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

IBGE – instituto brasileiro de geografia e estatística. Censo Brasileiro de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

KUTTIANIMATTATHIL, J. O método educativo de Dom Bosco (Sistema Preventivo) e os princípios da Declaração. *Revista de Ciências da Educação, Americana*, ano XIX, n. 39, p. 147-183, jul./dez. 2017. disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/230079395.pdf . Acesso em 29/04/2023, às 16:20h.

LENTI, Arthur J. *Dom Bosco*: história e carisma 1. - Origem: dos Becchi a Valdocco (1815-1849). Brasília: EDB, 2012.

LENTI, Arthur J. *Dom Bosco*: história e carisma 2. - Expansão: de Valdocco a Roma (1850-1875). Brasília: EDB, 2013.

LENTI, Arthur J. *Dom Bosco*: história e carisma 3. - Apogeu: de Turim à glória de Bernini (1876-1934). Brasília: EDB, 2014.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MINAYO, M. C*. Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

OLIVEIRA, E. M. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 5, n. 11, p. 84–96, 2004. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15327. Acesso em: 24/09/2024, às 09:18h.

ROMAGNANI, Giuseppe. *Storia Economica dell'Italia Contemporanea*. Roma: Laterza, 2003.

SANDRINI, Marcos. *Dom Bosco:* presente de Deus para as juventudes. São Paulo: Paulus, 2018.

SANTOS, Lenalda Andrade. A Revolução Industrial. Aula 4. 2015. Retrieved from: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/08395302122015Historia_Contemporanea_I_Aula_4.pdf. Acesso em: 19/09/24, às 13:08h.

SCARAMUSSA, Tarcísio. *O sistema preventivo de Dom Bosco*: um estilo de educação. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1977.

SCARAMUSSA, Tarcísio. Atualidade e repensamento do sistema preventivo de Dom Bosco. *Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, n. 28, p. 107-131, jun. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, João. *Desigualdade Digital no Brasil*. São Paulo: Editora Conexão, 2022.

SILVA, Maísa Miralva. *A Concepção da Política de Assistência Social e sua efetivação nos municípios goianos o novo jargão e o conservadorismo renitente*. (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Dalila da Cruz. *O método Dom Bosco de educação de base em Machado*: memórias, usos e apropriações. (Mestrado em Educação) - Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

SILVA, Maria Lopes da. Cidadania, Globalização e Previdência Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 68, p. 05-16, nov. 2001.

SOFIATI, Flávio Munhoz. *Leituras sociológicas*: Marx, Durkheim e Weber. Goiânia: UFG, 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a Política de Assistência Social no Brasil. Assistência e Proteção Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 68, p. 54-82, nov. 2001.

SPOSATI, Aldaíza. *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2009.

WEBER, Max. A *ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WIRTH, Morand. *Da mihi animas, caetera tolle*: Notes sur les interprétations exégétiques et l'utilisation spirituelle d'un verset biblique (Gn 14,21). *Salesianum,* v. 72, p. 105-130, 2010a.

WIRTH, Morand. Don Bosco et la Bible: introduction à une lectio divina salésienne de l´Écriture. *Salesianum*, v. 72, n. 4, p. 743-776, Oct-Dec 2010b. disponível em: https://www.salesian.online/wp-content/uploads/2020/11/15-Don-Bosco-et-la-Bible.-Introduction-%C3%A0-une-lectio-divina-sal%C3%A9sienne-de-l%E2%80%99%C3%A9criture.pdf . Acesso em 25/03/2023, às 16:53h.

WIRTH, Morand. Il riferimento e l´uso della sacra Scrittura nell´esperienza educativa di don Bosco. *Salesianum*, v. 77, n. 1, p. 15-41, Jan-Mar 2015. disponível em: https://www.salesian.online/wp-content/uploads/2020/10/3-Il-riferimento-e-l%E2%80%99uso-della-sacra-Scrittura-nell%E2%80%99esperienza-educativa-di-don-Bosco.pdf . Acesso em 21/03/2023, às 16:15h.

ANEXO I

Figura 1: Acervo pessoal, Dom Bosco e melissa (gata), companhia fiel no estudo, Goiânia-Goiás, 2024.

Anexo II

Figura 2: Acervo pessoal, Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, Barbacena - Minas Gerais, 04/07/2024.

Anexo III

Figura 3: SUAS, Lei Federal, nº 12.435, Brasília - DF, 06/07/2011.